

## Assembleia Municipal da Guarda

### Ata

#### Sessão Ordinária de dezoito de Dezembro de Dois Mil e Dezanove

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, pelas dez horas e trinta minutos, teve início, na Sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve:

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa, antes de mais, por este pequeno atraso mas tivemos aqui um pequeno *quid pro quo* com a minha cadeira, estava partida. Mas já tenho cadeira para me sentar. Temos quorum também entretanto, não temos? Muito bem. Temos quorum para poder começar esta Assembleia. Cumprimento todos, em geral. Inicio a sessão com o habitual toque na sineta. E eu começava por vos dar aqui conhecimento das substituições, antes de entrarmos, propriamente, nos trabalhos. -----

Dar-vos conta, em primeira mão, da renúncia ao mandato do senhor Deputado Agostinho Gonçalves da Bancada do Partido Socialista. Dizer-vos também que, em substituição do senhor ex-Deputado Agostinho Gonçalves, irá entrar David Alexandre Oliveira Barroso mas que, não tomará posse hoje, porque infelizmente não pode estar presente. Mas ele pretende aceitar as funções e, portanto, não vai haver substituição hoje, nesta parte. Substituições propriamente ditas, do Grupo Municipal do PSD: falta Luís António do Couto Paula que é substituído por Maria Emília Dias de Carvalho Gonçalves; falta Diogo Maria Correia Isidro que é substituído por João Manuel Costa do Rosário Bandurra; falta: Ana Cristina Capelo Gomes Pereira que é substituída por Andreia Espírito Santo. Do Grupo Municipal do PS: falta José António Gouveia da Fonseca que é substituído por Emanuel de Almeida Proença Barata; falta Ricardo Manuel Pinto Antunes que é substituído por Pedro Nuno Matos Pinto Monteiro Afonso; falta José Alberto Varges Pires que é substituído por Nuno Filipe Costa Laginhas e falta Rui Pedro Torres Ribeiro que é substituído por Fernando Simões da Fonseca Santos. Do Grupo Municipal do CDS: falta Elsa Marina Lourenço Gonçalves Silva que é substituída por José Carlos Breia Lopes. Juntas de Freguesia: falta o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Estrela, Ricardo Miguel dos Reis Gonçalves, é substituído pelo Secretário, Cristóvão Lages Antunes; falta a Presidente da Junta de Freguesia de Meios, Maria Teresa Teles Cabral, é substituída pelo Tesoureiro, Paulo Jorge Nascimento Pina; falta o Presidente da Junta de Freguesia de Maçaínhas, Érico Manuel Pissarra Gomes e é substituído pela Tesoureira, Catarina Isabel Gonçalves Cardoso Cabral. -----

Antes mesmo de passarmos ao início dos trabalhos, punha a aprovação a ata da última reunião de 26 de setembro de 2019.” -----

-----**Resultado da votação da ata do dia 26 de setembro de dois mil e dezanove.**-----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e três votos a favor. -----

## PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passamos agora aos trabalhos. Como sabem, em termos regimentais, as Assembleias começam com o período destinado à intervenção do público e hoje temos inscrito do público para falar, Henrique Manuel Sacramento Fernandes, que é Médico Oftalmologista, para quem não sabe, no Hospital da Guarda e que nos vem trazer um assunto relacionado com o Serviço de Oftalmologia. Mas, antes de dar a palavra ao Dr. Henrique Fernandes, temos connosco, um pouco à semelhança daquilo que eu tenho vindo a fazer nas Assembleias Municipais, alunos representantes do Instituto Politécnico da Guarda. Na sequência daquilo que fiz na última Assembleia, em que dei a voz aos alunos do Secundário, entendi por bem, nesta Assembleia, dar a voz aos alunos do ensino Superior. Contactei o Presidente do Instituto Politécnico, falei com ele sobre isso, falei também com os Diretores das Escolas respetivas. Como sabem, temos quatro escolas no Instituto Politécnico e quem temos connosco hoje é um aluno de cada escola, à exceção da Escola Superior de Turismo que, como sabem, é sedada em Seia e que, por vicissitudes várias, não temos a possibilidade de ter connosco hoje um aluno dessa escola. Um porque trabalhava, o outro porque tinha frequência, o outro porque não tinha facilidade de locomoção e, com grande pena minha, não temos aqui o representante da Escola Superior de Turismo, pese embora tenhamos connosco o Presidente da Associação Académica da Guarda e que representa todos os alunos no geral. Em todo o caso, assumi o compromisso com o senhor Diretor da Escola, Prof. António Martins, de que, numa outra ocasião, se os alunos ou algum aluno estiver disponível, este espaço está sempre aberto para que possam ter voz. E, portanto, a porta está aberta para quando quiserem, numa outra Assembleia, poderem vir a esta casa. Então, temos connosco o João Nunes que é o Presidente da Associação Académica, a Beatriz Silva que é a representante da Escola Superior de Educação, o Rui Badana que é o representante da Escola Superior de Tecnologia e Gestão e o André Pires da Escola Superior de Saúde. Cada um deles vai fazer uma pequena intervenção, cinco minutinhos, no máximo, já sabem. Falei com eles, combinámos isso no inicialmente. E eu, por uma questão de cortesia, fica sempre bem, vou começar pela única menina que está aqui. É a Beatriz Silva, vem-nos falar da Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto e cidade, e vice-versa. Cinco minutos, para nos brindar com a sua intervenção. Muito obrigada.” -----

- **Beatriz Silva, Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto:** “Obrigada. Exma. senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Guarda, Exmo. senhor Presidente da Câmara da Guarda, Exmos. senhores Vereadores e Vereadoras, Exmos. Líderes Parlamentares, senhores Deputados e Deputadas Municipais, Público presente, Comunicação Social. Bom dia a todos. Hoje venho-vos falar como Vice-Presidente da Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto. Ora bem, vocês devem estar a questionar o porquê da escola, só por si, ter algo a dizer neste evento? Eu digo-vos que sim, tem. Esta escola, como todas as que constituem o nosso Instituto, tem uma voz e algo a dar em troca à cidade. Esta cidade tem vindo a perder habitantes. Aliás, estudos recentes comprovam que a Guarda, num curto espaço de tempo, perdeu cerca de 1% de população, sendo a maioria jovem. Então, venho hoje aqui lançar um desafio a Vossas

Excelências. Sei que querem dar condições aos jovens da Guarda para cá permanecerem, mas invistam e proporcionem a quem cá estuda um "gostinho" de ficar nesta que é a cidade mais alta. Falando em casos práticos. Só em licenciaturas, temos os cursos de Animação Sociocultural, Comunicação Multimédia, Comunicação e Relações Públicas, Desporto e Educação Básica. Em todas elas é possível encontrar um cariz mais prático. Porque não trabalharmos em conjunto para enriquecer o currículo dos alunos e organizarmos atividades e enriquecer o caráter cultural desta cidade? Os alunos de Animação Sociocultural são capazes de intervir nos domínios social, cultural, educativo e do desenvolvimento. Os alunos de Comunicação e Multimédia serão profissionais com uma sólida preparação em técnicas e tecnologias atuais da comunicação, com especial ênfase nas bases digitais e são capazes de as interligarem na conceção e design de suportes educativos, formativos, lúdicos e comerciais. Os alunos de Comunicação e Relações Públicas serão profissionais que irão reunir competências transversais ao nível da comunicação social e organizacional. Os alunos de Desporto têm a capacidade de aplicar conhecimentos relativos às práticas desportivas e aos regulamentos das diversas modalidades. E, por fim, mas não menos importante, os alunos de Educação Básica são os futuros técnicos de educação com uma formação científica, técnica e artística. Com todas estas características, não acham que os alunos da Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto não seriam uma mais-valia para as atividades com os próprios cidadãos da Guarda? Não acham que, em parceria com estes cursos, poderíamos criar eventos mais atrativos? Eu acho que sim. Seria possível fazer toda uma série de atividades com a comunidade sénior, júnior, juvenil e entre outras faixas etárias. Seria atrativo, no meu caso específico como aluna de Comunicação e Relações Públicas, saber como se trabalha direta ou indiretamente com os públicos previamente ao estágio curricular. Experienciarmos uma gestão de crise, entre muito mais que teria todo o gosto, mais tarde, conversar com Vossas Excelências. De uma forma sucinta digo apenas que, quanto mais a Guarda der aos alunos, mais os alunos darão à Guarda. Muito obrigada e bem-hajam." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito bem. Muito obrigada. Passo agora a palavra ao Rui Badana da ESTG, que vai falar sobre reformulação de cursos e interioridade. Faz favor." -----

- **Rui Badana, Escola Superior de Tecnologia e Gestão:** "Bom dia a todos. Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, Exmo. Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Exmos. Vereadores e Vereadoras, Exmos. Líderes Parlamentares, senhores Deputados e Deputadas Municipais, Comunicação Social, Público presente. Antes de mais, senhora Presidente, quero agradecer esta oportunidade que nos foi proporcionada. Dizer também que esta é a minha primeira presença neste púlpito. Logo, certamente vão notar, ou já estão a notar, que existe sempre um nervosinho miudinho. Represento aqui hoje a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, do Instituto Politécnico da Guarda. Sou aluno de Engenharia Informática e não posso deixar de frisar que sou natural da Guarda e foi como primeira opção que escolhi esta instituição de ensino superior para dar continuidade à minha formação. Pode parecer estranho, mas para quê ir para fora quando temos aqui tão boa ou melhor formação. Felizmente, nos últimos

anos, esta perceção ganhou mais seguidores originando merecido reconhecimento na qualidade do ensino prestado. Mas também não há mal nenhum em admitir que, também nos últimos anos, não tem sido fácil que determinados cursos na minha escola tenham uma maior procura. Neste sentido, parece-me urgente uma reformulação de alguns cursos, bem como a criação de novos cursos que sejam adequados à real necessidade do nosso mercado de trabalho, sobretudo da nossa região. Só assim é que podemos também contribuir para uma maior fixação de residentes combatendo, deste modo, o envelhecimento populacional e o despovoamento do nosso interior. E, para que isto possa ser uma realidade, não me canso de afirmar que é preciso que os empresários, autarcas, governo e diferentes forças vivas da região, unam esforços para que se defina quais as áreas a intervir de forma a serem propostos novos cursos que venham colmatar essas mesmas necessidades. Estaria também a ser muito bairrista, se aqui não deixaste uma palavra de grande apressa a todos os estudantes PALOP internacionais que escolheram o Politécnico e a cidade da Guarda para a sua formação académica. Termino, deixando aqui no ar para que alguém, mais tarde, me possa responder. Uma cidade candidata à Capital Europeia da Cultura, como é a Guarda, deve ou não estar na vanguarda da inclusão, modernização e internacionalização? Mais uma vez, quero agradecer o convite e desejar a todos umas boas festas.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Não têm que agradecer o convite, esta casa é uma casa dos cidadãos. Portanto, é uma casa vossa. Passava a palavra agora ao André Pires, em representação da Escola Superior de Saúde e que vai falar sobre transportes e edifícios. É isso, não é?” -----

- **André Pires, Escola Superior de Saúde:** “Exma. senhora Presidente da Mesa de Assembleia Municipal da Guarda, Exmo. Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Exmos. senhores Vereadores e Vereadoras, Exmos. Líderes Parlamentares, senhores Deputados e Deputadas Municipais, Público presente, Comunicação Social, bom dia a todos. Sou aluno do 4º ano da licenciatura de Enfermagem da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico da Guarda e estou aqui em representação dos alunos da minha escola e também do IPG. Antes de mais, quero agradecer, em nome de todos os estudantes e da Diretora da Escola Superior de Saúde, Profª. Paula Pissarra que não pode estar presente por motivos laborais, o convite por parte da comissão organizadora da Assembleia Municipal da cidade da Guarda. É deveras importante para nós estudantes, e para o Município, que a voz dos mesmos seja ouvida. É notório o crescimento do ensino superior na nossa cidade. Com o recente aumento do número de vagas para os cursos da nossa instituição, perspectiva-se ainda um crescimento superior ao atual e, desse modo, é imperativo que a cidade da Guarda acompanhe esta evolução. Pretende-se que o Município tenha capacidade de resposta para as centenas de jovens que se deslocam, de outros pontos do país, para a nossa cidade e, neste âmbito, abordo uma problemática que surgiu no presente ano. Com o aumento de vagas do ensino superior, verificou-se que a Escola Superior de Saúde não tinha meios estruturais suficientes para lecionar e acolher tantos alunos, havendo, por isso, a necessidade de mobilizar cerca de uma centena de estudantes para o campus do IPG. Sabendo que a maioria dos estudantes não são provenientes de todos os locais do país, muitos deles

sentem necessidade de alugar quartos e um dos critérios para esse aluguer é precisamente a proximidade à escola, para um acesso fácil, rápido e sem recorrer a meios de transporte. Tendo em conta que a necessidade de mudança para o campus foi uma medida anunciada no decorrer do presente ano, os estudantes não previram tal situação e, dessa forma, não estavam preparados principalmente para o deslocamento das suas casas para o campus. Posto isto, houve a necessidade, por parte dos alunos, de recorrer a transportes públicos que o Politécnico e a cidade disponibilizam. Contudo, observou-se uma incapacidade de resposta por parte dos mesmos, nomeadamente a incompatibilidade entre os horários dos transportes e os horários letivos. Não quero com isto dizer que este aumento é negativo para a população e para a comunidade da Guarda. Por isso, sugeria, pondo em enfoque o crescimento do ensino superior e da cidade da Guarda que, daqui em diante, houvesse uma aproximação entre a Câmara Municipal da cidade e o Instituto Politécnico para que se pudessem, antecipadamente, solucionar este tipo de questões. Um obrigado a todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Passava, agora, a palavra ao João Nunes que é o Presidente da Associação Académica da Guarda e que nos vai falar sobre generalizado IPG na sociedade guardense. É isso, não é? Não me enganei... Obrigada.” -----

- **João Nunes, Presidente da Associação Académica da Guarda:** “Antes de mais, bom dia a todos. Exma. senhora Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, Exmo. senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Exmos. senhores Vereadores e Vereadoras, Exmos. Líderes Parlamentares, Exmos. Deputados e Deputadas Municipais, Público presente, Comunicação Social. Cara Presidente, quero, desde já, agradecer o convite que nos foi dirigido para estarmos aqui hoje. Enquanto representante máximo de todos os estudantes do Instituto Politécnico da Guarda, é com enorme gosto que me dirijo a esta Assembleia, casa da democracia do poder local do concelho da Guarda. Como certamente é do vosso conhecimento, todos os inícios de ano letivo servem, infelizmente, para surgirem logo alguns «profetas da desgraça» esboçando, de seguida, um cenário negativo em relação ao futuro do nosso e vosso Politécnico da Guarda. Mas a verdade é outra. Estamos vivos, de plena saúde e cada vez mais se recomenda. E é neste sentido que não posso deixar de aqui recordar que, no início deste ano, foi divulgado, pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, um estudo de impacto económico do IPG no concelho da Guarda, onde o mesmo gera o equivalente a cerca de 36 milhões de euros do PIB do nosso concelho, ficando assim, mais uma vez, demonstrada a importância que nós temos. Mas não se fica só pelo aspeto económico. Segundo o mesmo estudo, a relação entre o efeito exportação e a população residente é também um elemento de relevância para as instituições com maior expressão no interior do país. Verifica-se que os Institutos Politécnicos do interior, como por exemplo o da Guarda, tendem a apresentar um efeito de exportação mais elevado do que os situados na zona litoral do país. Ou seja, circunstância que é um indicador de relevância nos Institutos Politécnicos para a região onde estão inseridos, pois contribuem para a atração de jovens para regiões mais despovoadas, envelhecidas, levando, em muitos casos, a que os mesmos se fixem nestas regiões. Contudo, também

assume que existem barreiras que podem e devem ser derrubadas o mais breve possível, de forma a garantir a continuidade de crescimento de alunos, nomeadamente a criação de mais residências estudantis, bem como a continuação da diminuição da propina, até que a mesma deixe de existir. Aproveito também para relembrar ao senhor Presidente da Câmara, que um bom programa cultural e musical é sempre importante estar associado ao IPG e respetiva Associação Académica. Com isto, quero aqui afirmar que somos a maior Associação Juvenil do distrito da Guarda, sendo que não podemos receber apoios financeiros tão baixos quanto os que temos recebido. Perante estas realidades, termino apelando a todos para fazermos um valente e sério esforço para que o IPG continue a ser uma das instituições que mais vida e esperança trazem à nossa cidade, mais conhecida como Guarda, cidade dos 5 F's, Forte, Farta, Fria, Fiel e, claro, muito Formosa. Mais uma vez, um bem-haja pelo convite. Viva a Guarda, Viva ao Instituto Politécnico da Guarda e Viva à Associação Académica da Guarda." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Eu, antes de passar a palavra ao Dr. Henrique Fernandes, que está inscrito também no período do público para falar, antes de terminarmos este período, queria deixar-vos já o meu agradecimento especial pela vossa disponibilidade para estar aqui. Fiquei muito contente. Mas, como disse, esta casa está aberta sempre que assim o entendam e que pretendam, poderão participar. Um agradecimento também ao Presidente do Politécnico que, desde a primeira hora que falei com ele, se mostrou muito recetivo a esta participação. Aos Diretores das Escolas que, da mesma forma, colaboraram e aceitaram esta ideia. Uma palavra para os alunos que estão lá em cima, os do Politécnico e os do Secundário, vejo ali os meninos que tiveram na anterior Assembleia e, portanto, um obrigada por estarem aqui connosco. Doutor Henrique, por favor, faça a sua intervenção. Foi-vos distribuído umas notas. Eu também ainda não as vi, espero que cheguem à Mesa, penso que tem a ver com a intervenção que o Dr. Henrique Fernandes vai fazer e o assunto que ele me pediu para agendar é: risco de colapso do Serviço de Oftalmologia e de outros Serviços Clínicos ou ULS da Guarda. Portanto, a ideia da distribuição destas folhinhas é para que vocês percebam e acompanhem a intervenção do Dr. Henrique Fernandes. Doutor Henrique, faz favor. Tem cinco minutos, no máximo, já sabe. Faz favor!” -----

- **Dr. Henrique Fernandes:** “Muito bom dia. Endosso os meus cumprimentos, em primeiro lugar, à senhora Presidente da Mesa, ao senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público presente, Comunicação Social. Vou tentar ser breve. É do conhecimento público, pelo menos em parte, o que está a acontecer na ULS da Guarda, nomeadamente no Serviço de Oftalmologia. O meu colega, o Dr. Varela, demitiu-se da função pública no pretérito dia 3 de dezembro. E era importante que esta Assembleia compreendesse a gravidade deste facto e o impacto devastador que isto pode ter a nível, não é só da ULS, é de tudo o que diz respeito ao distrito. Em reação a esta demissão, eu tenho aqui uma notícia de um jornal da terra que tem este título: ULS da Guarda, Oftalmologista José Varela sai da função pública em rota de colisão com a Administração. A única pessoa que eu vi aqui a prestar declarações, curiosamente, é a Presidente do Conselho de Administração da

ULS. Não vi, não tenho conhecimento que ninguém tenha ido falar com o meu colega para ouvir a versão dele. E o que a Senhora Presidente diz, em síntese, eu vou citar o que aqui está, presumo que seja verdade, diz assim: «adiantou que o serviço conta atualmente com Oftalmologista a tempo inteiro, outro a tempo parcial e mais quatro em regime de prestação de serviço.» Ou seja, quem não conheça a realidade, o Serviço Oftalmologia está a rebentar com oftalmologistas. Eles até saem pelas janelas porque não cabem todos lá dentro. Eu vou-vos dizer qual é a realidade. A realidade é que há um Oftalmologista a tempo inteiro, que sou eu. Horário: 35 horas por semana. Depois há um Oftalmologista a tempo parcial. Horário: 5 horas por semana. E há quatro prestadores. Um, 5 horas por semana; outro, 10 horas por semana; outro, 6 horas por semana e, outro, 3 horas por semana. Estes dois últimos em Seia, sem qualquer Coordenação com o serviço porque a Administração nunca permitiu que as duas componentes do Serviço, a de Seia e a da Guarda, funcionassem conjuntamente. Ainda consegui ir a Seia durante seis semanas e arranjam maneira de eu deixar de lá ir. De maneira que estes prestadores todos totalizam 28 horas por semana. Ou seja, nem sequer perfazem um horário de um médico. Pode resumir-se isto dizendo-se que, no fundo, o serviço, depois da saída do Varela, fica com menos de dois Henriques. Portanto, temos a propaganda de um lado, a negação, é assim que o Conselho Administração funciona em relação a todos os dossiês e não é o único porque já os anteriores faziam o mesmo. A única diferença é que este atinge um refinamento absolutamente extraordinário. E depois temos a realidade e temos outro exemplo: «A Dra. Isabel Coelho confirma ainda que, neste momento,» como se tivesse alguma relação com o problema «aguardam, pela nomeação de novos Diretores, os Serviços de Cardiologia, Cirurgia e Anestesiologia, continuando a decorrer o processo concursal.» Só para que conste, o Dr. Matos Godinho, que era o Diretor do Serviço de Anestesia, demitiu-se do serviço na semana em que a Dr.ª Isabel Coelho veio para a ULS. Continua a ser Diretor de Serviço, à força, depois deste tempo todo. E está aberto um processo concursal, que foi aberto e logo que houve o primeiro ato processual ficou na gaveta. Está assim há mais de um ano. Mas é isto que ela vem dizer para os jornais. Ora, o que é que acontece? O serviço de Oftalmologia tem aqui um problema estrutural que merecia outro tipo de tratamento. O Plano Nacional de Referência da Rede Oftalmológica, que se fundamenta nos números da OMS, com os quais, por acaso, eu nem concordo porque acho que são muito pouco exatos, prevê um Oftalmologista para vinte mil habitantes. Ou seja, a Guarda deveria ter entre sete a oito Oftalmologistas, embora haja muitos setores da saúde que defendam um Oftalmologista para quinze mil habitantes, o que dá números ainda maiores em termos das necessidades. Mas isto é no todo nacional. Se nós introduzimos aqui os parâmetros do envelhecimento da população, o distrito da Guarda é extremamente envelhecido e tem uma sobrecarga enorme de patologia oftalmológica porque é uma patologia natural da idade. Há distritos do litoral muito mais jovens que têm muito menos sobrecarga. Se nós formos por aí, deveríamos ter o dobro ou o triplo destes Oftalmologistas e, como já vamos perceber, vamos cá com menos de dois, ainda por cima a funcionarem de forma desarticulada. Quando a Dr.ª Isabel Coelho diz que vão abrir vagas e que resolve o problema abrindo vagas, eu estou na ULS e estou aqui na Guarda há vinte e seis anos. Nunca vi abrir uma vaga e vir um médico. Podem

abrir mil vagas. Não vão vir médicos. Acabou. Isto é propaganda, é mentira, é enganar as pessoas. As únicas vezes que vieram médicos Oftalmologistas para a Guarda, foi porque quiseram. E depois de nós chegarmos acordo com eles para virem, chegou-se à administração e disse: temos um médico que já conseguimos que aceite vir, abram-lhe uma vaga. E foi sempre assim funcionou. Portanto, anunciar, com grandes parangonas, que se vão abrir vagas é tapar o sol com a peneira. Este contexto explica muito das razões pelas quais o Dr. Varela saiu porque, de facto, o que nós assistimos, na realidade, é que os tais responsáveis que se demitiram e que querem sair continuam a ser responsáveis à força. E eu faço notar que o Dr. Varela apresentou primeiro a demissão da direção de serviço, e vocês vão todos ter acesso a esses documentos, em 21 de outubro. Foi chamado à Administração e disseram-lhe que não se podia demitir. Ou antes, demitir pode, mas tem que exercer as funções da gestão corrente. E ele disse que não o faria, até porque conhecia estes exemplos de pessoas que estão em gestão corrente, à força, há dois anos e tal. E então foi-lhe dito, mais ou menos, não por estas as palavras, que tinha mesmo que ser na gestão corrente. Ele disse: se me forçam a essa posição eu vou-me embora da função pública. Não foi nesses termos, mas foi quase: então vai. Ele foi. Pronto, é a maneira do Conselho de Administração gerir estes dossiês, é com esta noção de responsabilidade. Neste contexto, eu pretendo deixar a todos os presentes aqui alguns itens para reflexão porque isto diz respeito às nossas vidas. Tem a ver connosco. Portanto, é um problema que não é passível de ser ignorado. A Oftalmologia da Guarda esteve sempre no epicentro de resistência ao encerramento de valências clínicas, nomeadamente através da minha intervenção. Mas não só. A anestesia também e outros serviços. Eu recordo os dossiês da Pediatria, dos Cuidados Intensivos e, sobretudo, o mais mediático que teve consequências dramáticas, que são do conhecimento público, que conduziram inclusivamente ao meu despedimento e posterior reintegração por sentença judicial, que foi o dossiê da Maternidade. Houve várias tentativas para fechar a Maternidade. E não foi fechada porque havia Oftalmologia na Guarda e, dentro da Oftalmologia, havia determinadas pessoas que não o permitiram. Mas gostaria de recordar que também houve uma tentativa já oficial, para além de muitas outras que não são do conhecimento público, para encerrar a própria Oftalmologia. O Programa Nacional da Visão, em 2003, previa expressamente o encerramento dos Serviços de Oftalmologia nos hospitais distritais. Vão à página 51 e 52 do programa e está lá chapado. Foi por essa razão que eu entrei em conflito com o Governo da altura e, só nesse ano, coloquei mais de 40 mil euros de equipamento, do meu bolso, no Serviço Público, para matar o argumento que o Governo evocava, dizendo que o serviço não tinha condições e que isto tinha que ser tudo centralizado. Isto desencadeou uma guerra civil na Oftalmologia nacional. Foi a primeira e única vez, na história do país, que houve duas listas concorrentes para os corpos sociais da SPO, da Sociedade Portuguesa de Oftalmologia. Houve uma lista dos hospitais distritais e houve uma lista de hospitais centrais. A lista dos hospitais distritais ganhou por cinco votos e rebentou com o Plano Nacional da Visão. Isto é, partiu os dentes ao Governo da altura. E foi por isto que a Oftalmologia se manteve. E foi por isto que, a seguir, houve a guerra da Maternidade. O primeiro episódio, em 2007, quando o Ministro Correia de Campos até me perguntou, à frente de pessoas que não estão aqui nesta sala, se, uma vez que

me tinha dado tudo aquilo que eu lhe tinha exigido, eu ia deixar de o chatear. Eu respondi ao Sr. Ministro que, se ele cumprisse a palavra dele, eu cumpria a minha e dávamo-nos muito bem. E, realmente, durante aquele período, deu. Só que, em 2009, voltou-se a falar no encerramento da Maternidade e foi o segundo dossiê de conflito com o abaixo-assinado, com papel timbrado, com as multas, com os processos, pronto... isto, não para e esta guerra continua. É preciso que os senhores tenham a noção que esta guerra não terminou, nem vai terminar nunca, porque há aqui projetos que são absolutamente insanáveis em relação à saúde. Chamo atenção, porque isto também é motivo para reflexão e envolve esta casa. Eu fui surpreendido, em 2006, com uma carta assinada pelo Presidente desta casa, João de Almeida Santos, em que me comunicava isto: «É com muito gosto e honra que remeto V. Exa. o Voto de Louvor, em anexo,» que está aqui ao lado, «aprovado pela Assembleia Municipal, por maioria, em sessão ordinária realizada a 30 de outubro 2006.» Depois tem aqui um Voto de Louvor, enfim. Fiquei a olhar para isto e houve aqui uma coisa que me saltou à vista. Por maioria. E eu fui tentar saber o que é que isto significava. Então fui informado, não sei se corresponde à verdade, que tinha havido uma abstenção curiosamente de um Deputado que era médico. E é isto que deve fazer pensar as pessoas. Porque é que estas coisas acontecem? Acontecem porque, na saúde, há muitos conflitos contraditórios que a maioria de vocês não tem capacidade, porque não está dentro do meio, é preciso estar bem lá dentro para compreender isto. E isso está a acontecer agora na ULS, como já começam a ver, se leram esse documento que aí está. Estas coisas não são coincidência. Qual é o problema da situação atual do serviço de Oftalmologia?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Dr. Henrique, eu peço desculpa. Eu estou-lhe a dar...” -----

- **Dr. Henrique Fernandes:** “Eu vou abreviar...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Já ultrapassou, mas eu vou-lhe dar o tempo para terminar. Peço-lhe é que seja o mais sintético possível. Dada a pertinência do tema acho que faz sentido, mas peço-lhe que abrevie no que puder.” -----

- **Dr. Henrique Fernandes:** “Eu vou tentar acelerar. A Oftalmologia da Guarda, o ano passado, com este núcleo diminuto de profissionais, fez 33% de todas as cirurgias do hospital. Estes números são de ontem. Este ano, no meio desta crise, já fez 38,6%. Está aqui isto. Eu penso que até quem não saiba muito de saúde, tem uma noção da gravidade disto, se a Oftalmologia colapsar. Porque há, por exemplo, anestesistas a virem e a irem, todos os dias, de Coimbra para cá. Isto só lhes é compensatório enquanto o volume de serviço e de remuneração for compatível com as despesas e com o sacrifício que isso acarreta. Se os anestesistas deixarem de sair, e neste momento existe a possibilidade de alguns anestesistas saírem, basta sair um deles, saem em bloco uma data logo atrás, é o colapso total dos Serviços Cirúrgicos e da Maternidade. E há aqui outro aspeto que eu acho que também devia merecer reflexão da parte de todos os presentes, que é o seguinte. O Dr. Varela, quando se demitiu da direção de serviço, invocou, num documento a que os senhores terão acesso, diversas razões que não são todas as que estão na base da sua decisão. Mas uma delas é a seguinte. Relembrarão

que, há pouco tempo, foram abertas duzentas vagas, a nível nacional, para chefe de serviço. Dos Hospitais da corda da beira, portanto, aqui do interior, Guarda, Covilhã e Castelo Branco, uma vaga. Para onde é que foi essa vaga? Alguém sabe responder? Covilhã. Para onde? Para que serviço? Maternidade. Está aí a mensagem política do que se pretende fazer. E é preciso não esquecer que a esposa do Dr. Varela é Médica Obstetra desta unidade e também está a pensar em sair. Ou seja, o Conselho de Administração... eu, se fosse o Presidente do Conselho de Administração, já me tinha demitido, por diversas vezes, face à pouca vergonha... porque agora não se pode ser pouca vergonha, não é? Mas eu digo. Face à pouca vergonha em que tudo isto se transformou. A primeira, e disse isto à Dr.ª Isabel Coelho, com todas as letras, ela não o pode negar. A primeira razão para demissão foi no dia em que, em agosto, em pleno período de férias, saiu um diploma, o ano passado, a atribuir o Estatuto de Centro Académico Clínico à Covilhã. Mas não à Guarda, nem a Castelo Branco. Esquecendo que, se nós hoje ainda temos Maternidade na Guarda, foi por a Guarda ser o hospital número um, destes três, do ensino Médico da Faculdade de Medicina da Beira Interior. Não é a Faculdade de Medicina da Covilhã. E foi com base nisso que eu, na altura, ameacei o Governo que, se nos fechassem a Maternidade, fechava-lhes a Faculdade de Medicina. Porque se o hospital não serve para tratar a população, também não serve para dar aulas para, depois, o Grupo Mello Saúde ficar com a Faculdade de Medicina como quer fazer. Pronto. Ora, o que é que acontece? Essa devia ter sido a primeira altura em que o Conselho de Administração, se tivesse espinha vertebral, vinha, convocava uma conferência de imprensa, e demitia-se publicamente. E a Ministra sabia, depois, pela comunicação social. Isto era o que eu teria feito. Agora, a segunda altura para o Conselho de Administração se demitir, foi quando se passou este episódio das vagas para chefe de serviço. É inacreditável que o Conselho de Administração não tenha tomado nenhuma posição pública sobre isto, a não ser este tipo de coisas... isto é conversa da treta. Portanto, e tenha deixado os médicos completamente desapoitados, depois de todo o sacrifício que as pessoas têm feito. Eu não vou falar do valor, que é para vos abrir a curiosidade. Fica aqui um talão de vencimento de quanto é que ganha um médico, em 35 horas, na função pública, líquidos, para os senhores poderem todos consultar. Eu, antigamente, tinha esses recibos de vencimento afixados na sala de espera para os doentes verem porque eles não acreditavam se a gente lhes dissesse. E devem questionar-se por que razão é que ainda há Médicos que resistem no Serviço Nacional de Saúde e, ainda por cima, com estas guerras todas. Eu, se for somar os meus ordenados de há 26 anos, pagos pela ULS e anteriormente pelo Sousa Martins, e as despesas que eu já tive com as dezenas ou centenas de milhares de euros de equipamento, de processos, tribunais, advogados, eu tenho um saldo negativo. Eu ando a trabalhar de graça para o Estado, há muitos anos, e ainda a pagar para ir ali trabalhar. E é isto que o Dr. Varela não aturou mais. Não aguentou mais. As pessoas não são todas iguais. O problema é que isto não está a acontecer só com a Oftalmologia. Há vários serviços à beira de fecharem. Otorrino tem lá um médico que está a um ano dos 70, que aceitou não se reformar para segurar o serviço, que já fez tratamento para um cancro e, quando ele sair, um outro Otorrino já disse que mete imediatamente os papéis para ir embora e o serviço fecha. Já fechou o da Covilhã. Olhem para a situação da

Cardiologia. Olhem para a situação da Ortopedia. Nós temos uma urgência médico-cirúrgica que, para aí, não faço ideia, metade dos dias do mês não tem Ortopedista na urgência. Isto é viver no faz de conta com a Administração preocupada com a feitura do presépio e com uma data de comissões da treta. Mas não é a única Administração porque, as anteriores, da qual estão aqui presentes pessoas, faziam exatamente a mesma coisa. As pessoas vivem em negação em relação aos problemas. E agora aquilo que eu pergunto é o seguinte: sabendo disto, o que é que se pretende fazer? Eu quando cheguei ao serviço não havia crio, quando eu fui despedido havia crio. Não havia ecografia. Já arranjei, fui eu que resolvi o problema. Já arranjei um ecógrafo para o serviço, numa semana. Ainda esta semana arranjei uma lâmpada de fenda que custou 20 euros. Fui ao lixo buscar uma lâmpada de fenda, topo de gama, da ZEISS, que custa muito dinheiro. Tive que ir buscar o transformador da minha televisão da autocaravana a casa, para mostrar aos senhores da eletrónica que era possível pôr a lâmpada de fenda a funcionar com uma fonte de alimentação independente de 12v. Foi-se comprar a fonte e já está na unidade de cirurgia do ambulatório. Isto é um pouco como empurrar um elefante pelas escadas acima e a única preocupação que eu vejo da Administração é tentar abater o elefante. E o exemplo que vocês têm aí é um deles. Eu, quando vi o rumo que estas coisas estavam a tomar, pensei assim: o que é que fazemos ao serviço? Este serviço vai afundar completamente. Se for para fazer primeiras consultas, é o mesmo que tirar água do oceano a balde. Pronto, quer dizer, quatro anos de lista de espera, eu vou para lá fazer consultas 24 horas por dia, ao fim de um mês baixa para dois meses, menos. Logo que as pessoas descobrem, começam a pedir consultas e ainda é mais do que quatro anos. Portanto, não há hipótese. Cirurgias não é possível fazer mais, até porque não depende só dos médicos, depende dos recursos, dos anestesistas, dos enfermeiros, tempos de bloco, etc. Melhoria do nível assistencial é impossível porque, neste momento, a política oficial é: cada vez que avaria um aparelho deixa ficar assim e as coisas vão apertando. Nós tivemos uma avaria numa lâmpada de um angiógrafo, há pouco tempo, e estivemos, para aí, uma semana sem poder fazer angiografias por causa de uma coisa que custa 20 euros, que não existia porque não é possível ter lâmpadas em stock. Só se compra quando avariar. Então pensei nesse projeto, porquê? Porque é a única coisa que não depende de mais ninguém senão do médico. Propus à Administração que se implementasse uma metodologia para os doentes que tivessem um problema grave de oftalmologia, não terem que ir para Coimbra e que servisse para ancorar o serviço. Isto é, servisse para criar na população uma ligação ao serviço, que no dia em que, politicamente, Lisboa quisessem encerrar o serviço, a população percebesse o que tinha a perder e resistisse proactivamente ao encerramento do serviço. O que eu fui fazer! Comprei essa guerra quem aí está. Primeiro, durante uma temporada, não me disseram nada. Enrolaram, enrolaram, até que eu decidi avançar sozinho com o projeto. Neste momento, já evitei que cinquenta e um doentes fossem transferidos para a urgência dos Hospitais da Universidade de Coimbra, mas tive que o fazer em conflito aberto com Administração que única coisa proactiva que fez, relativamente a este dossiê, foi enviar-me esse documento a tentar proibir-me. É este o clima. Eu, ontem, enviei um email à senhora Ministra a dar-lhe conta desta situação, ao Bastonário da Ordem dos Médicos e ao Conselho Regional do Centro, ao Dr. Carlos

Cortes, da Ordem dos Médicos. Cerca das duas e tal da tarde, penso que o email até está neste dossiê que vou deixar à senhora Presidente. Não sei se foi coincidência, ou não, ao fim da tarde recebi uma comunicação de um contacto do Conselho de Administração a pedir-me uma reunião. Então, vai haver uma reunião com o único médico, do quadro do hospital, que está em conflito aberto, por culpa da Administração, com a instituição. Essa reunião vai decorrer dia 27 e eu não tenho muitas expectativas porque não estou a ver este Conselho de Administração com cabedal para afrontar o sistema. Sei que há uma reunião hoje em Coimbra, em que vai estar presente o Conselho de Administração, pelo menos a Dr.<sup>a</sup> Isabel Coelho, e a Ministra da Saúde. Não sei se isto vai ser tema, ou não. Mas eu penso que a preocupação dos políticos, quando surgem problemas, é arranjar uma solução para dourar a pílula, não é para resolver o problema porque, para resolver este problema, era preciso ter solto estofo e, claramente, este Conselho de Administração não o tem. Aquilo que eu deixo ao vosso cuidado é o seguinte. A ULS, penso eu, corrijam-me, será a maior, senão uma das maiores empresas do distrito. Isto é um problema que não envolve só o concelho da Guarda, envolve todas as Autarquias do distrito. Eu pus-me aqui a pensar, em termos abstratos, em termos numéricos, porque os contabilistas gostam muito dos números, se fosse preciso gastar 100... eu sei que há Autarquias aí pelo país a contratar médicos e a dar-lhes casa, a gastar dinheiro para as coisas não fecharem. Se fosse preciso as Autarquias do Distrito, todas, investirem num fundo, sei lá, para contratar médicos, sei lá, para a Maternidade não fechar ou a Oftalmologia não fechar, qualquer coisa deste género, imaginemos que gastavam 150 mil euros num ano, por exemplo. Isto representa 1 euro a cada habitante do distrito, por ano. É uma espécie de seguro para não fechar, ou seja, não cair tudo como um baralho de cartas. Se fossem 300 mil, são 2 euros por ano. É isto que eu deixo à vossa consideração porque nós não podemos contar com o Governo para defender os nossos interesses. Ou nós nos defendemos todos, e para isso é preciso muito combate, ou eu acredito que isto é uma questão de tempo para cair. Eu tenho 59 anos. Já não tenho a mesma força nem mesma capacidade, tenho outro tipo de problemas, inclusivamente familiares, e não tenho a liberdade de ação que tinha aqui há uns anos em que eu conseguia comprar 40 ou 50 mil euros de equipamento e pôr lá no serviço e a minha mulher depois sabia disso pela televisão. Eu já não consigo fazer isto. Isto há limites para tudo. Portanto, eu já não consigo pegar na carroça e nos burros em cima da carroça e levar às costas. Então, eu deixo-lhe este dossier. Peço-lhe, respeitosamente, que dê conhecimento a todas as Bancadas. Sugiro-lhe, também, respeitosamente, que dê conhecimento a todas as Assembleias Municipais do distrito porque isto é um problema que é de todos. E penso que a Câmara se devia envolver nisto, nomeadamente falando com os médicos até porque isto é a ponta do iceberg. Isto é muito mais grave do que eu aqui vim dizer. A ver se se chega aqui uma via para tentar, pelo menos, minorar este problema porque, se não se fizer nada, isto é uma questão de tempo até toda a gente se começar a lamentar. Tenho dito, obrigado!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada pela intervenção. Com certeza que iremos ver e fazemos... está bem, muito obrigada. Muito obrigada pela sua intervenção. Como deram conta, o tempo de intervenção excedeu largamente aquilo que está previsto no regimento, mas dada a pertinência do tema que a todos nos

assusta, penso eu, achei por bem fazê-lo. Eu ia agora, muito rapidamente para terminarmos este período do público, que já vai longo, como sabem, perguntar se algum dos líderes Parlamentares ou algum dos Independentes, que eu penso que não estão, nem um, nem outro, pois não? Ai está, está... Se algum de vós pretende fazer uma pequena intervenção, peço-vos que sejam rápidos, por favor. Eu percebo... como? Não. Era isso que eu ia acrescentar. Eu percebo que provavelmente, relativamente aos alunos, será apenas um agradecimento. Mas, quanto a esta questão, a pertinência será grande. Mas, de qualquer forma, vamos gerindo isto. Também não podemos estar aqui todo dia. Vamos gerindo. E têm sempre o período de intervenção depois do PAOD, onde podem falar sobre este tema também. Portanto, já tenho dois pedidos. O Senhor Deputado Henrique, o Senhor Deputado Tiago. Mais alguém? O Marco também. Muito bem. Então comecemos pela ordem dos pedidos. Senhor Deputado Henrique Monteiro, por favor.” -----

**- Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito bom dia a todos. Senhora Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, Público, Técnicos, Comunicação Social. Também uma palavra especial aqui para os nossos convidados, estudantes do Politécnico da Guarda, cuja importância vieram aqui relevar. Efetivamente gostei das intervenções. A senhora Presidente não nos avisou da presença destes alunos, mas eu não queria deixar de sublinhar aqui a capacidade de síntese e objetividade das intervenções que foram feitas. Foi, pelo senhor Presidente da Associação Académica, sublinhada a importância económica do Politécnico da Guarda para esta região, em números, principalmente para o concelho da Guarda que é aquele que mais beneficia neste aspeto desta economia, que o Politécnico acrescenta ao concelho. E dizer que a Beatriz Silva também sublinhou aqui uma das doenças crónicas desde concelho, que é o esvaziamento populacional. Isto toca com a questão económica que sublinhou o João Nunes. A economia é que manda tudo. E o CDS não se tem cansado, não se tem furtado a esforços para chamar à atenção para esse problema, nesta Assembleia Municipal. É preciso fazer mais pela economia desta terra. Isto já lá não vai com paliativos. Isto precisa de uma quimioterapia para inverter o processo de esvaziamento. Eu tenho, por acaso é uma das intervenções que eu tenho aqui, para citar um conjunto de empresas que fecharam, durante o ano 2019, na Guarda. E esta sangria não pode continuar. E mais na Guarda que é a capital de distrito e que tem obrigação de liderar este distrito em vários aspetos mas, sobretudo, no aspeto económico. Outro aspeto que foi tocado e que foi importante tem a ver com, foi o Rui Badana, a questão da adequação da oferta formativa do Politécnico. E isso, claramente, eu também já lhe disse aqui nesta Assembleia. Houve Politécnicos que, em determinado momento, quando os contextos educativos se alteraram, contextos educativos e das carreiras profissionais, souberam dar o salto. E o Politécnico da Guarda não soube dar esse salto. A alavanca da Escola Superior de Educação, que foi a grande alavanca deste Politécnico, e eu também sou do setor da educação e sei disso, o contexto mudou completamente. Com o prolongamento da idade da reforma, deixou sem terra muitos dos estudantes que frequentavam estes cursos. E hoje, quando olhamos para eles, o que é que nós vemos? Vemos esses cursos praticamente desertos. Havia necessidade de ter sido dado esse salto. E não só nesse

aspeto. Eu não entendo como é que um curso, que tem a ver muito com empregabilidade da região, morre. Era a engenharia mecânica. Quer dizer, isto dá a impressão que anda tudo do avesso. Agradeço as vossas intervenções. Fico muito preocupado, depois desta intervenção do Dr. Henrique Fernandes. Eu já vinha preocupado, fiquei muito mais preocupado. E acho que os alunos da nossa Escola Superior de Saúde também devem estar preocupados e perceber que, se este rumo não for alterado, também eles vão ter menos oportunidades de se fixarem na Guarda, no distrito da Guarda, como seria seu desejo. Muito obrigado a todos. Obrigado ao Dr. Henrique Fernandes por esta visão do interior. Isto é uma visão que vem do interior, não somos apenas nós que estamos a falar com base em notícias. É a visão de alguém que vive todos os dias o problema do hospital e eu apelo, assim como ele também apelou, e estou nessa linha, estarei sempre disponível para esse combate, para defender o Hospital da Guarda. E eu acho que aqui o Partido Socialista tem especiais, temos todos, mas tem especiais responsabilidades depois de todas as promessas que andou a fazer ao interior, ao distrito da Guarda, durante a campanha. Cada um que assuma as suas. Muito Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Deputado. Senhor Deputado Tiago, por favor. Três minutinhos também. Tentem, por favor,...” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente, permita-me, antes de começar a intervenção, porque precisava de fazer uma pequena nota prévia em relação àquilo que a senhora Presidente disse, de que poderíamos utilizar o Período de Antes da Ordem do Dia. Nós, poder, até podíamos, se soubéssemos efetivamente que o público viria a esta Assembleia Municipal, nomeadamente quem fossem as pessoas, para tentarmos preparar, de alguma maneira, alguma intervenção no Período de Antes...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já falámos sobre isso. A inscrição do público até pode ser feita quinze minutos antes da...” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Claro, senhora Presidente! Mas o que eu estou a dizer, pronto, acho que não pode ser feita aqui na hora... acho que, nos termos regimentais, tem alguns tempos antes para... não, acho que tem algum tempo antes para fazer essa mesma inscrição, o público. E, portanto, quer quando haja, (espero que isto não esteja a contar o tempo), quer quando haja uma intervenção espontânea do público, quer quando seja uma intervenção provocada pela Mesa da Assembleia Municipal, eu julgo que seria um bom procedimento da Mesa avisar os Grupos Municipais previamente, para se prepararem também em relação a esta matéria. Não queria deixar de dar esta nota, na sequência, aliás, do que já foi uma recomendação que o Deputado Monteiro fez na última Assembleia Municipal e que me parece pertinente, senhora Presidente. Dito isto, cumprimentar V. Exa naturalmente, os demais Elementos da Mesa, cumprimentar o Executivo, os Deputados à Assembleia Municipal, sejam eles Deputados Municipais eleitos ou Presidentes Junta de Freguesia, os Técnicos do Município, a Comunicação Social, o Público aqui presente e, de uma forma muito especial, as pessoas que intervieram neste Período de Antes da Ordem do Dia, neste período reservado ao público, à Beatriz, ao João Nunes, ao André e uma palavra especial

ao meu amigo Rui Badana, de quem tenho o gosto de ser amigo há muitos anos a esta parte. Deixaram-nos palavras importantes, sobretudo desafios também aqui ao Município, em termos daquilo que é um maior envolvimento do Município nas suas próprias atividades do Município com a cidade, com o próprio Instituto Politécnico, através da participação até dos próprios alunos, segundo bem pude compreender as palavras da Beatriz, que os próprios alunos podem e devem participar ativamente nessas atividades desenvolvidas até pelo próprio Município da Guarda. Julgo que, em alguma medida, isso já vem sendo feito através de alguns projetos pilotos de cooperação. Mas convém, efetivamente, sempre reforçar e acho que esse desafio fica lançado. Falaram-nos, também, de alguns problemas que nós também sentimos e aqui temos discutido. O problema dos transportes que temos falado muitas vezes sobre ele, o Sr. Presidente da Câmara chegou a encontrar aqui uma solução de uma carreira para o Instituto Politécnico da Guarda especificamente. Falou-se disso nesta Assembleia Municipal e em diversas reuniões da Câmara Municipal. Portanto, tem sido uma preocupação, de facto, destes órgãos municipais. E claro, naturalmente, a preocupação com o alojamento que é uma preocupação transversal ao país e uma preocupação transversal também nesse domínio e que tem sido abordado, em mais do que uma ocasião, nesta Assembleia Municipal. Felicito-vos pela vossa presença aqui, pela qualidade das vossas intervenções e espero que, de futuro, continuem a comparecer nesta Assembleia Municipal. Continuem, se não comparecerem nesta Assembleia Municipal, a interpelar os órgãos eleitos também com as vossas preocupações, com aquilo que entendam ser as vossas necessidades para que, também, deste lado, da parte de todos os eleitos nos órgãos municipais da cidade, possam contar também com alguma ajuda, com alguma compreensão e com alguma interação no sentido da resolução dos vossos problemas que sintam. Um cumprimento especial também ao Dr. Henrique Fernandes. Eu julgo que ele já terá abandonado a sala. Pelo menos, não o estou a ver e também não o estou a ver no público. E que nos trouxe uma intervenção, de facto, preocupante como muito bem assinalou a senhora Presidente da Assembleia Municipal. Sobretudo, é esse o adjetivo que poderemos dar a esta intervenção. É uma intervenção que, manifestamente, nos preocupará a todos. É uma intervenção que vem ao encontro daquilo que todos conhecemos e que é a degradação transversal do Serviço Nacional de Saúde que temos conhecido nos últimos anos e é uma degradação que sentimos, com especial enfoque, aqui no nosso distrito da Guarda e em relação à ULS da Guarda. Todos sabemos, e não preciso de estar aqui a dar lições de nada a ninguém, que não compete aos órgãos autárquicos, nem à Câmara Municipal, nem a esta Assembleia Municipal, a tutela daquilo que são os serviços de saúde e daquilo que é a ULS da Guarda. Na realidade, nós nada temos que ver. A política de saúde é uma política que é gerida centralmente e, portanto, os órgãos municipais pouco ou nada têm que ver com aquilo que é a política seguida desde a Administração Central de Saúde até mais concretamente àquilo que se faz em cada hospital. Mas temos um dever todos. De pugnar por aquilo que é melhor para a nossa cidade, de chamar a atenção, de apontar o dedo para aquilo que está mal. E é isso que hoje aqui o Dr. Henrique Fernandes fez, e eu quero secundar em grande medida. Aquilo que aqui foi falado do abandono da função pública do Dr. Varela, no serviço de Oftalmologia, é só a ponta do iceberg daquilo

que vive, neste momento, no Hospital da Guarda. É algo que nos preocupa e nos tem que preocupar a todos, tal é o estado calamitoso a que chegou a saúde e a degradação, até da motivação dos próprios profissionais, na ULS da Guarda. De facto, aquilo que temos, desde há quase três anos a esta parte, é um Conselho de Administração que nada resolve, que não dialoga com os profissionais e com os serviços, que nada decide e que se limita a empurrar, com a barriga, os problemas. Temos um Conselho de Administração que não conseguiu nomear nenhum Diretor de Serviço, em três anos, do próprio Hospital. Nenhum Diretor de Serviço. Temos um Conselho de Administração em que a Diretora Clínica do Hospital é obrigada a acumular com várias Chefias de Serviço, nomeadamente, pelo menos sei, a da Ortopedia. Temos gente, profissionais desmotivados, demissionários eternamente. Como foi aqui apontado, pelo Dr. Henrique Fernandes, é o caso do Diretor de Serviço de Anestesia, o Dr. Matos Godinho. Mas é também o caso, desde há dois anos a esta parte, vejam bem, da Diretora das Urgências, do Serviço de Urgências. A Dr.<sup>a</sup> Adelaide Campos demitiu-se de Diretora do Serviço de Urgências, no final 2017 ou no início 2018, por alturas de um pico de gripe. Pois desde há dois anos esta parte, a Urgência do Hospital da Guarda é assegurada por alguém que está de missionário e que apenas se mantém no lugar por imposição legal. Isto é demonstrativo da falta de capacidade de decisão, da falta de capacidade de resolução de problemas que atravessa a ULS da Guarda. Depois, mais preocupante, ou tão preocupante como isso, vimos nessa documentação que nos foi trazida. Há um projeto piloto de alguém que quer desenvolver alguma coisa de positivo e inovador na Guarda. Qual é a resposta do Conselho de Administração? É não! Como é que se pode motivar profissionais, Médicos, a vir para a Guarda, quando a resposta, sempre que alguém quer fazer um projeto inovador e utilizar a ULS da Guarda para prestar um serviço inovador e melhor à população da Guarda, quando a resposta é não. Não se pode, obviamente, aceitar. E, por isso, além da necessidade de investimento que sabemos que é grande, sabemos todos que é grande a necessidade de investimento físico no Hospital da Guarda, também a postura proactiva de quem dirige este Hospital é necessário que mude. Porque isto não se resolve só com o poder central, também se resolve através de pessoas que, da Guarda para Lisboa, tenham uma postura reivindicativa, uma postura proactiva, uma postura de resolução de problemas, uma postura na captação na proatividade a captar novos Médicos, a garantir-lhes que aqui terão as condições necessárias para o desenvolvimento desses projetos inovadores que nós queremos que venham para a Guarda. E se temos um Conselho de Administração que, de facto, não responde a nenhum desses problemas, então, esse Conselho de Administração, está transformado, como dizia o Dr. Henrique Fernandes, e bem, talvez no principal problema que a saúde na Guarda, neste momento, vive. E, por isso, também reiteramos aqui a mensagem política de que a Guarda precisa de reivindicar um estatuto de igualdade, novamente, em relação aos Hospitais da Covilhã e Castelo Branco. Disse o Dr. Henrique Fernandes aqui, e muito bem, o estatuto Centro Hospitalar Universitário que foi conferido ao Hospital da Covilhã e não foi conferido à Guarda e a Castelo Branco, é o estatuto que, pela primeira vez na história, diferenciou estes três Hospitais, colocando o Hospital da Covilhã acima do Hospital da Guarda e de Castelo Branco. Isto já aconteceu em 2018, em agosto de 2018. E, desde aí esta parte, apesar de sucessivamente

interpelado nesta Assembleia Municipal e por todos os meios ao alcance do Município, o Ministério da Saúde nada fez por devolver a situação à sua génese, à igualdade entre os Hospitais da Guarda, da Covilhã e de Castelo Branco. Impõe-se que isto mude, de uma vez por todas. Impõe-se que o Governo nos confira esse estatuto a nós Guarda, Hospital da Guarda, cidadãos da Guarda, sob pena de, daqui amanhã, tudo isto que aqui hoje nos foi apresentado como um pesadelo que começamos a viver, se transformar numa inexorável realidade que se abate sobre nós e nos vai bater forte e feio, com grande penalização para os serviços de saúde dos cidadãos da Guarda. E, por isso, aquilo que aqui hoje foi falado é da máxima, mas da máxima gravidade. Impõe um levantamento público da cidade da Guarda, em relação às condições em que está a ficar o nosso Hospital e àquilo que é necessário para devolver a qualidade a todos os serviços que são prestados aos cidadãos da Guarda. Muito obrigado a todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado, eu gostava aqui, muito rapidamente, só de recordar o artigo 34º do Regimento que todos têm. Só para esclarecer esta chamada de atenção do Senhor Deputado Tiago, que eu agradeço, mas pedia-vos que lessem, por favor, o artigo 34º e que regulamenta a participação dos cidadãos. A participação dos cidadãos está aqui bem definida e não tem a ver com a intervenção política a que os senhores têm direito dentro do período, quer do PAOD, quer depois no Período da Ordem do Dia. E, por isso, se lerem o n.º 3, do artigo 34º, diz: «terminado o período fixado nos termos do n.º 1», que é o da possibilidade do público intervir, «é a Mesa que dá resposta às questões formuladas.» A Mesa. E diz o n.º 4 que: «se a Mesa não estiver, de momento, habilitada a prestar os esclarecimentos solicitados, remete o assunto à entidade competente para posterior resposta aos requerentes.» Queria chamar a atenção também para o n.º 6 e para o n.º 7. Diz o n.º 6 que o público pode requerer a sua intervenção com cinco dias úteis de antecedência e o n.º 7 que diz que, pode requerer nos 5 dias úteis, mas, se o não fizer, pode requerer no próprio dia, quinze minutos antes do início da Assembleia. O que significa que, se o público assim o entender, pode requerer apenas no próprio dia com quinze minutos de antecedência e a Mesa não tem, obviamente, que dar conhecimento destes temas porque... porque não compete à Assembleia manifestar-se, nos termos regimentais, sobre isto. Eu tenho tido, tenho dado a possibilidade aos Líderes de intervir. Faço-o de bom grado, não me custa nada e dada a pertinência deste tema, então, acho que faz todo o sentido. Agora, o que eu não posso concordar é que me estejam sempre a dizer que eu devo avisar os Grupos Parlamentares destas intervenções. Estamos esclarecidos quanto a isto. Não vou entrar em discussão. Não estou a entrar em diálogo com ninguém. Estou apenas a chamar à atenção para o que está regimentalmente previsto. Pronto, posto isto, Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor. Três minutos, de preferência. O senhor Deputado Tiago excedeu-se um pouquinho mais, mas eu apelo à compreensão de todos.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “É assim. Eu fico muito feliz por ter aqui estes quatro jovens a falar sobre os seus problemas e os problemas da nossa cidade. Esqueci-me de cumprimentar a senhora Presidente, o senhor Presidente da Câmara, a Vereação, os meus colegas da Assembleia Municipal, o Público que me está a ouvir. Portanto, eu

fiquei muito feliz, porque foi mais ou menos consensual aquilo que eles disseram. Aquilo que não é consensual e que nos aflige é aquilo que veio dizer o senhor Dr. Henrique Fernandes, que eu já conheço há muitos anos e que é um homem que, mesmo que a gente não concorde com ele, foi sempre um homem empenhado nas questões da saúde da nossa cidade. E, portanto, devemos valorizar essa coragem que ele tem e que ele teve e que continuará a ter, porque a gente está à espera que ele não deixe de falar dos problemas. Os problemas do Hospital, eu tenho estado sempre, até por razões políticas, vou de vez em quando falar com o Concelho de Administração. Provavelmente, eu vou pedir ao meu Partido para irmos lá um dia destes falar. Até porque houve aqui um grupo, dentro da Assembleia Municipal, que ia de vez em quando, era um grupo tirado daqui da Assembleia, que íamos falar com o Conselho de Administração. E fomos lá várias vezes, eu lembro-me, e há muito tempo que não vamos lá. E, portanto, eu ia propor que, da Assembleia Municipal, saísse um grupo para irmos falar com o Conselho de Administração para tentarmos descobrir como é que nós podemos intervir, em termos políticos, para acalmar os problemas que existem no Hospital e, digamos assim, também, valorizar o nosso Hospital. Porque é assim, eu sou da Beira Interior, eu ando por aqui pela Beira Interior, pertenço a um grupo de umas jornadas de medicina da Beira Interior que vou lá, pelo menos, uma vez por ano, a Castelo Branco. Temos aqui muito bons Médicos, sempre tivemos. Eu, este último ano, estive a estudar aqui os problemas de Médicos, dos Médicos municipais que havia. Portanto, eu vou continuar, já pedi à senhora Presidente do Conselho de Administração da ULS da Guarda para me dar a chance de eu entrar no arquivo do Hospital. E é essa parte que eu vou fazer como historiador, digamos assim, na reforma. Mas uma reforma ativa. De maneira que é assim, nós devíamos fazer aqui um grupo da nossa Assembleia para irmos falar com a ULS da Guarda, para conversamos com eles, ouvi-los. Aqui só ouvimos o Henrique Fernandes, por quem eu tenho muita estima e, portanto, devemos lá ir todos, uma pessoa de cada grupo, ouvir a ULS da Guarda e tentar, na medida do possível, tratarmos desses problemas, porque os problemas são bicudos. Eu, ainda no outro dia, perdi um comboio em Lisboa, porque o taxista quis desabafar comigo. De maneira que é assim uma coisa caricata. A gente quase sempre usa os taxistas para nos informar, naquele momento foi o taxista que quis desabafar comigo sobre um problema do hospital, onde eu tenho a minha nora a trabalhar. De maneira que, queria que aqui este problema não ficasse aqui entre nós, mas que fossemos todos... todos, como quem diz, um grupo da nossa Assembleia a falar com a ULS da Guarda e com o Conselho de Administração. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Bom dia a todos e a todas. Muito obrigado, senhora Presidente. Senhora representante, neste caso, Vice-Presidente da Associação Académica da Guarda em representação da Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto, senhor Presidente da Associação Académica da Guarda, senhor Presidente da Associação de Estudantes da Escola Superior de Saúde, senhor Presidente da Assembleia-Geral de alunos em representação da Escola Superior de Tecnologia e

Gestão. É para mim um enorme gosto em vos ter aqui na casa, como o senhor Presidente da Associação disse, do Poder Local. A democracia desse Poder Local é mesmo esta a casa. E uma vinda bastante pertinente e também outras situações e outros alunos e outras entidades que aqui já tiveram, também elas pertinentes. Parece-me ser extremamente importante fazermos uma reflexão, relativamente àquilo que vocês, quase todos, para não dizer mesmo todos, nas vossas intervenções citaram. É preciso haver, vocês apelaram à interligação da cidade e das Autarquias, neste caso a da Guarda mais especificamente, para com o Instituto Politécnico da Guarda. Eu ouço isso há anos. Eu próprio, que não sou natural da Guarda e que vim estudar para a Guarda e que fui um daqueles que o estudo diz, fixei-me na Guarda. Há quinze anos que vim para cá estudar, há quinze anos que cá vivo na Guarda e que contribuo economicamente para a Guarda. E também eu, na altura, para aqueles que não sabem, eu também fui Presidente da Associação Académica da Guarda, também eu, já na altura, dizia que havia necessidade de o Instituto Politécnico da Guarda sair dos portões e a cidade da Guarda passar para lá dos portões do Instituto. Vejam bem. Os anos passaram e continuamos aqui a ouvir os estudantes e os senhores representantes a apelar para que isso aconteça. Mas será possível que não se chega à conclusão de que há forças, nesta cidade, que continuam a ser a barreira para que esse diálogo e esse desenvolvimento, em conjunto, aconteça de verdade? E que depois isso passa para todos os outros setores, desde a saúde, à cultura? Mas será que aqueles que não são da Guarda e que vieram para a Guarda, terão que ser esses, sistematicamente, a lembrar os guardenses daquilo que se está a passar? Então, mas os guardenses não têm essa mesma capacidade de refletir e de concluir que eles são também a causa desse problema? Qual é a dificuldade, ao fim de tantos anos, concluir que é preciso acordar? E voltamos aqui a dizer, provavelmente, daqui a mais uns anos: parabéns pelas intervenções, parabéns, sabemos todos. E o que se fez? E o que se vai fazer? E aquilo que uniu, de verdade, independentemente das cores partidárias e dos desafios que todos nós, todos os dias, cada um à sua maneira, quer para a Guarda? Mas quando é que, de verdade, nós conseguimos juntar e dizer é esta a área que queremos, é esta a área que nos vamos unir, para que ela consiga se chegar aqui? No que toca, e é só por mim e pelo partido que represento, caros estudantes, só eu posso dizer daquilo que sei. Há quinze anos que eu disse, não como político, mas também o disse e o partido que represento sempre o disse. As politiquices de guerrinhas entre dirigentes e ex-dirigentes e autarcas e ex-autarcas, que só pensaram no umbigo de determinados grupos, foram a causa do que está acontecer. Com isto, também não quero dizer que não há uma possibilidade, não há uma luz lá no fundo do túnel. É óbvio que há sempre uma luz de esperança e a esperança são vocês mesmo. A esperança são aquilo que vocês representam e que eu acredito, seriamente, que muitos de vocês, com aquilo que têm transmitido aos vossos colegas, acredito que será essa a diferença. Vocês serão os futuros políticos desta cidade. Vocês serão os futuros empresários, muitos de vocês, desta cidade e, por isso, é a esperança que eu tenho, é que sejam vocês, de verdade, a resolução de um dos problemas que é as barreiras que alguns guardenses quiseram e cismam em manter, disfarçadamente, para com os estudantes que vêm para o Instituto Politécnico da Guarda. Felicitar, também, aqueles que, outrora, não escolhiam o Politécnico da Guarda para estudar porque alguém lhes

disse que não há qualidade de ensino. Ainda bem que as coisas estão a mudar. Ainda bem que essa imagem positiva de que, no ensino Politécnico, existem bons professores. A Guarda tem bons professores, há boa formação. Uma palavra também de boas-vindas porque já aqui foi dito, a Guarda tem, como nunca, mais estudantes internacionais, estudantes PALOP. Uma cidade, como aqui foi transmitida, ou pelo menos um pequeno anseio do Rui Badana, uma cidade inclusiva, será a cidade inclusiva. Eu acho que a cidade pode ser, é inclusiva, pode ser mais inclusiva e também pode estar mais nesta mesma vanguarda da internacionalização. Outras cidades que tinham grande dificuldade, nomeadamente pelo seu cariz muito católico e até mais conservador, nomeadamente Bragança, a abertura de novas pessoas, com novas ideias, novas culturas, bem se vê que agora aceitam tudo e todos porque conseguiram perceber que, em conjunto, conseguem facilmente desenvolver um território. Por isso, acredito que a Guarda ainda tem essa possibilidade, se não adormecer mais do que aquilo que já teve a dormir para que isso possa vir acontecer. O meu bem-haja pela vossa intervenção e espero, sinceramente, que outros vossos colegas possam um dia vir aqui a esta casa e continuar a dizer aquilo que vocês muito bem sabem o que se lá passa e, melhor do que ninguém, vocês também para dizer aquilo que, de fora dos portões, vos incomoda, porque vocês vivem cá 24 horas na nossa cidade, muito obrigado. Senhora Presidente, vou já terminar dizendo uma pequena palavra para o município Dr. Henrique. A expressão iceberg já aqui foi utilizada várias vezes. Pois deixem-me que vos diga que, as alterações climáticas, há muitos anos, há muitas Administrações atrás, que já lá andavam a destruir. Essas alterações climáticas, há muitos anos, dessas Administrações, andam em guerra sobre como é que anda a saúde na Guarda. Aqui está mais uma área de que a culpa, a culpa teve alguém. E esse alguém foi as cores partidárias que governaram, mas que governaram sempre aquilo como bem entenderam. PSD e PS. PSD, repito, e PS. Governaram sempre como bem entenderam e, no momento concreto que eram chamados a responder, lá vinham eles aqui sem saber muito bem como responder e defender os seus representantes. Por isso, não vou alongar-me muito. O Bloco de Esquerda desde sempre acompanhou essa situação, não vou trazer os dossiers para aqui. Vocês podem ir a ver as atas, e quem quiser, das Assembleias Municipais, aquelas que ainda lá foram colocadas, que agora, aparenta-me, que já lá está tudo. Pelo menos, aparenta-me que há esse seguimento, é positivo. E vão ver que, o Bloco de Esquerda, nesta área, e até na matéria que o Dr. aqui trouxe, foi sempre na sua defesa e compreensão daquilo que se estava a passar. E eu só falo daquilo que represento, que é o Bloco de Esquerda. E, por isso, ao município, eu só tenho que dizer que vou tentar fazer chegar toda essa matéria, a quem de direito, na representação do meu partido. Mas também relembro que nunca tivemos, e não temos, nenhum Deputado eleito pelo círculo distrital da Guarda. Não quer dizer que não tenhamos responsabilidades na pressão positiva para com o Governo. Mas não terão mais responsabilidade os partidos que, desde sempre, tiveram eleitos no distrito esses mesmos deputados? Então, mas será possível que esses não terão que ter uma responsabilidade e terão que vir, sistematicamente, coisa que não acontece, justificar porque é que isto está a acontecer? Ou só se atira para o ar o problema dos idosos? Outros chamaram de peste. Ou só se atira para o ar determinados problemas, neste caso, de vindas de Secretarias de Estado?

Ou a saída de outras Secretarias de Estado? Então, mas é para isso que servem os Deputados eleitos? Essa reflexão é o povo que a deve fazer cada vez que vai a votos e, infelizmente, no distrito da Guarda, aparenta-me que não têm refletido muito bem. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Monteirinho, por favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Muito bom dia a todos. Senhora Presidente, demais Membros da Mesa da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em geral. Um cumprimento especial a estes jovens estudantes. Para além daquilo que já tinha dito na última Assembleia, é com especial agrado que, desta vez, me dirijo a estes jovens porque eu também fui um produto daquela escola e sou um produto daquela escola, fui também Presidente da Associação de Estudantes. Portanto, dois dos membros desta Assembleia foram Presidentes da Associação de Estudantes. Somos já um viveiro da política e da democracia nesta cidade. E esse é um dos fatores que podemos salientar hoje. Mas também gostaria de salientar, estaria aqui, com toda a certeza, mais de uma hora a falar sobre aquilo que são os problemas das associações estudantes, das associações académica. Fui também Presidente de uma Federação Nacional de Associações Estudantes do Ensino Superior, da FNAEESP. Nessa altura, conseguimos uma coisa que ainda hoje se fala muito e que deu pernas para andar ao Ensino Superior Politécnico. Fui um dos arquitetos de alteração da Proposta de Lei da possibilidade das Licenciaturas no Ensino Superior Politécnico. Essa foi uma luta que conseguimos com o Ministro Marçal Grilo, vocês já não se lembram, com toda a certeza, disso, que conseguimos alcançar e que hoje é, sem dúvida alguma, com nostalgia mas com alguma satisfação de ter participado ativamente para que vocês, dentro da própria instituição onde iniciam o percurso académico, possam atingir a licenciatura e, neste caso, o mestrado, já estamos a falar no pós-Bolonha. Não podia deixar de vos dizer isso, foi há cerca de vinte e cinco anos. O senhor Deputado foi há cerca de quinze anos, portanto, já estamos a falar em gerações consecutivas em que foi possível o Politécnico da Guarda contribuir, sem dúvida alguma, para o desenvolvimento desta cidade. Há quem diga que foi um dos quatro fatores que mais contribuíram para o desenvolvimento, no último século, da nossa cidade da Guarda. Diria que sim. Diria que até, se calhar, é o fator principal que mais contribuiu para o desenvolvimento desta cidade e, sem dúvida alguma, que também contribuiu em termos de desenvolvimento e em termos financeiros. E isso é muito importante para a cidade da Guarda e, sem dúvida alguma, gostaria também de salientar isso. Caros estudantes, os problemas do IPG não mudaram muito. Mantém-se atuais e o Partido Socialista, não querendo partidarizar esta intervenção, não é esse o objetivo, obviamente, o objetivo é que a Autarquia possa contribuir positivamente com uma relação estável com o IPG e com os órgãos eleitos do IPG, incluindo os estudantes, para que se possa avançar e para que estes problemas deixem de ser problemas atuais e se possa avançar para outros problemas que surgem com o fator do desenvolvimento e do crescimento da própria instituição. E, nesse aspeto, gostaria de vos dizer que, já na

nossa altura, tínhamos problemas em relação aos transportes públicos e estávamos a falar de uma dimensão de quase quatro mil estudantes. Portanto, era muito mais acutilante esta relação e este problema. Por acaso, já por parte do Partido Socialista, a senhora Vereadora Cristina já falou isso numa reunião de Câmara, a questão dos transportes públicos. Acho que é extremamente importante. A questão da residência e dos fundos Imobiliários que hoje vamos falar acerca disso, também já foi abordado na última sessão que aqui houve pela senhora Deputada Paulisa D' Assunção. Portanto, o Partido Socialista tem contribuído e quer contribuir, não partidarizando, para o sucesso desta instituição na nossa cidade. Houve uma vez que, numa discussão acerca do IPG, eu disse e penso que posso manter, e eu acho que vocês também vão concordar, que o IPG é o cérebro desta cidade. Não querendo na verdadeira ascensão da palavra, mas é a inteligência, é um dos fatores primordiais do desenvolvimento desta cidade. E, portanto, nós queremos um IPG forte, queremos os estudantes acutilantes e que continuem a apresentar, sem qualquer problema, os vossos problemas existentes e que possam também contribuir, daqui para o futuro, para participarem ativamente na democracia da nossa cidade. E espero que, na próxima legislatura, algum de vocês também possa fazer parte destas bancadas aqui à nossa frente. Espero que escolham bem. Obrigado pela vossa intervenção. Senhora Presidente, o PS não foge àquilo que são as suas responsabilidades e sobre a intervenção do público que hoje houve, nesta Assembleia, o PS, sem dúvida alguma, também tem responsabilidades. Mas não é só o PS que tem responsabilidades. Todos nós sabemos que este é um problema a nível nacional, não é um problema local. A saúde degradou-se nos últimos anos. E isto é um fator importante do nosso país, mas que não podemos estar, constantemente, a atirar as culpas de uns partidos para os outros, sem fazermos a nossa meia culpa. E quando nós estamos a falar concretamente da ULS da Guarda, o PS tem responsabilidades mas o PSD também tem responsabilidades. Todos temos responsabilidades em relação àquilo que se vai passando no sistema de saúde local e a nível nacional. Todos nós conhecemos as dificuldades que existem, hoje em dia, para se contratar médicos. Apesar do nosso sistema conseguir continuar a formar médicos suficientes para que possam colmatar os problemas e as carências que existem no sistema nacional de saúde, sem dúvida alguma que continua a existir uma incapacidade de continuarmos a colmatar essas carências existentes. Esse é, sem dúvida alguma, um problema nacional e esse problema nacional é agora encarado, e penso que todos estamos de acordo, foi pela primeira vez encarado pelo Governo do Partido Socialista como um problema que tem que ser resolvido a médio e a curto prazo, se for possível. E, por isso mesmo, neste orçamento, todos nós ouvimos as notícias e todos vocês sabem, este orçamento apresentado e que vai, em termos de discussão pública, brevemente, na Assembleia da República, traz mais e aposta para o Serviço Nacional de Saúde e traz mais 900 milhões para ir contra a suborçamentação que se tem verificado ao longo das últimas décadas. E a questão que se coloca é: somos capazes, ou não, de salvar o Serviço Nacional de Saúde? E a resposta tem que ser dada por todos os intervenientes. Por todos os intervenientes. Pelos Deputados, pelos agentes políticos, pelas Autarquias e Executivos. Por todos os intervenientes, Médicos, Funcionários, Enfermeiros, todos aqueles que trabalham diariamente. E todos temos que encarar e olhar numa direção positiva. E, se

me permitem, evidentemente que aqueles problemas que hoje aqui foram salientados são problemas graves e que merecem um olhar atento e com uma possibilidade de vir a ser encarado, para o futuro, com alguma resolução. Mas não nos podemos esquecer também dos bons exemplos que ainda vão existindo. E, esses aí, também são importantes e também temos que os evidenciar. E, em algumas situações, são tão importantes ou mais do que aqueles maus exemplos que vão acontecendo. Por isso, eu acho, e aqui também apelo ao Executivo desta Câmara, que é o momento para que se crie um pacto na área da saúde, pelo menos, na ULS da Guarda. Acho que é altura de todos nos sentarmos e todos nos direcionarmos na solução dos problemas existentes. Relembro que há muitos jovens que saem daqui, no secundário, da nossa região e vão concursar e que vão tirar os cursos na medicina, na área da medicina e que, de alguma forma, podiam regressar à nossa região e contribuir positivamente para colmatar as carências que existem. Assim sendo, não posso terminar sem deixar de dizer que não concordo com a guerra que existe na saúde, nem na ULS da Guarda. Eu acho que é um combate entre aqueles que são os intervenientes para a melhoria dessa prestação desse serviço e não uma guerra. Se me permitem, acho que o Dr. Henrique errou aqui ao utilizar essa palavra. Acho que é um combate que existe. Mas concordo que é preciso melhorar muito dos serviços, muitos dos serviços existentes na ULS da Guarda. E, assim sendo, o PS disponibiliza-se totalmente, sem qualquer partidarização do discurso, para contribuir positivamente para a resolução desse problema. O PS contribui sempre para a Guarda avançar. Termino dizendo que o PS está sempre disponível para que, com o Executivo, para com as outras forças partidárias, se possa encontrar um caminho positivo na área da saúde e também, colegas, na área do IPG. Muito Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu perguntava ao senhor Presidente se pretende usar da palavra. Faz favor, senhor Presidente.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Bom dia a todos. Senhora Presidente da Assembleia, restante Mesa, senhores Vereadores, senhores Deputados, senhor Presidente da Associação Académica do Instituto Politécnico da Guarda e também os restantes representantes de Associações, da Associação de Estudantes nas respetivas escolas do Instituto Politécnico da Guarda, os senhores Funcionários, senhores Jornalistas. Dizer, efetivamente, que é com gosto também que nós ouvimos, mais uma vez, o vosso empenho nas vossas reivindicações, aquilo que consideram legítimo apostar de acordo com os vossos anseios para que, de facto, o Instituto Politécnico da Guarda, mas também a cidade da Guarda, o concelho da Guarda, possa, de facto, ver, como nós temos a convicção que se vê, que o Instituto Politécnico da Guarda é um pilar fundamental do desenvolvimento, não só do concelho, mas também da região. Desde logo porque, como foi dito e bem, é um foco de atração de pessoas, algo que é uma carência determinante para este território. Porque o foco nacional de atrair mais gente e sabemos que necessitamos de cinquenta mil pessoas por ano, imigrantes, porque já não somos capazes, através de políticas de natalidade, de chegar ao aumento da população para inverter aquilo que são as previsões mais negativas em 2050. Mas com certeza que, se tivermos instituições do ensino superior, como temos o Instituto

Politécnico da Guarda, em proximidade com as empresas, em proximidade com a Câmara Municipal da Guarda, desde logo porque a Câmara também faz parte, por inerência, do Conselho Geral do Instituto Politécnico da Guarda, onde tem assento e onde sente o pulsar da instituição, o pulsar de todos aqueles que também, refletindo a consciência coletiva e regional, o transportam para aquela realidade do Conselho Geral. E é aí também que nós temos feito algum esforço. Verdadeiramente, nós sabemos que esta interligação tem que ser cada vez mais intensa. E, por isso, no ano de 2020, alargámos o número de estagiários, como sabem, aos alunos do Instituto Politécnico da Guarda. Em 2019, são quinze alunos do Instituto que estão a estagiar em diferentes áreas da Câmara Municipal da Guarda, aqui, a fazer e a desempenhar e a adquirir ainda mais conhecimento. Por isso, nós estamos sempre atentos. Ouvi, efetivamente, a questão dos transportes. Nós faremos, e o Senhor Presidente da Associação de Estudantes, já tive ocasião, por diversas vezes, quer publicamente, quer até pessoalmente, lhe referir e a última vez referi, exatamente, que a média do número de alunos que usam os transportes nos horários que a própria Associação, em colaboração com os técnicos da Câmara, decidimos cumprir para assim dar resposta ao Instituto Politécnico da Guarda, concluímos que a média são cinco alunos por transporte. Ora, se nós necessitamos de mais transportes, se necessitamos de dar mais resposta a essa necessidade, aqui têm este Executivo, esta Assembleia, os nossos Técnicos, disponíveis para valorizar ainda mais aquilo que já é um investimento que a Câmara Municipal da Guarda está a fazer. Porque não interessa ter só cinco pessoas. Nós queremos cada vez mais alunos a fazer e a usar os transportes públicos, até porque queremos ter também uma cidade cada vez mais inclusiva, uma cidade que também use cada vez mais os transportes públicos, com as vantagens que os mesmos transportam. Não é um processo acabado. Ou seja, iniciamo-lo, exatamente, com estes debates. Nós devemos ter sempre esta vontade proactiva de, aquilo que não está bem, corrigir e, aquilo que já funciona, melhorar ainda. E, por isso, é este, de facto, o espírito com que nós abordamos exatamente aquilo que são as vossas preocupações e nós seremos sempre parte da solução, não seremos do problema. Portanto, nessa parte dos transportes nós queremos, efetivamente... tragam-nos mais horários. Reuniremos, com certeza, como fizemos no passado, para resolver, de uma vez por todas, aquilo que é uma preocupação e que eu entendo que verdadeiramente é uma preocupação do bem-estar dos nossos alunos, nesta instituição do ensino superior. Também é certo que, há quinze dias, fizemos um novo desafio à Guarda no lema das cidades educadoras e escutar a cidade para a transformar. Colocámos disponíveis nas escolas do Instituto Politécnico da Guarda, também para ouvir os alunos do ensino superior, e tenho a dizer que recebemos aqui cinco contributos do Instituto Politécnico. Mas foram quinze instituições, da nossa cidade, que foram ouvidas, contactadas, para também colaborarem neste projeto. Portanto, há que reforçar, ainda mais, esta participação. Quando há, de facto, ações que o Município deslocaliza e interliga com o Instituto Politécnico, com certeza que temos que dar mais substância àquilo que são iniciativas recíprocas, quer do Instituto Politécnico da Guarda, quer do Município e dos diversos stakeholders da cidade. Também estamos abertos a criar aqui um desafio. Nós aceitamos, naquilo que são as vossas atividades, que nos apresentem projetos, já para o ano 2020, dentro daquilo que

concebem como áreas mais inclusivas, áreas de dinamismo mais tecnológico, ou também de inovação. Ou outros, culturais, musicais. E, em articulação com o Município, nós podemos selecionar um conjunto de projetos que queiram ver desenvolvidos nesta cidade e nós, em articulação próxima, podemos aqui definir uma seleção de projetos, em articulação com o Instituto Politécnico, que vão fazer parte da agenda cultural, ou diversificada, dependendo dos temas daquilo que são os vossos anseios e que nós temos interesse pela vossa criatividade, pela vossa capacidade também de intervenção, mas que tenham também impacto na comunidade. Ou seja, estes projetos era importante que, ao serem discutidos e debatidos connosco, pudessem e queremos, efetivamente, que tenham impacto direto na própria comunidade onde estamos inseridos. Portanto, nestas matérias, é assim que nós valorizamos a sociedade, é assim que nós valorizamos a nossa ação cidadã. E, por isso, é nesta dialética, que tem que ser cada vez mais intensa, daquilo que nós podemos valorizar aquilo que são as nossas instituições e o nosso território, através da ação crítica também dos nossos alunos, e as instituições também estarem próximas para darmos este salto qualitativo em áreas que são hoje determinante para o desenvolvimento. Desde logo, a importância que é termos, no ano de 2019/20, mais mil alunos no Instituto Politécnico da Guarda. Isto é sinal que alguma coisa está a ser feita, que esta interligação produz os seus efeitos e ficamos satisfeitos que o Instituto Politécnico da Guarda, sendo um Politécnico do interior, seja o segundo Instituto que mais alunos recebeu deste interior, de Bragança a Beja. Portanto, ficamos satisfeitos com essa realidade mas não cruzamos os braços. Temos que, cada vez mais, promover a atração desses alunos. Mas, verdadeiramente, não podemos atrair só os alunos se não tiverem os transportes, se não tiverem o alojamento. E eu disse, na ocasião da abertura do ano académico, que foi feita recentemente essa sessão, eu disse claramente que estava aberto, estamos abertos, os meus colegas do Executivo já debatemos essa matéria e vamos, efetivamente, nesse fundo imobiliário... eu até vos poderia dizer já qual é o imóvel que nós queremos que seja a primeira residência de estudantes, à frente das portas da Sé. É um edifício que está ali, em completo estado de degradação, há dezenas de anos. Eu, desde que nasci, vi aquele edifício degradado e acho que tem todas as condições para ser requalificado para esse efeito. Portanto, temos que reunir as condições financeiras, para dar resposta a um desafio que é determinante para esse desenvolvimento e que é: se queremos mais alunos, temos de dar condições para que esses alunos possam vir para o Instituto Politécnico da Guarda. E, desde logo, com estas condições, ser um fator diferenciador para que escolham, para além da qualificação dos professores, do valor técnico científico de investigação e inovação que o Instituto tem que ter. E eu sei que esse esforço tem sido feito. Portanto, também tenho a noção clara que é preciso tratar aqui, entre aspas, se me permitem a expressão, do hardware dos equipamentos para receber mais alunos, e assim, também, degolarmos este despovoamento do território, onde o Instituto pode aqui ter, ou ser uma alavanca determinante para esse desenvolvimento e para o esbatimento desse flagelo. Por fim, relativamente a esta questão da Saúde. Eu tenho, em todas as intervenções públicas que tenho tido ao longo dos últimos meses, referido muito a tónica no Centro Hospitalar Universitário. E este Centro tem, exatamente, a capacidade, na minha perspetiva... E aqui uma nota. É importante que o Conselho de Administração

estivesse aberto, porque é uma iniciativa que não parte de cima, parte das Administrações. Foi, na Covilhã, a própria Administração Hospitalar que iniciou o processo. E quando nós, não só eu, mas também o anterior Presidente focou este tema como determinante, implica exatamente que as Administrações que têm, e esta Administração em particular, onde eu já reiterei três vezes a necessidade da criação de um Centro Hospitalar Universitário, exatamente para fixar os alunos de medicina que se formam, designadamente na UBI, mas ao mesmo tempo poderem aqui desenvolver projetos de inovação na área médica e isso criar algumas raízes com a ULS da Guarda. Ou esta ou outra solução. Agora, todos temos uma perspetiva clara daquilo que está a acontecer na nossa Unidade Local de Saúde. As urgências não funcionam, não há o reforço das especialidades, inexistem especialidade que são determinantes para dar resposta às populações. Vemos hoje aqui o problema da oftalmologia, podia falar da cardiologia, podemos falar de ortopedia, podemos falar de um conjunto imenso de especialidades que necessitam de reforço. Sabemos que é um problema de desinvestimento em termos nacionais, é um problema transversal. O Partido Socialista, pura e simplesmente, deixou de investir na saúde. E ao deixar de investir na saúde, tem consequências práticas naquilo que é o bem-estar e qualidade de saúde dos nossos cidadãos. E hoje, que é a parte que nos interessa, ainda mais. E com aquilo que foram as declarações do Dr. Henrique Fernandes, foi bem patente o desinvestimento, mas também alguma falta de pro-atividade na resolução de problemas que todos conhecemos. Basta termos um problema de saúde e deslocarmo-nos às urgências e saber como é que funcionam. Portanto, é preciso fazer alguma coisa. É preocupante o estado de saúde na Guarda e, por isso, este exemplo, como outros que podiam ser suscitados, merecem, é urgente dar resposta e nós queremos efetivamente contribuir. Ou por um pacto da saúde, ou como recentemente recebi aqui um conjunto de médicos que representavam uma Fundação, para podermos, em conjunto, em investimento articulado entre essa Fundação e o Município, fazer um conjunto de atos médicos, financiar atos médicos, designadamente operação às cataratas, que é um problema também ligado à oftalmologia. Eu tentei logo, também, olhar para o problema da cardiologia porque as pessoas esperam mil dias por uma consulta em cardiologia. Isto é próprio do um país terceiro mundista e nós não queremos também na Guarda. E eu já disse. A saúde é o fator diferenciador na atração de empresas, de mão-de-obra qualificada, de alunos, porque se a saúde não der a segurança, a garantia desse bem-estar, as pessoas não vêm. Não arriscam terem um problema do foro cardíaco e arriscar a vida num território onde sabem que não há uma resposta direta a um problema médico que possa ser suscitado. E, por isso, temos de estar muito atentos. Também o desenvolvimento, não só o bem-estar, mas o desenvolvimento passa por serviços de saúde de qualidade. E se não apostamos nos recursos, nos recursos humanos, se não reforçarmos os que já existem, nós, efetivamente, estamos numa pendente descendente, grave, para aquilo que é determinante para o nosso desenvolvimento. E, por isso, o Município também está atento e quer, efetivamente, contribuir para a resolução deste problema, no âmbito da saúde. E, desde logo, reforça, mais uma vez, que o Centro Hospitalar Universitário é, de facto, um eixo estruturante, que parte da iniciativa da Administração Local de Saúde, e a partir daí nós conseguiremos colmatar

uma das dificuldades graves dos problemas que os cidadãos hoje sentem. Muito obrigado!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Muito bem, terminava esta longa parte desta Assembleia. Resta-me agradecer aos alunos que aqui estiveram connosco. Foi um gosto muito grande, para todos nós, por aquilo que ouvimos, que nos tenham acompanhado neste período. Eu não sei se querem ficar, se se querem ausentar. Nós vamos passar, agora, para o Período Antes da Ordem do Dia. Portanto, se não quiserem, se tiverem que fazer, se tiverem compromissos, se tiverem que estudar, que é importante, podem sair e, agradeço-vos, mais uma vez. Um agradecimento, novamente, ao Presidente do Politécnico. Se quiserem acompanhar-nos lá em cima, faz favor. O espaço é vosso, podem acompanhar-nos. Um agradecimento muito grande a vós, ao Presidente e aos Diretores da Escola. Muito obrigada. Enquanto os alunos saem, só deixar aqui duas notas. Duas informações que me esqueci e que deveria ter feito logo de início. Mas, antes de entrarmos no PAOD, pedir aos Senhores Deputados que não têm, que não deram a indicação para que os pagamentos sejam feitos por transferência bancária, que passem, por favor, pela contabilidade para receber o valor das senhas de presença. Portanto, aqueles que não tenham o pagamento por transferência bancária, passem pela contabilidade para receber o valor. E dizer-vos, também, como sabem, que estão convidados, o convite é meu e do senhor Presidente da Câmara, para o almoço que vai ser no TMG, às 13h00.” -----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “E eu, em função disto e do avançado estado da hora, ia sugerir que fizéssemos, no período ainda da manhã, a leitura das Moções e das Recomendações que aqui temos e que votássemos, e que passássemos o PAOD, propriamente dito, para a seguir ao almoço porque nós temos que cumprir minimamente o horário do almoço no TMG e, se não for assim, vai disparar o horário. Portanto, eu passava já para a leitura dos documentos. E nós temos, em primeiro lugar, o Grupo do Partido Socialista com um Voto de Congratulação e com duas Recomendações. Não sei, quem vai fazer a leitura? Sim, faz favor. Vai ser um único Deputado que lê os três documentos? Não? Pronto. Então, dizem-me, por favor? E querem começar por qual? Muito bem. É o senhor Deputado Monteirinho, o Voto Congratulação. Faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Bom, mais uma vez, bom dia. Sobre o Voto de Congratulação, passava a fazer a seguinte leitura: «Com o objetivo de desenvolver uma política de proximidade e de promover maior coesão territorial, o Governo decidiu localizar, na cidade da Guarda, a Secretaria de Estado da Ação Social. Ao tomar esta decisão política, o Governo quis demonstrar que está atento aos problemas que afetam as regiões do interior e, particularmente, o distrito da Guarda. Na verdade, e nos territórios do interior, marcados pelo despovoamento e pelo envelhecimento mas, também, onde tem maior expressão a economia social, faz todo o sentido localizar uma Secretaria de Estado que esteja presente e que seja capaz de contribuir, através da sua ação, para o reforço desta importante parceria estratégica entre o Estado e as

Instituições Particulares de Solidariedade Social, procurando, cada vez mais, esbater a pobreza e a exclusão social. Com a localização, na Guarda, da Secretaria de Estado da Ação Social, a nossa cidade adquire uma maior e uma nova centralidade, uma vez que o Governo já não decidirá sobre o futuro do país apenas a partir de Lisboa, assumindo-se, agora, também, a Guarda como um novo centro de decisão política, em matérias tão importantes como aquelas que dizem respeito a Ação Social. A descentralização também se concretiza assumindo decisões políticas como esta, que demonstra o empenho, a vontade e a determinação dos Governos em corrigir as desigualdades através da valorização dos territórios. Esta decisão política do Governo, pretende contribuir, claramente, para uma estratégia de desenvolvimento coeso, harmonioso e solidário do todo nacional, apostando em mecanismos de compensação que promovem a atratividade dos territórios do interior e que garantem neles a presença da soberania do Estado. É, pois, neste sentido, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, aprova um Voto de Congratulação com a decisão política do XXII Governo Constitucional, em localizar, nesta cidade e neste concelho, a nova Secretaria de Estado da Ação Social.» -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Então, temos agora duas Recomendações. Quem faz a leitura da primeira? Eu sei. Quem é que faz a leitura e qual é que vem agora? Senhora Deputada Sandra? Ok. Então, Recomendação «Plano de envelhecimento ativo para a Guarda». Senhora Deputada Sandra, faz favor.” -----

- **Deputada Sandra Amaral Santos (PS):** “Bom dia, Exma. senhora Presidente da Assembleia Municipal e os Membros da Mesa, Exmo. senhor Presidente, senhoras Vereadoras, senhores Vereadores, caros senhores Deputados, Público em geral e Comunicação Social. Plano de envelhecimento ativo para a Guarda. A nível nacional, foi desenvolvida a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025, visando dar resposta às diretrizes internacionais sobre a temática do Envelhecimento Ativo, designadamente a Estratégia e Plano de Ação Global para o Envelhecimento Saudável da OMS e as Propostas de Ação da União Europeia para a promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável e da Solidariedade entre Gerações. Com aquelas que são as preocupações e as metas nacionais, europeias e mundiais na abordagem do fenómeno do envelhecimento, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na Assembleia Municipal da Guarda, encontra-se empenhado em contribuir para uma solução estruturada e sustentada em relação ao desafio que o processo de envelhecimento da população do concelho encerra. Nesse sentido, preconiza, nos diversos níveis de intervenção e numa lógica de transversalidade, um compromisso de inovação e de procura das melhores soluções, através da adoção de instrumentos estratégicos de planeamento, baseados na experiência e conclusões da atividade desenvolvida e na antecipação de necessidades dos seus cidadãos. O Grupo Parlamentar do PS tem conhecimento e congratula o Executivo pelo Programa Guarda + 65, que foi para implementado em várias Freguesias e que já alcança cerca de seiscentas pessoas. Nessa sequência, vem recomendar ao Exmo. senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda que continue o processo de definição de uma Estratégia Municipal para o Envelhecimento Ativo e Saudável, que possibilite identificar os recursos existentes no

seu território, físicos, humanos e ideológicos, potenciando-os no sentido de, com base nesse diagnóstico, vir a definir linhas orientadoras de ação futura, concertada, com a tónica na participação ativa e a plena inclusão das pessoas idosas na vida comunitária, proporcionando-lhes condições de bem-estar e dignidade, contribuindo para um concelho mais justo, equilibrado e sustentável. Assente nos pressupostos acima identificados, nos conceitos e nas recomendações internacionais e nacionais sobre envelhecimento ativo, a referida estratégia concretizar-se-á num Plano Estratégico com os seguintes objetivos: 1. Sensibilizar para importância do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações; 2. Promover a mudança de atitudes em relação ao envelhecimento; 3. Promover a cooperação interinstitucional; 4. Contribuir para o desenvolvimento de mais políticas que melhorem a qualidade de vida das pessoas idosas.» Neste sentido, recomendamos que sejam criadas as condições necessárias, havendo maior investimento, quer em recursos humanos, quer em infraestruturas para que possa levar este projeto com sucesso. Obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. A próxima, quem lê? Muito bem. Então, o senhor Deputado Nuno Laginhas vai ler a Recomendação «Empreendedorismo 4.0. Os homens preferem geralmente o engano, que os tranquiliza, à incerteza, que os incomoda. Marquês de Maricá.» Muito bem.” ---

- **Deputado Nuno Laginhas (PS):** “Exma. senhora Presidente da Assembleia Municipal e restante...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa de o interromper. Só peço a vossa atenção para o tempo de leitura que vocês têm. Portanto, tenham cuidado.” ---

- **Deputado Nuno Laginhas (PS):** “Sim, vou ser breve. Então, Exma. senhora Presidente da Assembleia Municipal e restantes Elementos da Mesa, Exmo. senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda e restante Executivo, caras e caros Deputados Municipais, Público presente, Comunicação Social. Eu, realmente, vou iniciar com uma afirmação do Marquês Maricá, «Os homens preferem geralmente o engano, que os tranquiliza, à incerteza, que os incomoda». «A criação de uma Plataforma Empresarial de Tecnologia para o Interior visa fomentar o empreendedorismo de base tecnológico, apostar no tecido empresarial, liderar a transformação digital na Beira Interior. Garantir recursos humanos para enfrentar os desafios, na próxima década, na Guarda. Pensar a Guarda com futuro. O PETi estará focado no empreendedorismo e na aceleração de projetos de base tecnológica e inovação social. Posicionado numa região com empresas tradicionais de gestão familiar, do sector agroalimentar, serviços e industrial, a PETi terá como um dos objetivos, criar um ecossistema empresarial ligado à Indústria 4.0 e ao desenvolvimento de novos produtos e serviços, articulado com as escolas profissionais, tecnológicas e de ensino superior existentes na região. Assim, a PETi possibilita: atrair, reter e agregar novas empresas de base tecnológica na Guarda; fixar empresas de base tecnológicas na Guarda, o cluster tecnológico; criar mais de seiscentos postos de trabalho, com competências tecnológicas de pessoas altamente qualificadas; responder às necessidades do setor empresarial automóvel, com interesses comuns ou complementares; criar uma plataforma tecnologia dos veículos e mobilidade

sustentável e liderar o Sistema de Mobilidade da Beira Interior. O PETi será um parque Empresarial de Ciência e Tecnologia localizado na Guarda. Cidade amplamente reconhecida pela sua excelência em termos climáticos e pela sua excelente localização estratégica, pela elevada qualificação dos recursos humanos que tiveram que emigrar ao longo das últimas décadas. Criar condições para o regresso dos recursos humanos que tiveram que emigrar, é um desígnio da Guarda. Assim como melhorar a qualidade de vida dos que teimosamente continuam a morar no interior e impulsionar a criação de um dos ecossistemas regionais de inovação mais dinâmicos de Portugal. O projeto desenvolver-se-á de forma faseada. A infraestruturização da primeira fase, que abrangerá uma área não inferior a trinta hectares, e disponibilizará aproximadamente quinze lotes para empresas, com áreas de diferentes dimensões a preços controlados. No futuro, serão disponibilizados, de forma gradual, novos lotes para novas empresas e novos espaços de escritórios e serviços de apoio. Serão também complementados com novos espaços desportivos e de lazer. O Plano prevê ainda que a PETi complemente a atual PLIE, o Parque Industrial e a zona de comércio e serviços existentes. Só há uma forma de vencer a incerteza da próxima década, é liderar a transformação digital do interior. O PS assume esse desígnio, apostando no Empreendedorismo Tecnológico e de Inovação Social. Sempre que “o homem sonha o mundo pula e avança”, sempre que o PS executa, a Guarda de sucesso avança. Apostados em seguir outro caminho, o caminho que nos levará a liderar a transformação digital da Beira Interior na próxima Década.» Bem-hajam.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Eu perguntava se alguém pretende intervir sobre estas três intervenções? Senhor Deputado Tiago Gonçalves, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Reitero os meus cumprimentos a todos os presentes. A primeira pergunta que se impõe, relativamente à questão da Secretaria de Estado de Ação Social, é se é líquido que ela está na Guarda. E isto a título de piada, até porque nos contactos institucionais da Secretaria de Estado continua a constatar que a mesma está sediada em Lisboa. É isso que consta ainda do site oficial do Governo e, portanto, esperemos que, de facto, se confirme essa notícia. E esperemos que se confirme porque, conforme já tivemos a oportunidade de assinalar em devido momento, a escolha da cidade da Guarda para sediar uma Secretaria de Estado é, de facto, importante na medida em que reforça a capitalidade e a centralidade política da Guarda e, sob esse ponto de vista, ficamos, creio eu, todos satisfeitos. Porém, nada resolve, nem nada muda, naquilo que é essencial para os guardenses. Aquilo que esperamos, a partir de agora, é que, de facto, do ponto de vista do Governo e do ponto de vista da ação desta Secretaria de Estado da Ação Social, haja a definição de políticas baseadas nestas nossas especificidades, nestas nossas realidades, enquanto territórios do interior, para reduzir as assimetrias regionais que são sobejamente conhecidas de todos. Mas não é com a instalação de Secretarias de Estado que, efetivamente, se resolve nada. Enquanto o Governo persistir em não reduzir, de forma clara, o valor das portagens na A23 e na A25, de pouco nos valem as proclamações da senhora Ministra da Coesão Territorial de que será embaixadora, no Governo, contra as portagens.

Enquanto o Governo introduzir medidas no Orçamento de Estado, como esta que está a introduzir relativamente à eletricidade e que são medidas penalizadoras para a população do nosso território, como o escalonamento do IVA de acordo com os diferentes escalões de consumo, em que paga mais IVA quem consome mais, é evidente que as famílias da Guarda ficam prejudicadas porque as famílias da Guarda têm, obrigatoriamente, que gastar mais, para manter níveis aceitáveis de conforto e de qualidade de vida. Dito isto, espero que a instalação da Secretaria de Estado aqui bem próxima do Município da Guarda, segundo sei, nas instalações aqui da Segurança Social, possa permitir para outra coisa. Já que as obras vão ser feitas para instalar a Secretaria de Estado da Ação Social, então aproveitem também para resolver o problema do Tribunal de Trabalho, que está há nove ou dez meses sem ter sessões na sala do Tribunal de Trabalho, porque cai o teto em cima da cabeça das pessoas que lá podem estar a trabalhar e, portanto, que aproveitem o facto de se instalar uma Secretaria de Estado na Guarda, já que cá estão as pessoas para fazer as obras, para resolver também um problema que diz mais ainda às pessoas da Guarda. E, por estes motivos que explanei, a Bancada do PSD, abster-se-á neste Voto de Congratulação. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigado, senhora Presidente. Relativamente também à Secretaria de Estado, temos que saber se ela é efetivamente real, ou se é meramente virtual, como virtual também foi a valorização do território do interior depois da instalação da Secretaria de Estado da Valorização do Interior, em Castelo Branco. É mais do mesmo. Eu acho que o senhor Deputado António Monteirinho não estava muito convicto quando veio fazer a leitura do documento e eu também acompanho, nessa reserva, quanto à eficácia da instalação aqui da Secretaria de Estado. Problemas já foram aqui hoje levantados, alguns de enorme gravidade, e era esse que o Governo efetivamente devia olhar, era esse que deveria resolver e também cumprir aquelas que foram as promessas feitas à Guarda, na última legislatura. Nomeadamente, é de perguntar, onde é que está a Residência de Estudantes na Pousada da Juventude? Como é que está esse processo? Para quando? Quantas décadas é que isso vai levar a pôr em pé? E, também, perguntar onde está o Centro de Educação Rodoviária, também aqui pomposamente prometido aquando da comemoração do feriado da Guarda? Portanto, olhemos para o concreto e deixemo-nos de floreios. E eu até aproveitava e pegava na citação que o senhor Deputado aqui fez «os homens preferem geralmente o engano, que os tranquiliza, à incerteza que os incomoda». Portanto, acho que assenta perfeitamente naquilo que foi a decisão de instalar aqui a Secretaria de Estado. Se bem que, olhando pela positiva, evidentemente que eu dou o benefício da dúvida. Mas espero ver resultados. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente... sim? Mas quer intervir? Pode. Tem tempo. O tempo é vosso. Senhor Deputado Monteirinho, só para ficar registado.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Mais uma vez, bom dia. Não vou aqui rebater nenhum dos argumentos ou daqueles argumentos que agora foram aqui expressos. Estaríamos aqui a fazer com que o debate se transformasse numa guerra político/partidária, coisa que o documento do Voto de Congratulação não refere. Nem sequer refere que é o Partido Socialista, só para vocês verem. Agora, alguns disseram que possivelmente era virtual. Talvez perguntando ao Presidente da Câmara, que teve a primeira reunião com a Secretária de Estado da Ação Social, se é virtual ou não. Foi cá na Guarda, esteve sentado na mesma mesa. Estiveram, possivelmente, a discutir e a tratar assuntos de interesse para a Guarda. Portanto, não me parece que seja virtual. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Então, se ninguém pretende... senhor Presidente, faz favor. Ok. Então, temos duas Recomendações que não são votadas. Passamos à votação do Voto de Congratulação.”

----- **Resultado da votação do Voto de Congratulação** -----

- Aprovado, por maioria, com vinte e um votos a favor e trinta e oito abstenções. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Uma Declaração de Voto. Faz favor, senhor Deputado Marco Loureiro.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Obrigado, senhora Presidente. Dizer que o Bloco de Esquerda votou favoravelmente, independentemente de teor político, mas porque outrora também aqui foi trazido o anúncio e a pretensão de sedes, nomeadamente das Águas, da CIM, e que se dá um grau de importância a essas sedes na capital de Distrito. E, por isso, longe de nós podermos, agora, também, menosprezar a vinda de uma Secretaria de Estado. É óbvio que estaremos atentos para aquilo que essa mesma Secretaria poderá trazer. Acredito, claramente, que não irá trazer menos do que aquilo que já está. Por isso, votar negativamente será claramente, neste caso, seria claramente uma total contradição daquilo que se tem vindo a trazer nesta Assembleia Municipal. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passamos, agora, à CDU. Senhor Deputado Aires Diniz, quer fazer a leitura, por favor, das duas Moções que aqui tem? Vai começar por qual? Defesa da Agricultura Familiar? Muito bem, duas Moções. Defesa da Agricultura Familiar e, depois, Defesa da Cultura Popular, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “ «Moção em Defesa da Agricultura Familiar. Considerando que a agricultura foi sempre o esteio do mundo rural e base de muitas outras atividades comerciais e industriais, concretizado num sistema social sustentável, permitindo a manutenção de muitos postos de trabalho nas nossas aldeias e a ocupação do seu território com a produção de alimentos saudáveis, bem como a defesa da soberania alimentar do nosso país. Considerando que a agricultura familiar deve ter, como outras atividades, o apoio municipal que deve estar bem expresso em documentos, como é o das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Município da Guarda, incentivando assim a manutenção das atividades tradicionais na agricultura

bem como o aparecimento de novas formas de produção agrícola e pecuária. Considerando a necessidade de criar mecanismos de escoamento das produções locais e a necessidade da diminuição dos custos de contexto que prejudicam localmente a manutenção em funcionamento de atividades agrícolas e pecuárias. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em 18 de dezembro de 2019, apela à Câmara para que, opondo-se à continuada desertificação do meio rural, afirme, através do seu orçamento e demais políticas sectoriais, a defesa intransigente da Agricultura Familiar.» Agora, vou passar a ler «Moção em Defesa da Cultura Popular. Considerando que a agricultura e atividades conexas foi sempre o esteio da cultura popular em meio rural, concretizado num sistema social sustentável, permitindo a sua continuada reprodução ao longo dos tempos, nomeadamente na gastronomia, teatro popular, música, anedotas e ditos populares, etc. Considerando que o meio urbano da cidade da Guarda também foi produtor e transmissor dessa mesma cultura, bem como da sua própria cultura a nível da gastronomia, teatro popular, música, anedotas e ditos populares, etc. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em 18 de dezembro de 2019, apela à Câmara para que, opondo-se à continuada desertificação do nosso concelho, afirme, através do seu orçamento e demais políticas sectoriais, a defesa intransigente da cultura popular através da sistemática recolha etnográfica deste nosso património imaterial.» Disse.” –

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estas duas Moções? Não? Então, podemos pôr à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----  
----- **Em Defesa da Agricultura Familiar** -----  
- Aprovada, por unanimidade, com cinquenta e nove votos a favor. -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----  
----- **Em Defesa da Cultura Popular** -----  
- Aprovada, por unanimidade, com sessenta votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passemos, então, ao Grupo Parlamentar do PSD com duas Moções. Quem faz a leitura? Muito bem. Senhor Presidente da Junta, João Prata. Quer fazer a leitura da Moção Mercado Municipal da Guarda? Muito obrigada.” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Muito obrigada, senhora Presidente, senhores Membros da Mesa, senhor Presidente, senhores Vereadores, senhores Técnicos Municipais, caros Deputados, Público e os meus colegas Presidentes de Junta de Freguesia, saúde a todos. E, naturalmente, um voto, já agora aproveito em antecipar, de Boas Festas para todos vós, um Santo Natal familiar. Dizer o seguinte, senhor Presidente, um segundo apenas para dizer que fiquei muito satisfeito com a discussão que aqui registámos sobre a votação da Secretaria de Estado da Ação Social. Só para dizer o seguinte. É uma evolução muito grande porque, ainda há muitos poucos anos atrás, quando um Governo do PSD desenvolveu essa iniciativa, nesta Assembleia Municipal puderam-se escutar palavras como comissários políticos. Registo, portanto, a evolução da parte do Partido Socialista e, naturalmente, de todos os Partidos

aqui presentes. Significa que o léxico político melhorou bastante e agora já saudamos e ainda bem que saudamos essa iniciativa. E como disse o senhor Deputado Henrique, a quem saúdo também, com toda a solidariedade, dizer, vamos ver os resultados e estamos na expectativa que sejam bons resultados assim como o Partido Socialista antecipa. Em relação ao Mercado Municipal, dizer que também aqui saúdo o Partido Socialista porque, com serviços mínimos, não se envolveu muito na matéria e o sonho pôde ser concretizado. Primeiro, no anterior mandato quando este Executivo Municipal, liderado por Álvaro Amaro, fez a grande obra física, naturalmente que a obra humana é feita pelos trabalhadores da Câmara, pelos vendedores e por toda a cidade. Dizer, senhora Presidente, que fomos, no dia 29, informados e conhecedores de que registou-se ali um incêndio que praticamente danificou toda a cablagem elétrica e, também, obviamente, as instalações do Mercado Municipal. E, em menos de duas semanas, ou duas semanas praticamente, foi possível, com eficácia de todos, e quando digo todos refiro-me, obviamente, aos funcionários da Câmara, à empresa que foi contratada para resolver o problema, aos Bombeiros que regularam o incêndio, mas também aos próprios comerciantes, vendedores e aos trabalhadores do Mercado Municipal. E todos nós sabemos o que é o Mercado Municipal, todos nós conhecemos a infraestrutura que tem os seus anos mas que foi muito, muito, muito qualificada e transformou-se numa marca nesta cidade, a partir do anterior mandato, e queremos continuar, portanto, que ela seja e continue a ser uma marca nesta cidade. Dizer que se vendem ali produtos de qualidade, dizer que ali estão muitos dos recursos endógenos que fazem com que a Guarda tenha um F, que é o F de Farta, para além do F de Formosa tem também o F de Farta. E dizer, senhora Presidente, que foi com satisfação que verifiquei localmente a qualidade do serviço prestado, nestes quinze dias, de modo a que o mercado estivesse pronto para a época Natalícia. Reduzir os custos, os prejuízos que os vendedores tiveram. Apreciei a intervenção do senhor Presidente que, tanto quanto sei, terá dito que poderá equacionar algum... o senhor Presidente da Câmara Municipal... algum apoio aos comerciantes naquilo que foi um prejuízo que está estimado em cerca de 60 mil euros. Mas, três notas finais. Primeira, congratular-me com o trabalho que foi feito pela Câmara Municipal. Penso que, aqui, o Senhor Vice-Presidente, Engenheiro Sérgio Costa, terá tido alguma responsabilidade com os funcionários da Câmara, mas toda a Câmara Municipal está de parabéns pela rapidez com que fez a obra necessária, para que pudesse voltar a abrir numa das partes. Porque a parte que foi mais incendiada, ou que sofreu maiores prejuízos, obviamente não está, neste momento, ainda aberta. Ainda por lá passei no outro dia e verifiquei exatamente isso mesmo. Mas as pessoas continuam a ocorrer ao mercado, não deixaram de continuar a considerar uma marca e creio que Assembleia Municipal da Guarda, hoje reunida em tempos de época Natalícia, para além de prestar a maior solidariedade possível a todos os vendedores e aos trabalhadores do Mercado Municipal, deixar aqui também uma palavra de incentivo, quer aos senhores Deputados e às senhoras Deputadas, particularmente, a todos os Deputados, que possam ocorrer e fazer compras no Mercado Municipal e incentivar a população, naturalmente, a que, nesta época Natalícia, auxiliar um pouco mais os comerciantes para que possam sentir o menor impacto possível naquilo que foi, obviamente, naturalmente, a redução de vendas que se registou por causa do facto do

incêndio. E, como comecei, termino. Agradeço também ao Partido Socialista que fez aqui os serviços mínimos necessários para marcar a sua presença, mas não estragou, nem deixou que o sonho fosse curto como era anteriormente no Mercado Municipal da Guarda. Muito obrigada, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Quem faz a leitura da Moção em Defesa dos Agricultores? Muito bem. Senhora Deputada Mónica, faz favor.” -----

- **Deputada Mónica Duarte (PSD):** “Bom dia a todos...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Atenção ao tempo.” -----

- **Deputada Mónica Duarte (PSD):** “Sim. Bom dia a todos, cumprimento de uma maneira geral para encurtar, então, o tempo. Queria só pedir à senhora Presidente que, efetivamente, esta Moção não tem necessidade de ser votada porque, no próprio dia em que foi entregue a Moção à senhora Presidente, o Governo alterou a sua posição perante aquilo que vamos dizer. Mas não queria deixar de ler a Moção e demonstrar a solidariedade que o Grupo Municipal do PSD tem para com os agricultores do concelho da Guarda. Não é para votar. Sim. Ok? Então, «Moção em Defesa dos Agricultores do Concelho da Guarda. O recém-empossado elenco do Ministério da Agricultura informou, no passado dia 11 de dezembro, que os compromissos de natureza Agroambiental, assumidos em 2015, no âmbito do PDR2020, se extinguem no final de 2019. E atesta o seu “elevado impacto nos rendimentos das explorações agrícolas e na adoção de boas práticas ambientais, fatores determinantes para a sustentabilidade do setor”, revelando a possibilidade de no Pedido Único de 2020 os agricultores poderem solicitar o apoio a uma Única Medida/Operação por beneficiário. O anúncio do Ministério da Agricultura traduz um profundo desconhecimento do papel e importância do setor agropecuário a nível ambiental com contradição e demagogia política. No concelho da Guarda, os apoios maioritariamente usados no âmbito destas Medidas Agroambientais, envolvem os Modos de Produção Biológica e Integrada; a Manutenção de Raças Autóctones em risco de extinção, como o caso da Vaca Jarmelista, a Cabra Serrana Jarmelista e Serra e a Ovelha Bordaleira Serra da Estrela; o Pastoreio Extensivo que engloba a Manutenção de Lameiros de Alto Valor Natural, a Manutenção de Sistemas Agrossilvopastoris sob Montado e a Proteção ao Lobo Ibérico; a Conservação do Solo; o Pagamento Natura, em que parte da área do nosso concelho está inserida no Parque Natural da Serra da Estrela; a Manutenção das Culturas Permanentes Tradicionais como o Olival e os Castanheiros extensivos e o Mosaico Agroflorestal. Colocar os agricultores da Guarda perante a opção por uma Única Medida, como preconizado pelo novo empossado Ministério da Agricultura, é descabido do ponto de vista dos benefícios agroambientais que são uma das principais bandeiras do XXII Governo Constitucional. As consequências desta tomada de posição podem levar à interrupção, com danos dificilmente irreparáveis, de um processo que tem vindo a ser continuado pelos agricultores de proteção agroambiental e da biodiversidade. Tendo em conta que os agricultores da Guarda precisam de recorrer a várias medidas, como forma de garantir a adoção de boas práticas ambientais, melhorar a gestão do solo, promover a biodiversidade, promover a

conservação e o sequestro de carbono, manter a utilização sustentada *in situ* dos recursos genéticos animais, a descontinuidade de zonas de floresta e a prevenção de propagação de incêndios e o uso eficiente da água, para a sua compensação no rendimento das explorações, a medida anunciada pelo Ministério da Agricultura reflete um claro desconhecimento da realidade agrícola rural nacional, com consequências irreparáveis para o ambiente, que contraria a posição nacional e europeia em matéria ambiental. Revela também um risco para a sobrevivência da agricultura, contribuindo para desequilíbrios ambientais, económicos, sociais e territoriais. Sendo a Ação Climática uma prioridade do Estado e em que toda a sociedade se envolve com comportamentos mais sustentáveis, o Estado português não pode penalizar as Medidas Agroambientais. Assim, e com base no exposto, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida no dia 18 de dezembro delibera: Solicitar ao Governo que, de forma imperiosa, assegure financiamento para todas as medidas Agroambientais do Programa de Desenvolvimento Rural no ano 2020, garantindo o pagamento das Medidas Agroambientais, um rendimento essencial à viabilidade económica das empresas agrícolas e dar conhecimento da presente Moção a Sua Excelência o Presidente da República, à Ministra da Agricultura e aos Partidos com representação Parlamentar na Assembleia da República.»

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Perguntava se alguém pretende intervir sobre estas Moções? Faz favor, senhor Deputado Monteirinho.”

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Novamente, bom dia. O Partido Socialista votará favoravelmente a Moção e não tem qualquer... a Moção relacionada com o Mercado Municipal. Não tem qualquer problema em assumir isso. Quando a resolução é rápida em benefício dos produtores e em benefício dos guardenses, o Partido Socialista estará sempre nessas decisões e favoravelmente. Não fará política em relação a isso. Não se tentou aproveitar, como alguns preconizavam, deslocando-se lá uma comitiva para tentar, de alguma forma, galopar o problema. Não há esse tipo de iniciativa. Claro que, se fosse o PSD, teria esse tipo de iniciativa. Mas o PS não é assim. Esteve lá, o PS esteve lá mas não foi com essa iniciativa, foi uma oportunidade para voltar a ouvir os produtores. Mas já lá vamos. O que vocês não estão de acordo é que o Partido Socialista vote favoravelmente a vossa moção? Fiquei na dúvida. Isentar os problemas, isentar também os produtores do pagamento das taxas no referido mês em que aconteceu isso, também é uma ótima iniciativa por parte do Executivo. Porém, não posso deixar de salientar o seguinte. Vimos aqui o Presidente da Junta da Guarda refletir sobre o Mercado Municipal, dizendo que é uma infraestrutura do anterior Presidente da Câmara, o Dr. Álvaro Amaro. Todos nós sabemos que não. Toda a estrutura foi feita pelos Governos do Partido Socialista, Governos desta casa em termos Autárquicos. Aquela remodelação que houve, evidentemente que foi. Mas isso todos nós já sabemos dessa situação. Não poderia deixar de salientar o seguinte, e isso foi público, pelo menos em termos da comunicação social, que o vice-Presidente avançou com uma decisão que seria mais profunda em termos de remodelação no Mercado Municipal e, a seguir, o Presidente da Câmara veio a dizer que não, que era para avançar com uma decisão rápida e de resolução do problema imediatamente. Portanto, isso também registamos.

Mas o Partido Socialista, e isso é que é importante, salientamos que votaremos favoravelmente. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém pretende intervir? Não? Muito bem. Então passemos à votação desta Moção.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Mercado Municipal da Guarda** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e dois votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Como? Uma Declaração de Voto? Faz favor, senhor Deputado Henrique Monteiro.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Evidentemente que não podíamos deixar de votar favoravelmente esta Moção. Mas, para além da expressão da solidariedade, também há que acautelar o ressarcimento dos prejuízos causados aos comerciantes. E penso que, nessa matéria, o Município deverá trabalhar afincadamente. Quanto ao apelo, eu sou, nós somos tradicionais clientes do Mercado Municipal. Portanto, vamos lá com regularidade. Mas é importante que, efetivamente, as pessoas adiram e deem apoio a estes, muitos deles produtores, pequenos produtores dessa agricultura familiar que todos queremos defender e consideramos importante para a sustentabilidade do mundo rural. Que todos façam um esforço e que marquem presença e que façam a aquisição dos produtos frescos no Mercado Municipal. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Passamos, agora, à leitura... Declaração de Voto? Faz favor, senhor Deputado Marco.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigada, senhora Presidente. É óbvio que o Bloco de Esquerda não poderia deixar de se associar à solidariedade para com o acidente que aconteceu, relativamente ao Mercado Municipal. Parece-me, também, que é de mau tom utilizar este tema para falar de quem é que construiu e requalificou o Mercado Municipal. Estamos a ser solidários com o acidente em causa. Não vejo qual foi o motivo para que essa discussão venha, agora, aqui, a esta Assembleia Municipal. Isso só demonstra que, afinal, há interesses políticos a tirar relativamente aos dias que inaugura, quem é que lá vai, o que é que não vai... sejamos realista. Solidariedade é dizer lamentamos e perceber porque é que acontece. Essas perguntas irei fazer, a seguir, no meu tempo de ordem, ao Senhor Presidente: 24 horas de segurança; quanto tempo demorou a resposta dos bombeiros; o que é que aconteceu; dentro desta requalificação aqui anunciada, os quadros elétricos, se foram todos compostos nessa requalificação. Isso teremos que debater, a seguir. Isso sim é importante depois perceber. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passemos, agora, à leitura dos documentos do CDS. Quem faz a leitura? Todas? As Recomendações, faz o Senhor Deputado José Carlos? Então, faz favor. Começa por qual? Os Balneários de Santa Clara.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito bom dia a todos. Permitam-me cumprimentar a Assembleia na pessoa da senhora Presidente...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Então deixe-me só referenciar o título das três Recomendações e depois faz a leitura das três seguidas. Os Balneários de Santa Clara, Cuidar dos Jardins do Bairro e Localização do Centro de Exposições Transfronteiriço. Faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não, essa vai ser o Professor Henrique.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Disse-me que lia as três Recomendações. Afinal, muito bem. Então, só lê estas duas. Muito bem.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Ok. «Os balneários da Santa Clara. O Grupo Municipal do CDS-PP vem chamar à atenção para a situação de degradação dos balneários da escola de Santa Clara. Os alunos não têm as condições mínimas de dignidade, conforto e salubridade para poderem tomar duche após a prática da educação física. Sabemos que existiram verbas alocadas a esta obra urgente, mas onde para o dinheiro? Será a educação uma prioridade para este Executivo ou serão os floreados nas rotundas e as festas? Outras câmaras bem perto, como é o caso da de Pinhel, têm a educação como primeira prioridade. Pensamos que aqui deveriam seguir o mesmo caminho e isso vê-se nas pequenas grandes coisas, como é o caso das ditas instalações. O Grupo Municipal do CDS-PP vem assim recomendar à Câmara Municipal da Guarda que reveja, com caráter de urgência, esta situação e encete obras o mais depressa possível, porque pensamos que todos os alunos devem ter as condições dignas para aprenderem todas as vertentes da educação e isso inclui a prática desportiva». «Cuidar dos jardins de bairro. O Grupo Municipal do CDS-PP vem chamar à atenção para a situação de abandono ou falta de manutenção dos ditos jardins de bairro, como é o caso do da Praceta Duque de Bragança ou dos Delírios. São estes que as pessoas mais utilizam no quotidiano por ficarem próximos e que deverão ter, no mínimo, a mesma atenção que é dedicada às rotundas, onde a psicose da substituição quase semestral das flores configura, para além de um quase crime ambiental, um desperdício óbvio de dinheiro. Pensamos que uma recanalização de verbas para os jardins mais pequenos e um repensar das despesas nas rotundas será o caminho a seguir. O Grupo Municipal do CDS-PP vem assim recomendar à Câmara Municipal da Guarda que passe a olhar de outra forma para estes jardins, dedicando-lhes a atenção e meios necessários para devolver-lhes a dignidade e conforto que os munícipes tanto apreciam e merecem.» Pronto e depois vamos à pergunta que tem que ser feita, porque já demos mais do que tempo. «Passados tantos meses sobre uma das últimas recomendações sobre este tema e pensando nós que já houve tempo mais que suficiente para corrigir esta situação, verificamos com espanto que o número de remendos em cubo granítico, de cada vez que há uma intervenção no betuminoso, têm vindo a aumentar de forma descarada e escandalosa. O Grupo Municipal do CDS-PP vem assim perguntar quando é que esta situação vergonhosa» parece que podemos usar esta palavra, «para quem nos visita e

ruinosa para quem diariamente circula com os seus veículos vai ser, de facto, corrigida.»  
Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. O senhor Deputado, em substituição, então, da outra Recomendação, leu uma pergunta dirigida ao Executivo Municipal sobre a adiada substituição dos cubos. Muito bem. O senhor Deputado Henrique Monteiro vai ler os restantes documentos, a Recomendação sobre a localização do Centro de Exposições Transfronteiriços e depois lê a Moção. É isso?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Exatamente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “A Moção que é: Garantir a Segurança Rodoviária no Troço do IP5. Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom. Este tema ganhou, novamente, atualidade. Em tempos, o CDS tinha trazido uma outra Recomendação, mais ou menos com os mesmos argumentos que têm inscritos nestas e que entendemos que sim, que se mantêm válidos e atuais para que efetivamente e pelas razões que aqui estão inscritas e não as vou ler todas, já as li cá, mas se houver necessidade as pessoas têm acesso na plataforma, para que seja considerado o espaço do Mercado Municipal e do Centro Coordenador de Transportes para edificação desta infraestrutura. O recente incêndio que infelizmente houve no Mercado Municipal, vem até dar também, infelizmente, alguma razão ao CDS porque, efetivamente, aquela infraestrutura já cumpriu a sua função e também a intervenção feita na Central de Camionagem percebemos que já está a ter, novamente, as marcas do tempo, sem que nunca tenha deixado de haver infiltrações. Para além de todas essas razões, também acrescento mais uma que seria a edificação do Multiusos no Parque Polis. Acho que viria desvirtuar, por completo, o espírito com que os cidadãos usufruem aquele espaço e também o espírito que presidiu à sua criação. Assim, o CDS, o Grupo Municipal, vem novamente recomendar à Câmara da Guarda que avalie e pondere a construção do Pavilhão Multiusos no espaço que hoje é ocupado pelo Mercado Municipal e Centro Coordenador de Transportes. A Moção também já veio em forma de Recomendação. Nada foi feito e as queixas são mais que muitas e os acidentes sucedem-se à razão de várias por semana. É extremamente difícil circular no antigo troço do IP5, na parte entre o Porto da Carne e o Alto do Alvendre. O piso está perigosamente escorregadio e os inúmeros acidentes são prova disso. Assim, o Grupo Municipal propõe que a Assembleia Municipal delibere que a Câmara proceda à limpeza adequada das gorduras acumuladas no pavimento do IP5, nomeadamente no sentido ascendente, por forma a garantir a segurança de quem aí circula diminuindo a possibilidade de ocorrência de acidentes. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estes temas? Não? Passemos, então, à votação da Moção... sim? Faz favor, senhor Deputado Tiago Gonçalves.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Muito bom dia a todos. Só para dizer, muito rapidamente, que segundo as informações que o Grupo Municipal conseguiu obter, depois da apresentação desta Moção, a Câmara Municipal da Guarda tem, neste

momento, em vigor um protocolo com uma empresa relacionado precisamente com esta situação, que diz respeito à limpeza imediatamente a seguir aos acidentes, mas também à limpeza prévia e está a tentar articular no sentido da melhor resolução destes problemas. Agora, evidentemente que quando passa um carro e verte um bocado de óleo, não está logo ali alguém ao lado com uma vassoura ou com jato de mangueira a limpar e, portanto, isto é uma situação que está a ser resolvida e relativamente à qual manifestamos também alguma preocupação, mas que está a ser resolvida pelo Executivo do Município da Guarda.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passemos, então, à votação da Moção.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Garantir a Segurança Rodoviária no Troço do IP5** -----

- Aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor e trinta e cinco abstenções. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passemos, agora... uma Declaração de Voto? Faz favor, senhor Deputado Henrique Monteiro.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “A apresentação desta Moção e, claramente, o nosso voto favoravelmente, eu estive atento àquilo que disse o senhor Deputado Tiago Gonçalves e celebro que assim seja. É que esta situação não decorre de um episódio esporádico. Isto são situações acumuladas ao longo de muito tempo e eu, quando lá passo, até me lembro daquela história que se contava dos reboques fadigas, antigamente, ali na zona do IP5. Aquilo até dá a sensação que há ali qualquer intencionalidade, tal são condições em que a via se encontra.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Declaração de voto? Faz favor, senhor Deputado Marco Loureiro.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. O voto do Bloco de Esquerda, porque foi assim que interpretou a Moção do CDS-PP, se não for essa a interpretação também o voto já está, mas depois podem, se assim o entenderem, explicar-nos. Quando se trata de segurança e de requalificar este troço, deste troço Municipal que já é da responsabilidade da Câmara, aparenta-me que não é para varrer o óleo quando há um acidente. Para isso, senhor Deputado Tiago Gonçalves, estão os Bombeiros acionados quando o acidente está. Não é isso, varrer. Não é isso. Aparenta-me. É requalificar devidamente, só quem lá não passa é que não vê como é que aquilo está, e requalificar, pintar as limitações dos tracejados na estrada. Isso é que é segurança rodoviária e eu acho que era isso que estava em jogo nesta Moção. Por isso, não vejo como não votar favoravelmente a isso. Porque, depois, ir para o Facebook lamentar os acidentes e pedir lombas e pedir não sei mais o quê, também não conta. Eu acho que, às vezes, a malta não percebe lá muito bem, e os Senhores Deputados, mas pronto, vocês é que sabem. Têm todo esse vosso direito de votar como assim o entenderem. Mas a interpretação que o Bloco Esquerda fez é essa e, por isso, votou favoravelmente pela segurança rodoviária de quem, todos os dias, utiliza aquele troço. Repito. Todos os

dias utiliza aquele troço, principalmente aqueles que fogem às portagens da A25. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, senhor Deputado. Uma declaração de voto também? Faz favor, senhor Deputado Tiago.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente, porque o senhor Deputado Marco Loureiro se referiu aqui ao voto do PSD, eu tenho que dizer o seguinte. O senhor Marco Loureiro veio aqui falar da interpretação que ele fez da Moção, mas a interpretação que ele fez é uma coisa e aquilo que a Moção diz é: que a Câmara Municipal da Guarda proceda à limpeza adequada das gorduras acumuladas no pavimento no IP5. Portanto, foi sobre isso que eu me pronunciei aqui e não fiz nenhuma interpretação para lá daquilo que é a letra da Moção. Acho que o Grupo Municipal do PSD interpretou corretamente aquilo que o CDS quis dizer, porque é isso que efetivamente aqui está.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Senhor Deputado Marco Loureiro, temos duas Moções. Quer fazer a leitura, por favor? Pela Contratação de Mais Funcionários Não Docentes e, depois, sobre o Centro de Exposições Transfronteiriço. Faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Queria só saber quanto tempo é que eu tenho. São seis minutos, não é? Na globalidade, não é?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Seis minutos para a leitura dos dois documentos.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Então, passo a ler. «Moção pela Contratação de Mais Funcionários Não Docentes». Não vou ler na íntegra, para ter tempo para a outra Moção. «A falta de funcionários não docentes tem causado problemas graves em vários estabelecimentos de ensino. Nos últimos meses, vários agrupamentos, através das suas direções e associações de encarregados de educação, têm trazido a público a gravidade deste problema. Há serviços, blocos e, em alguns casos, pelo país inteiro, escolas que ficam paralisadas por falta de condições para um funcionamento normal e seguro. É urgente que o Governo tome medidas sobre este problema grave do sistema educativo português, um problema que tem um carácter sistemático, entre outras razões, pela falta de renovação dos quadros de funcionários não-docentes, e que urge resolver. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, delibera: 1. Manifestar a sua profunda preocupação com a falta de funcionários não-docentes, nas várias escolas do concelho da Guarda; 2. Apelar ao Governo e à Assembleia da República que revejam a fórmula de cálculo do rácio para a contratação de funcionários não-docentes para as escolas e que tomem as diligências necessárias para a contratação urgente dos funcionários não-docentes em falta nos agrupamentos de escolas do concelho da Guarda; Em caso de aprovação, o presente documento deve ser enviado para Presidente da República, Primeiro-ministro, Ministro da Educação, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública.» Passo à leitura da segunda Moção e peço

a vossa atenção, em especial, para o teor desta Moção. «Considerando que em fevereiro do corrente ano, em reunião da Câmara Municipal da Guarda, foi aprovado, por unanimidade, um documento que definia a área da antiga Fábrica Tavares como o melhor espaço para a construção do CET - Centro de Exposições Transfronteiriço, bem como sendo o local com o custo global de construção mais baixo, no valor de 9 milhões de euros, relativamente a todas as restantes localizações analisadas. Esta opção advém de um estudo encomendado pelo Município a um gabinete do Porto, que analisou as seguintes opções: Parque Urbano do Rio Diz; Estádio Municipal; Feira Quinzenal; antiga Fábrica Tavares; antiga Fábrica Delphi; Quinta da Maunça. No documento aprovado e apresentado publicamente, pode-se ler: "É o local ideal, com todas as potencialidades para o nascimento de uma nova centralidade na Guarda, charneira de ligação entre a cota baixa e a cota alta da cidade, potenciador da dinamização e regeneração do tecido urbano envolvente, nomeadamente a redefinição paisagística da zona envolvente, implementando uma continuidade e interligação com o atual parque da cidade, Parque Urbano do Rio Diz". Nos últimos dias, ficámos a saber que a opção B) da Câmara Municipal pode bem ser o Parque Urbano do Rio Diz, um dos poucos espaços intergeracionais, verde e tratado, para lazer e desporto ao ar livre, que é utilizado diariamente por muitos guardenses, e não só, durante todo o ano. A justificação apresentada deixou os munícipes e o Bloco de Esquerda perplexos. Os 2 milhões pagos pela Câmara Municipal da Guarda, ou seja, todos nós contribuintes, não garantiu que a propriedade dos terrenos que passassem para o Município. Esta é uma situação que não pode continuar sem resolução. Os munícipes não podem ficar sem o dinheiro e sem a propriedade daquele espaço. Perante tal situação, parece-nos mais que óbvio que será preciso reavaliar a situação e perceber quanto tempo o processo se arrastará nos tribunais ou nas possíveis renegociações com os ainda proprietários legais», que se veio a saber, por acaso, que já tinham sido feitas essas reuniões há uns meses atrás e desmentidas a seguir e agora outra vez trazidas à baila, ontem, numa conferência de imprensa, por parte dos responsáveis da Fábrica Tavares, das instalações. «Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, delibera: 1. Encetar todos os esforços para a rápida e melhor resolução na passagem da propriedade dos terrenos da antiga Fábrica Tavares para o Município; 2. Se, e somente se,» os matemáticos percebem esta expressão «a opção já aprovada e estudada da antiga Fábrica Tavares não for uma possibilidade real, avançar para outra opção do estudo, outrora feito, mas que exclua o Parque Urbano do Rio Diz.» Por todas as razões atrás já expostas. Muito Obrigado." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Presidente, só pode falar no fim dos Deputados. Peço desculpa. Alguém pretende intervir sobre estes dois temas? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor." -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** "Só para dizer que, se o Bloco de Esquerda estiver disponível para incluir, concordamos genericamente com a Moção, mas, votá-la-emos favoravelmente, se Bloco de Esquerda estiver disponível para incluir os terrenos onde hoje está localizada a Central de Camionagem e o Mercado Municipal, como uma das opções a analisar para futura instalação do Centro Transfronteiriço. Se

entenderem retificar a Moção nesse sentido, claramente que votaremos favoravelmente. Caso contrário, abster-nos-emos. Não somos contra... pronto, senhora Presidente, se está disponível, muito bem. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Alguém mais pretende entrevir sobre estas duas Moções? Ninguém pretende entrevir sobre estes dois temas? Sim? Faz favor, senhora Deputada Paulisa.” -----

- **Deputada Paulisa Dóris D’Assunção (PS):** “Primeiramente, gostaria de endereçar os meus respeitosos cumprimentos, na pessoa da Exma. senhora Presidente da Assembleia Municipal, a todos os presentes e ao Público que nos acompanha através dos meios de Comunicação Social. É muito oportuna aqui a Moção apresentada pelo nosso Deputado do Bloco de Esquerda porque, efetivamente, tem havido muita polémica à volta da escolha da localização do Centro de Exposições Transfronteiriço, tendo sido colocada a hipótese de vir a ser construído na zona do semicoberto do Parque Urbano do Rio Diz, devido à proposta que foi votada, no passado dia 13 de dezembro, em sessão de câmara extraordinária, de transferir do domínio público para domínio privado do Município uma parcela de terreno, de dez mil metros quadrados, que engloba o espaço do semicoberto do Parque Urbano do Rio Diz, com vista à eventual construção do Centro de Exposições Transfronteiriço. Proposta que foi aprovada com voto contra do PS. De facto, o Centro de Exposições Transfronteiriço é uma obra há muito tempo almejada, dada a sua necessidade e utilidade para o Município, mas a hipótese da sua localização, que veio agora a ser proposta pelo Executivo, no Parque Urbano do Rio Diz, não nos parece ser a melhor solução e não podemos deixar de manifestar a nossa total e veemente discordância, porquanto o Parque Urbano do Rio Diz é o espaço público mais frequentado desta cidade, quer individualmente, quer em família, desde que essa estrutura foi construída. Se a opção do Executivo se concretizar, certamente que irá ter o descontentamento e a oposição de toda a população que frequenta aquele espaço. Destruir obra feita, que custou muito dinheiro aos contribuintes, para construir uma estrutura que em nada se enquadra com o conceito para o qual o Parque Urbano do Rio Diz foi concebido, é, na nossa opinião e na opinião de muitos guardenses que nos têm feito chegar o seu descontentamento, um erro que deve ser evitado. Se se concretizar a desafetação do domínio público daquela área para o domínio privado do Município, abrem-se as portas para a construção de uma estrutura que ficará descontextualizada, desvirtuando aquele espaço verde de lazer e desporto, como aqui bem foi apontado pelo senhor Deputado, e que não só não lhe acrescenta mais valor como, pelo contrário, lhe retira. De acordo com o estudo que foi feito para analisar as possíveis localizações do Centro de Exposições Transfronteiriço, há outras localizações viáveis como aqui foram mencionadas e qualquer uma dessas alternativas, à exceção da Quinta da Maunça e do Estádio Municipal, pela mesma ordem de ideias, qualquer uma delas nos parece que será mais adequada para este tipo de infraestrutura. Portanto, em nome do interesse dos cidadãos da Guarda, apelamos ao Executivo para que abandone a ideia de desvirtuar o conceito para o qual foi construído o Parque Urbano do Rio Diz e reavalie as outras alternativas para localizar o Centro de Exposições Transfronteiriço, nomeadamente em zonas que beneficiariam dessa requalificação. Portanto,

acompanhamos aqui a Moção e iremos votar a favor da Moção apresentada pelo senhor Deputado do Bloco de Esquerda. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Mais alguém pretende intervir? Senhor Deputado Tiago Gonçalves, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Muito bom dia novamente a todos. Sobre a Moção apresentada pelo Deputado Marco Loureiro, pela contratação de mais funcionários não-docentes, é importante começar por referir que temos consciência que, de facto, faltam funcionários não-docentes nas escolas da Guarda. Sendo certo que, no 1º Ciclo, aquelas que estão, neste momento, sobre alçada do Município, o Município tem conseguido suprir essa falta, através de um trabalho também muito empenhado no Pelouro da Educação e através da contratação, muitas vezes, com recurso aos CEI+, como a gente sabe, mas também com a integração de trabalhadores do Município para o exercício dessa mesma atividade, a Câmara tem sabido suprir. Outra coisa que nos importa aqui agora analisar, é o que é que acontece com os funcionários não-docentes das escolas do Ensino Secundário e do 2º e 3º Ciclo. Ou seja, neste momento, isso é uma responsabilidade do Estado Central que vai ser transferida brevemente para as Autarquias Locais e sobre as quais, naturalmente, esta falta de funcionários, ainda traduz para nós uma maior preocupação. E traduz uma maior preocupação precisamente por isso, porque em 2021 essa competência vai passar a ser da Câmara e parece-nos que o Governo está a empurrar o problema com a barriga para depois o deixar às Câmaras Municipais. Não é à da Guarda, é a todas do país. E portanto, aquilo a que apelamos, com esta Moção, é efetivamente a isso, que o Governo contrate mais profissionais e funcionários não-docentes para as escolas e que, depois, quando transferir esses mesmos funcionários para as escolas, ou para as Autarquias Locais, os transfira acompanhado também do envelope financeiro que é necessário para que as Câmaras depois deem cabal cumprimento a essa matéria. Por isso, não deixamos de manifestar essa preocupação, votando favoravelmente esta Moção pela contratação de mais funcionários não-docentes, sendo certo que é ao Estado Central que cabe especificamente esta competência e que é ele que tem que resolver e depois mandar, tanto a competência, como dinheirinho, para a Câmara Municipal. Neste caso, para a Câmara Municipal da Guarda. Sobre o Centro de Exposições Transfronteiriço e a Moção que apresenta o Bloco de Esquerda. É sabido, esta questão tem levantado alguma polémica na cidade da Guarda desde a última sexta-feira, quando foi, de facto, objeto de deliberação na Câmara Municipal da Guarda e também posso dizer, que é público, acho que hoje é público, que no dia de ontem o Executivo Municipal reuniu com o Grupo Municipal do PSD e com um conjunto de pessoas com interesse nesta matéria, para ouvir, para, de facto, também auscultar aquilo que é o sentimento em relação a esta matéria ou a esta possibilidade de que aquela desafetação, que foi aprovada na reunião de Câmara, tivesse como objetivo a localização do Centro de Exposições Transfronteiriço. A verdade é que, nesta Assembleia Municipal, esse ponto, de desafetação do domínio público para o domínio privado da Câmara, não consta da nossa Ordem de Trabalhos. Poderia constar efetivamente, nos termos do Regimento, se até ao início da Assembleia o ponto tivesse sido colocado e submetido à apreciação da

Assembleia para que esta votasse, por maioria de dois terços, se o aceitava ou não. Mas o facto é que esse ponto não existe, não foi submetido à apreciação da Mesa da Assembleia, nem à Assembleia. Isso significa, efetivamente, um sinal que o Executivo dá de que abandonou esta opção, pelo menos abandonou neste momento e vai ajuizar, de outra forma, o que é que pode ser feito. Ou seja, depois, eu quero também dizer aqui, em meu nome pessoal, e não só, creio eu, em meu nome pessoal, mas é em nome do Grupo Municipal, quero saudar o senhor Presidente da Câmara Municipal e realçar a sua disponibilidade que teve para discutir com o Grupo Municipal esta matéria e percebendo a sensibilidade maioritária do Grupo Municipal, que era contrária a esta localização, decidir, relativamente a esta matéria, aguardar. De facto, o senhor Presidente creio que falará obrigatoriamente sobre este tema, seja agora no final do período Antes da Ordem do Dia, seja posteriormente, mas aquilo que acontece é que se percebeu que, de facto, esta localização pode não ser a mais ajuizada. Pode não ser a mais ajuizada, do ponto de vista político, essencialmente. Depois do ponto de vista técnico, dos estudos que todos já tivemos a oportunidade de ver e até de discutir nesta Assembleia Municipal, verificámos que esses estudos apontavam aquela localização como uma localização correta. Mas, no fundo, não é uma opção que vá ao encontro daquilo que é o sentir das pessoas da Guarda. Não vai ao encontro daquilo que é o sentir do Grupo Municipal do PSD nesta Assembleia Municipal. E, por isso, aquilo que temos para dizer, neste momento, e aquilo que eu quero transmitir, e que transmito em meu nome pessoal, não o transmito enquanto líder do Grupo Municipal do PSD nesta Assembleia Municipal, é que percebi, ontem, nas palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal, que, no seu prudente arbítrio, procurará sempre evitar que esta seja uma solução para a localização do Centro de Exposições Transfronteiriço. E confiando nesse seu prudente arbítrio, que ontem ficou perante nós bastante claro, informo eu, à Assembleia, que me absterei nesta Moção porque entendo que não é necessário tomar esta posição. A Câmara Municipal, por ela própria, já percebeu que esta não será a opção mais ajuizada para a localização do Centro de Exposições Transfronteiriço. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Então, senhor Presidente, tem a palavra. Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente da Assembleia. Nesta matéria, na verdade, nós temos que ser consequentes com os atos que se praticam. Olhando até para a proposta em si, excluir, portanto, o Polis, como uma solução possível para a instalação do CET, na minha perspetiva, não é exequível. E não é porque se olharmos para o processo, que decorreu há um ano atrás, e tal como foi delineado, com a abertura de um período de discussão pública de Revisão do Plano de Pormenor do Parque Urbano do Rio Diz e, nesta data, foram ouvidas diversas entidades, a APA e a CCDR. A CCDR deu parecer favorável a que o Parque Urbano do Rio Diz, o Parque Polis, pudesse ter a possibilidade de construção, em cima do estacionamento, de um Centro de Exposições Transfronteiriço. E assim, este tema que foi objeto de discussão pública, onde a APA e a CCDR se pronunciaram favoravelmente, deu azo a que, posteriormente, em reunião de Câmara, datada de 24 de setembro de 2018, fosse

aprovada por unanimidade dos Vereadores. Mas, como isto é uma matéria que tem que ser discutida em Assembleia Municipal, também foi a Assembleia Municipal em, recorde, em sessão ordinária de 28 de setembro de 2018, foi aprovada por a maioria. Por quarenta votos a favor e o resto dos Deputados presentes abstiveram-se. Ora bem. O que é que acontece? Aquilo que aconteceu na sexta-feira passada teve a ver, única e exclusivamente, com uma possibilidade que não tem a ver com a localização. Mas, se quiserem, ou seja, é um ato tendente a uma futura localização que tem que obedecer à discussão, tem que obedecer também à apresentação pública, tal como aconteceu no passado. A única possibilidade é aquilo que justifica a nossa decisão em reunião de Câmara, na sexta-feira passada, foi exclusivamente o facto de tornar uma coisa que está fora do comércio, ou seja, uma parcela do domínio público, passá-la para domínio privado. E, a partir daí, poder ser uma possibilidade na sequência... ou seja, vamos admitir que esta parcela não tinha nada a ver com aquilo que já foi deliberado anteriormente. Bem, aí era uma situação completamente nova. E uma situação completamente nova obedecia a um critério completamente diferente. Na nossa opinião, o que sucedeu foi, tendo sido já aprovada, nos dois Órgãos do Município, a possibilidade de construir no parque de estacionamento, o que foi avançado na última reunião, para discutirmos com a Guarda... nós não faremos nada contra a Guarda, nós não faremos nada que não haja a convicção clara que é uma vantagem, que traz mais-valias, que traz mais gente, que resolve muito dos nossos problemas estruturais. Não faremos. Pelo menos, é isso que temos na nossa convicção, enquanto defensores da causa pública. E, nessa medida, como já tinha sido objeto de uma discussão, então vamos estender a possibilidade, sempre em diálogo. E, aqui, também uma palavra de reconhecimento pela forma. É verdade que foram suscitadas várias questões que não correspondem à realidade. Não está em causa a localização do CET. Está apenas em causa a desafetação de uma parcela, junto a outra que já admitia a construção do CET, para futura discussão de uma localização que viesse a ser aceite por todos, assumida para a localização de um Centro de Exposições Transfronteiriço. Aí, e aliás, o líder da Bancada Social Democrata colocou-me a questão e eu disse: vamos a discutir esta matéria. É assim. Nós temos que partilhar as decisões. Elas serão muito mais facilmente aceites se envolvermos a sociedade, se envolvermos aqueles que têm, em primeira mão, o poder, a responsabilidade, de exercer a casa pública. E assim o fizemos. Sem pejo, sem vergonha, sem ter aqui qualquer complexo. A matéria é importante mas eu não esqueci que há sete localizações. Há sete. E numa das localizações, que é o Centro de Exposições, apenas se admite a possibilidade em cima do estacionamento ou na zona do iglô, sendo que, neste caso, a ser admitida, o iglô tinha que ser colocado, designadamente a possibilidade, se me colocassem a questão, à entrada do Parque Polis, na zona que tem a ver com aquele solário natural que não tem tido uma utilização por parte da população da Guarda e seria uma solução alternativa. Mas não foi assim. Verdadeiramente, eu depois de apresentar em Reunião de Câmara e ter sido discutida esta proposta e ouvindo, depois, também, o Grupo Parlamentar, nós nem sequer trouxemos esse ponto agora, aqui, a discussão. Mas é certo que, olhando para esta proposta... e também é certo outra coisa, nós não tínhamos a perspectiva da construção de um Centro de Exposições no Polis. A perspectiva é, desde que as condições que justifiquem, que o

demonstrem, é uma colocação deste Centro de Exposições na Fábrica dos Tavares, como nós dissemos sempre à Guarda. É esse o local. Reabilitamos um espaço, é um espaço que já gastamos 2 milhões de euros. Infelizmente, num contrato de 2001 que nunca foi cabalmente cumprido, na minha opinião, por ambas as partes. Uma dependia da outra, verdadeiramente não se cumpriu. Pagámos e, neste momento, como disse também o Deputado Marco Loureiro, não temos nem dinheiro, nem imóvel. É verdade que, nós tivemos que agir judicialmente porque temos uma hipoteca, em 2014, de cinquenta mil metros daquele terreno. E nós não podemos, na causa pública, olhar para uma realidade destas, que não tiremos as devidas consequências. E esta situação só aconteceu, e reitero esta posição, exatamente porque aquela que estava sinalizada, aquela que nós tínhamos a convicção... porque os contratos são para se cumprir, os contratos são feitos de boa-fé, é para aquilo que lá está ser, objetivamente, cumprido por todos. E o que aconteceu é que, cumprido o pagamento, sofremos, em 2014, com uma hipoteca de cinquenta mil metros, onde vem também prejudicar parte da localização do CET. E, com certeza, se temos um estudo a quem pagámos a uma empresa que avaliou técnica, jurídica e também financeiramente, que as viabilidades das sete localizações e que colocou, e agora diga-se, o estudo é público, o estudo está acessível a qualquer cidadão da Guarda, diz o valor para cada localização. Sabem qual é a primeira localização e a primeira prioridade, do ponto de vista técnico? É exatamente o Parque Urbano do Rio Diz. A segunda foi as fábricas da Sociedade Têxtil Tavares que são hoje e estão na posse da Câmara, aliás, como o contrato de promessa o refere, está na posse do Município. Nós ocupamos até aquele espaço. E nós, na altura, decidimos logo que era na fábrica do Rio Diz. Esta é uma solução de recurso. É uma solução alternativa. Ela foi admitida. Aqui d'El Rei porque estamos a criar uma situação nova. Não. Não estamos a criar uma situação nova. Há um pressuposto que vem de trás, que foi assumido por esta Câmara, por esta Assembleia, com a responsabilidade da deliberação que consta das mesmas atas, que refletem a vontade do Órgão. E verdade se diga, vinga o espírito democrático. Ninguém vai fazer nada contra a Guarda. Aliás, mesmo que esta Assembleia estivesse de acordo com essa solução, eu penso que era uma matéria, havendo vozes discordantes, que a Guarda se teria que pronunciar. E nós estamos cá para isso. Não faremos nada contra a Guarda. Faremos tudo pela Guarda. E esta é uma boa obra que não tem que ficar manchada por atos menos bem interpretados, por algo que nós não queremos, por um lado, dar a devida importância ou, por outro, de facto, que é um passado histórico que perturbou gravemente a resolução deste assunto. E, na nossa perspectiva, é olhar objetivamente para este assunto e, designadamente, na proposta que está aqui em causa, aprovar esta proposta é violar o Plano de Pormenor aprovado. Porque se fosse... nunca, nunca na zona da parcela que nós desafetámos da Câmara, na sexta-feira, era concisa a proposta e percebíamos, Deputado Marco Loureiro, a questão é que o Plano de Pormenor no Polis está assumido. O Plano de Pormenor diz, claramente, e é um Regulamento, é uma norma jurídica, diz que há a possibilidade. Nós temos o poder de decidir, há a possibilidade de ser ali. Portanto, para ser exequível esta proposta, então, nós tínhamos que alterar o Plano de Pormenor e dizer: não se admite, no Plano de Pormenor, qualquer localização de um CET na zona do Pólis. Era isto, para ela ser exequível. Senão, vai violar exatamente o Plano de Pormenor que nós temos

aprovado. Mas, ainda assim, reitero. Na verdade, nós temos uma parcela que pedimos a desafetação e essa parcela que se pede a desafetação, não colide com o que está aqui. O pedido, nesta proposta, é muito mais abrangente. Sendo certo, como eu disse, democraticamente, aceito que pode não ser a solução mais adequada. Aliás, até atento às últimas notícias em que empresa, aliás, na sequência do que nós fizemos, durante vários meses, onde tivemos a possibilidade de negociar esta solução, porque é uma parcela de dez mil metros que tem que ser desafetada desta propriedade que foi objeto do contrato de promessa e que passou para a posse do Município e que hoje, não fosse este Plano de Pormenor, não era exequível. Ou seja, o Plano de Pormenor fez uma unidade de execução, como também sabem e é público, que esta parcela, para atribuir os mesmos direitos que estavam no contrato de promessa, cento e cinquenta e seis apartamentos em dez mil metros quadrados, já na altura, tecnicamente, foi-me dito que não era exequível. Mas, para darmos exatamente os direitos e cumprir o contrato de promessa na estrita obrigação, o que nós fizemos foi fazer uma unidade de execução, que tem numa parcela, destes cinquenta, tem quinze mil metros em que, dois terços são da Fábrica Tavares para compensar aquilo que estava no contrato de promessa, e um terço é do Município, tendo o Município a obrigação de fazer as infraestruturas. É isto que está no Plano de Pormenor, na unidade de execução que foi aprovada, também por esta Assembleia, e foi publicada em Diário da República... e eu posso dizê-lo, está aqui, no dia 21 de novembro de 2018. Portanto, esta foi a evolução deste processo. Tivemos aqui um pequeno pormenor, de uma formalidade que nós quisemos cumprir para colocar a discussão: a Guarda quer, faz-se. A Guarda não quer, não se fará. E eu encetarei, como diz na sua proposta, todos os esforços e tendo havido abertura, como eu disse ontem ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tomarei novamente nas minhas mãos o dever, a responsabilidade, de continuar com as negociações no sentido de equilibrarmos aqui uma solução em que, retirada a hipoteca, em que resolvida a questão do não pedido deste pagamento de 2 milhões de euros, que não foi a Tribunal de Contas. Portanto, são questões formais que têm a sua sensibilidade e que carecem de ter aqui algum cuidado na sua análise. Mas aí, nós iremos enveredar, novamente, por um processo negocial e a ver se chegamos a bom termo. E a solução primeira, aquela que o Executivo sempre vendeu, será exatamente a fábrica da Sociedade Têxtil Manuel Rodrigues Tavares. É isso que nós queremos, é por essa que vamos lutar. E, por isso, eu penso que esta é uma questão que eu resolvia desta forma. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passemos, então... muito rapidamente, então, por favor, porque nós temos que ir almoçar. Nem sei a que título vai falar. Mas pronto, fale lá, rapidamente.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “É só porque foi, nitidamente, aqui feito e eu compreendo... nunca houve uma discussão tão profunda sobre uma Moção como esta, porque eu compreendo o tema. E compreendo a posição do líder da Bancada do PSD, o senhor Deputado Tiago Gonçalves, compreendo. Mas não posso é compreender o apelo que está a fazer aos restantes Deputados da sua Bancada, mas eles lá irão decidir como assim o entenderem. Agora, como é que é possível haver a necessidade desta

justificação, em tão curto espaço de tempo, como é que a reunião de Câmara, realizada num tão curto espaço de tempo, em que nem sequer tinha dois Vereadores do próprio Executivo, relativamente à cor partidária do próximo Executivo. Como é que ali decidiu, como é que anunciou e, de repente, há esta reunião com o Grupo Parlamentar Municipal, que tem todo o direito, mas vejam quando é que foi. Há, ou não há, uma pressão sobre este tema? Há, ou não há, dúvidas sobre este tema? Então e este tema vai-se resumir, agora, a acreditarmos que tudo o que se passou, e a ver as notícias que vieram a público, que põe, retira,... mas não, não se preocupem. Deixem estar como está, mas eu prometo que não é... Não, afinal não promete nada. Pode vir a ser no Polis. Pode vir a ser no Polis. Por isso, a Moção continua e vocês, que aqui estão, têm o direito de votar conscientemente e a assumir a responsabilidade política dessa votação. Isso é o que importa aqui.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Passamos... Tiago... eu não dou a palavra a mais ninguém, senão não saímos daqui. É que eu nem sei a que título estão a falar. Desculpem lá.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Trinta segundos, para dizer uma coisa. Aquilo que está aqui em causa é a votação de uma Moção contra a localização do CET. Aquilo que foi discutido, ontem, entre nós, Grupo Municipal do PSD, foi a localização do CET. Se o CET alguma vez tiver que ser construído no espaço do Polis, esse ponto terá que vir aqui, porque hoje não veio a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado. E, portanto, com esta votação que estamos aqui a fazer, não fica, de modo algum, prejudicado aquilo que é a votação que cada um possa querer fazer, relativamente a essa a matéria, no tempo próprio, se ela, algum dia, voltar a existir. Não tenho mais nada a dizer.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, muito Obrigada. Vamos passar, então, à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----  
----- **Pela Contratação de mais Funcionários Não Docentes** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e quatro votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passemos, agora, à votação sobre a Moção do Centro de Exposições Transfronteiriço. E eu, se me permitem, para que não haja dúvidas, vou ler os termos da Moção. «Ponto 1. Encetar todos os esforços para a rápida e melhor resolução na passagem da propriedade dos terrenos da antiga Fábrica Tavares para o Município. Ponto 2. Se, e somente se, a opção já aprovada e estudada da Fábrica Tavares não for uma possibilidade real, avançar para uma outra opção de estudo, outrora feito, mas que exclua o Parque Urbano do Rio Diz.» É isto que está à votação... É para acrescentar? Pronto. Então, acrescentemos outras localizações. Pronto, acrescentando a recomendação do CDS. Pode ser? Muito bem. É isso que está? Sim, essa está excluída. O que tem a Moção é: estudar se a Fábrica Tavares não for a opção, estudar outras possibilidades, excluindo o Parque Urbano do Rio Diz. É o que está à votação. Muito bem. O Bloco de Esquerda... vamos lá ver se nos entendemos. O que diz a moção é: «somente se a opção aprovada e estudada da antiga Fábrica Tavares não

for uma possibilidade real, avançar para uma outra opção de estudo, outrora feito, mas que exclua o Parque Urbano do Rio Diz.» O Bloco de Esquerda aceita incluir aqui: avançar para uma outra opção de estudo que inclua todas as outras possibilidades? Ou como é que querem a redação? Marco, incluindo a recomendação do CDS? Incluindo a localização... pronto, se ficar a possibilidade de estudar qualquer outra localização, também inclui essa. Incluindo a localização recomendada pelo CDS. Pode ser assim? Pode ser? Incluindo a localização recomendada pelo CDS, mas que exclua o Parque Urbano do Rio Diz. Certo? Está certo? Senhor Deputado Marco Loureiro, tem que falar comigo. É assim? O senhor é que decide, a Moção é sua. Mas pode ser esta a redação? Incluindo a localização recomendada pelo CDS, mas que exclua o Parque Urbano do Rio Diz. Está bem? Muito bem. Então é isso que vai a votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Sobre o Centro de Exposições Transfronteiriço** -----

- Aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor, trinta e cinco abstenções e quatro votos contra. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “A Mesa vota a favor desta Moção e eu vou fazer uma Declaração de Voto. Ora, temos, então, isto aprovado por vinte e cinco votos a favor, trinta e cinco abstenções e quatro votos contra. Muito bem, eu vou... Abstenções trinta e cinco e vinte e cinco a favor. Ora bem, eu vou fazer uma Declaração de Voto. Os Membros da Mesa pedem-me que seja conjunta. Mas, senão eu faria a Declaração de Voto pessoal. Para dizer o seguinte. Eu acho que esta Moção é extemporânea, uma vez que não foi solicitado o agendamento deste ponto. Portanto, não veio na Ordem de Trabalhos a discussão deste ponto. E o senhor Presidente já manifestou disponibilidade para ponderar e analisar esta questão. Todavia, a Moção está na Mesa e está à votação e, como eu acho que a coerência na vida e na política é um bem inestimável, eu não posso deixar de votar a favor desta Moção, eu e a Mesa que me acompanha, porque concordo, em absoluto, com os termos da Moção. Acho que deve ser estudada, efetivamente, a possibilidade da Fábrica Tavares e, não sendo possível essa localização, eu sou absolutamente contra a localização no Parque Polis. E permito-me só aqui uma chamada de atenção, de que aquilo que foi à votação na Câmara, a área passível de desafetação, ou a possibilidade de desafetar do domínio público a área, não corresponde, de todo, àquilo que estava nas sete possibilidades de estudo e que a empresa estudou. Portanto, a localização é diferente. Não está incluída nessas sete, como sabem. Entendo que o Parque Polis é um património da cidade, é um bem dos cidadãos da Guarda. É uma centralidade que temos na Guarda e entendo que o CET é um bem em si mesmo, mas deve incorporar, ele próprio, uma nova centralidade para a cidade. Temos essa possibilidade. Se não tivéssemos, de todo, outra localização, o CET é necessário, precisamos do CET, concordo. Então, aí, em última instância, até poderia aceitar. Mas não é o caso. Temos muitas possibilidades para poder estudar e, portanto, a localização do CET deve incorporar uma nova centralidade para a cidade. E não me parece, de todo, coerente que se... eu não quero utilizar a palavra destrua, porque o facto de se construir ali um equipamento não é destruir, mas que se menorize a utilização do Polis, que é um parque verde, é um parque bom que temos na cidade e

que todos nós utilizamos, de uma forma ou de outra. Está sempre cheio, como todos nós sabemos, e, portanto, não me parece correto que se possa incorporar ali o pavilhão. Para além de todas as questões técnicas mas, sobre essas, eu não me pronuncio porque não tenho habilitações para isso. Mas, ainda assim, consigo entender quando mas transmitem e percebo que haja algumas questões técnicas ali a ponderar. E, portanto, basicamente por estas razões que aqui aduzi, que aqui trouxe, quer eu, quer a restante Mesa, votamos favoravelmente a esta Moção e fica aqui a nossa Declaração de Voto. Muito bem. Declaração de Voto o Miguel? Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Miguel Bandarra (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, caro Executivo, Deputados Municipais, Presidentes de Junta. Eu votei contra esta Moção. Não pela Moção proposta pelo Bloco de Esquerda do Marco Loureiro, mas sim pela Recomendação que foi anexada à própria Moção que recomenda a localização, uma das ideias, ser no Centro Coordenador de Transportes. E é por esse motivo que votei contra. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, muito obrigada. Senhor Deputado Aragão, faz favor. Também uma Declaração de Voto.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Boa tarde a todos. O motivo de abstenção teve a ver com o facto de se ter generalizado, para toda a zona Polis, a possível implantação do Centro de Exposições Transfronteiriço, quando o que estava em causa era retirar o semicoberto e colocar lá o pavilhão. Aí, sou claramente contra. Não faz qualquer sentido. É uma imagem de marca da cidade, portanto, não concordo lá com o pavilhão. No entanto, a área do Polis é uma área muito grande que pode, eventualmente, com um estudo feito, criterioso e bem feito, pode integrar outras áreas. Designadamente como tem acontecido, a FIT é uma mais-valia para o Polis e o Polis é uma mais-valia para a FIT. Portanto, sendo estudado uma solução que não ponha em causa o semicoberto nem a sua envolvente, mas que utilize outros terrenos, como já se referiram, o primeiro parque de estacionamento e a zona do ondulado que está quando se entra, com um projeto devidamente estudado, não vejo que isso possa trazer problemas. Com um projeto devidamente estudado. Mas vindo sempre para a aprovação desta Assembleia, que não dizer de toda a cidade, com base num referendo, uma vez que são questões estratégicas e que têm a ver com o desenvolvimento da própria cidade. Daí a minha abstenção. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor. Também uma Declaração de Voto.” ---

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Pois, o nosso voto decorreu, efetivamente, da inclusão da nossa Recomendação na Moção. O haver mais opções, nós não nos devemos furtar ao debate. E aquilo que nós pretendemos é que esta localização seja analisada seriamente. O espaço é municipal, não tem custos. O espaço tem área suficiente, as infraestruturas que lá estão, estão ultrapassadas...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço desculpa. Não é consigo, é com o barulho. Nós estamos todos com fome, mas deixem terminar o senhor Deputado, por favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Para quem conhece aquela zona do antes das edificações, aquilo foi uma zona de aterro. É facilmente limpa, não é preciso andar a partir pedra. A proximidade ao centro da cidade permite que os eventos dinamizem a própria cidade. E, aqui, eu toco um bocadinho na questão da Declaração de Voto da senhora Presidente que quer uma nova centralidade para a Guarda. Um dos problemas da Guarda é andar a querer criar muitas centralidades, ter andado, no passado, a criar muitas centralidades, e não ter hoje nenhuma centralidade verdadeiramente. O problema é este. São centralidades com os Hipermercados. São centralidades novas com o Politécnico. E, depois, fica a cidade desagregada e temos uma cidade de pontas que não estão atadas. Basicamente é isto. Permitiria ali a realização de grandes eventos, nomeadamente as festas estudantis sem estar a empurrar o Politécnico para a periferia, ter que arranjar transportes para deslocar os alunos durante os eventos académicos. Portanto, acho que é de considerar. Há problemas a resolver no centro da cidade. O problema do estacionamento da Escola da Sé é um problema sério e o Município também tem que olhar para ele e a criação ali de um grande parque de estacionamento, podia vir a resolver um conjunto de necessidade da cidade, além de também ajudar a corrigir a rede viária envolvente. Quero registar, como positiva, a disponibilidade do senhor Presidente para aceitar a discussão desta temática e, também, o recuo do Executivo. Acho que é positivo porque há momentos em que é preciso dar um passo atrás para depois se darem os dois em frente e as coisas fazerem-se de forma mais ponderada. Quanto à Moção de mais funcionários para as escolas. Nós votámos favoravelmente. Eu acompanho aquilo que disse o senhor Deputado Tiago Gonçalves. Não é à Câmara Municipal que compete colocar os funcionários nas escolas, para além daquelas que são 1º Ciclo e ensino Pré-escolar. E aí penso que os rácios estarão razoavelmente, não quer dizer que estejam completamente cumpridos, mas estarão razoavelmente cumpridos. Aquilo que eu chamo à atenção é que, no momento da contratação desses funcionários, que haja o cuidado de ver o perfil também de quem se contrata e que seja dada alguma formação a esses funcionários, porque a escola é um meio muito dinâmico e é preciso estar preparado para encarar determinadas situações que ocorrem em meio escolar. E, provavelmente, todos saberão aquilo a que eu me estou a referir. Quanto à colocação de funcionários nas escolas dos restantes níveis de ensino, isto é o corolário de uma política do Governo anterior, da qual o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista foram cúmplices. Eu acho que o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista se transformaram no PSB e no PSC, tal foi a colaboração que tiveram na validação das políticas que foram implementadas.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Muito obrigada, senhor Deputado. Uma Declaração de Voto também? Faz favor.” -----

- **Deputada Paulisa Dóris D’Assunção (PS):** “O Grupo Municipal do PS não poderia ter deixado de votar a favor desta Moção. Aqui discutiu-se algo diferente daquilo que tinha sido aprovado em Assembleia Municipal, em 2018, que previa a possibilidade de ser

construído o CET no estacionamento. Agora estávamos a discutir aqui uma desafetação de uma parcela que abrangia o semicoberto e que implicava, segundo as palavras do próprio Presidente da Câmara, implicava a sua realocação. Pronto, era uma possibilidade. Abriam-se aqui as portas. E é a esse abrir de portas que nós nos opusemos, em nome do interesse dos cidadãos da Guarda que manifestaram seu o seu descontentamento, prontamente, por tudo o que foi redes sociais e redes de comunicação social. O PS regista, com agrado, o recuo do Executivo, o recuo do PSD, nesta matéria, como sendo um ato de bom senso que devemos saudar. Portanto, no mais, fazemos nossas as palavras, com a devida vénia, aqui proferidas pela senhora Presidente da Assembleia Municipal na sua Declaração de Voto. E aguardaremos que o Executivo, então, depois repense as alternativas já estudadas. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Ainda pretende falar? Eu deixo, o problema é que depois não tem tempo para a intervenção política no período da tarde, senhor Presidente. Resta-lhe 1 minuto e 45, a não ser que, depois, o PSD lhe ceda algum tempo, embora também não tenha muito. Mas, se quiser, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “... A proposta podia ter sido motivo de discussão nesta Assembleia se tivesse vindo. Ela não veio. O que veio foi a proposta do Marco Loureiro e a proposta é: no Polis, não se pode discutir nenhuma solução para o CET. E está uma aprovada. Está uma aprovada. O Plano de Pormenor diz que, em cima do estacionamento, essa é uma solução. É evidente que, se estivéssemos a discutir a proposta que foi levada à reunião de câmara, é diferente. Mas não está cá. Discute-se o que não está cá? Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito Obrigada. Bom, então, eu vou interromper agora para almoçar. Já estamos atrasados. Temos o almoço... senhor Deputado, depois discutem isso, no almoço, amenamente.”-----

-----  
-----  
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Bom, temos quorum. É mesmo no limite, mas temos quorum. Vamos começar, então. Ou melhor, retomar os trabalhos. E continuando aqui no Período Antes da Ordem do Dia, para o tempo restante que ainda falta, nós temos aqui inscrito para falar o Tiago Saraiva Gomes. Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Saraiva Gomes (PSD):** “Senhora Presidente, boa tarde a todos. Cumprimento a senhora Presidente e a Mesa, cumprimento o Executivo na pessoa do senhor Presidente, senhores Presidentes de Junta, senhores Deputados, Comunicação Social, e a quem nos assiste através dos meios de comunicação digitais. Estamos em plena época Natalícia e, mais uma vez, a nossa cidade enche-se de luz, de cor, de magia, de movimento e animação. Efetivamente, a Cidade Natal não só traz movimento ao nosso nobre centro histórico, mas também ao nosso comércio. Isso é mais que visto por cada um de nós que tem percorrido, nos últimos dias, as ruas da nossa cidade. Mas também é um envolvimento de todas as nossas escolas, das nossas IPSS, de toda a nossa

comunidade. Também um pouco por todas as nossas freguesias, existem diversas atividades com as quais se interliga o concelho, se faz um verdadeiro intercâmbio geracional. E, senhora Presidente, permita-me que parabeneze o senhor Presidente de Câmara e o restante Executivo, por mais um ano fantástico da Cidade Natal. É uma aposta ganha, é uma aposta que tem que continuar. Faço o desafio de se estender a ainda mais localidades do nosso concelho, ainda mais freguesias e a outras áreas da cidade. Mas, senhor Presidente, muitos parabéns por mais uma aposta. Também a Passagem de Ano, com a nossa Sé como pano de fundo e a nossa nobre Praça como palco, é uma das grandes apostas deste Executivo, é a Alta Passagem de Ano nesta cidade mais alta. Vejam que outras cidades, outros concelhos aqui à nossa volta, assim seguem, também, este exemplo. E é isto mesmo, a Guarda como motor. Não só como motor do concelho, mas como motor da região. Senhor Presidente, é por aqui o caminho. O rumo que continue e sempre a melhorar aquilo que são as apostas ganhas e estas são duas delas. A Guarda torna-se, então, uma verdadeira porta de entrada para quantos nos querem visitar, a nós e à nossa região. Aproveito para desejar a todos umas excelentes Festas. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passava a palavra, agora, ao senhor Deputado Aires Diniz, por favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Questionamos nós, CDU, a inexistência de uma rede transportes públicos que sirva o concelho no seu todo, devendo haver uma oferta pública que sirva os trabalhadores e Municípes, de forma a permitir o reforço da coesão entre o espaço urbano e rural. Há que equacionar a integração da recolha da RSU nas questões de higiene, pois é deficitária e pouco frequente no mundo rural, um serviço público que devia ser internalizado no serviço da Câmara. Sabemos ainda da degradação da prestação do serviço de águas da Câmara, desde que foi internalizado, por falta de meios e morosidade na resolução de constantes avarias. Achamos pertinente a preocupação com condutas e ramais de fibrocimento na nossa cidade, muitos dos quais em estado muito precário e que, para além de fomentarem o desperdício da água, aumenta um custo que são evitáveis e contamina os utentes de forma muito silenciosa, aumentando a probabilidade da sua morte precoce. Agora todos estamos cientes da necessidade de intervenção coerente na defesa dos comerciantes do Mercado Municipal e do acesso dos utentes a este espaço público, nomeadamente a articulação entre o mundo rural, setor cooperativo e a potencialidade dos mercados locais através da organização de agricultores como a ADAG e a CNA. Por isso devemos, no Mercado Municipal, ouvir os comerciantes sobre os efeitos de ter estado encerrado, durante duas semanas, na sequência do incêndio do passado dia 29 de novembro. Inquirimos, por isso, a Câmara sobre as suas causas, bem como sobre os seguros existentes para cobertura de prejuízos. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Tenho, agora, para intervir, o senhor Deputado Hugo Fernandes. Faz favor.” -----

- **Deputado Hugo Fernandes (PSD):** “Boa tarde a todos, Exma. senhora Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, senhor Presidente do Município, Senhora e

Senhores Vereadores, Exmas. senhoras e senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em geral, Técnicos da Autarquia. A Constituição da República Portuguesa institui o princípio da igualdade entre todos os cidadãos, em que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, em função, nomeadamente, do território de origem. Por outro lado, um dos temas que mais tem sido invocado pelo atual Governo é o da coesão territorial, nomeadamente no programa eleitoral das recentes eleições no seu ponto número quatro e cito o que lá se encontra escrito: estimular a convergência entre litoral e interior, entre a cidade e o campo, entre centros urbanos e periferias suburbanas. Temos um território desequilibrado, com assimetrias económicas e sociais bastante vincadas que urge colmatar, para que não haja portugueses de primeira e de segunda, porque o nosso futuro não pode estar condicionado pelo local onde nascemos e onde vivemos. Acresce ainda referir, mais recentemente, na passada semana, vimos o Senhor Primeiro-Ministro manifestar-se totalmente contra o orçamento comunitário proposto, uma vez que defende que o orçamento europeu deveria ser um instrumento de coesão. Isto é, apenas os países da zona do Euro mais desfavorecidas e que respeitassem determinados critérios, deveriam ser beneficiadas pelo orçamento. Estas três referências, que aparentemente não têm qualquer ligação, relacionam-se com a temática que vou abordar precisamente por, a meu ver, contrariar a questão da igualdade, coesão territorial e as ações que este Governo até agora fez. O que vou abordar hoje é a recente votação ocorrida na Assembleia da República, no passado dia 12 de dezembro, acerca de recomendação do PSD, para que se adotasse um programa de apoio à mobilidade de âmbito verdadeiramente nacional e territorialmente justo. A proposta defendia medidas a implementar das quais destaco: a redução das portagens em 50% para todos os veículos a combustão, para os elétricos a 75%, além da redução do preço dos bilhetes de comboio em 50%. Estas propostas visavam compensar os territórios de mais baixa densidade, face às medidas adotadas e implementadas pelo Governo com os passes sociais para melhorar a mobilidade das populações que residam, trabalham ou se deslocam nas duas áreas metropolitanas do país. Uma recomendação séria, sem grandes custos orçamentais, que promoveria a coesão territorial e a diminuição das desigualdades entre cidadãos do mesmo país, foi rejeitada com os votos contra do PS, do Bloco de Esquerda, do PCP e do Partido Ecologista os Verdes. Uma proposta que os recursos financeiros efetivos para o Orçamento de Estado, estaria muito distante da adotada relativamente aos passes dos transportes públicos. Porque, se há trinta anos estávamos distantes dos grandes centros urbanos nacionais devido ao que perdíamos em deslocações em questão de tempo, demorávamos cinco a seis horas para Lisboa, por exemplo, hoje temos a separar-nos o fator dinheiro, custo financeiro. Chegamos em metade do tempo até à capital, mas gastamos, numa viagem, mais do que um cidadão de Lisboa gasta num passe mensal de transportes públicos. E isto é incompreensível e inadmissível. Não podemos aceitar esta situação. Indigna-nos e descredibiliza a classe política. Ainda há pouco tempo, em plena campanha eleitoral, estes três partidos defenderam medidas de redução ou eliminação de portagens e, agora, que havia a possibilidade de pressionar o Governo no sentido de cumprir com a sua promessa, votaram contra. Onde está o compromisso com interior? Onde está a coesão territorial?

Onde está a palavra dada por estes partidos políticos? Confesso que, perante este voto contra, acreditei que o Governo viesse, na proposta de orçamento, introduzir algumas alternativas melhores. Pois bem, ao ler ontem a proposta de orçamento apresentada pelo Partido Socialista, percorri as mais de trezentas páginas do documento e, pasme-se, nem uma só palavra em todo o documento sobre portagens. Mais de um ano de adiamento do nosso território, mais um ano de esquecimento para as nossas acessibilidades, espero que tal não se concretiza efetivamente. Esta problemática das portagens começa a tornar-se intolerável para todos nós. Enquanto se é oposição defende-se sempre a redução ou abolição. Quando se é poder, vota-se ao contrário. Isto tem acontecido recorrentemente em Deputados do PS e do PSD. É um facto. Mas tem de haver um fim se queremos, de facto, reduzir as desigualdades e promover a coesão. Eu tenho esperança que todos aqui presentes movam esforços no sentido de pressionar e manifestar, de uma vez por todas, que é premente dar sinais efetivos de medidas práticas que afetem positivamente a nossa competitividade, que nos aproximem e não afastem dos grandes aglomerados nacionais. Faço votos que, especialmente os elementos da Bancada do PS, mas também dos restantes partidos que votaram contra, façam chegar esta urgência ao Governo que atualmente temos e que, a curto prazo, isto é, já neste orçamento que está a ser analisado e será votado, haja uma observância clara do que prometeram em campanha, sob pena de passarem por faltar à verdade, sob pena de desacreditarmos de todas as outras promessas que foram fazendo a todos nós. É bom não esquecer que as eleições não se ganham, nem ganharam, pela linda cor dos olhos de cada candidato, mas sim pelas promessas que fizeram. Sinceramente, espero, já na próxima Assembleia Municipal, vir aqui a reconhecer que há correspondência entre palavras e atos no atual Governo porque, até agora, enchemos a barriga com a dialética usada, mas constatamos que, para já, a barriga não tem mais do que ar. Está vazia de substância e matéria. A Guarda merece ser respeitada. O povo da Guarda merece ser tratado, no mínimo, de igual forma que os povos dos grandes centros urbanos, porque o nosso esforço tem sido, ao longo de décadas, muito superior ao dos residentes no litoral. Temos vindo a ser cada vez mais discriminados e esquecidos e é preciso dizer basta. Nós merecemos mais e melhor. Este é o meu desejo e será certamente o de todos os presentes e de todos aqueles que os elegeram. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco Loureiro, por favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Aproveito para começar dizendo ao senhor Deputado que me antecedeu que, realmente, o senhor o Deputado só se esqueceu de dizer uma coisa relativamente à votação do Bloco de Esquerda. O Bloco de Esquerda nunca foi nem nunca propôs descontos. O Bloco de Esquerda foi sempre pela abolição das portagens e isso é aquilo que defende e vai continuar a defender. Não vota migalhas. Não vota migalhas. É uma posição do Bloco de Esquerda, desde sempre a defendeu. E isto é a coerência. A população e os outros restantes Deputados interpretem como quiserem. Agora, nesta matéria, fomos coerentes e vamos continuar a defender, admitindo que o PS podia e deve fazer melhor e admitindo também que ainda não temos força suficiente para contrariar esse poder.

Mas qual é o problema? O Bloco de Esquerda tem 10%, o Bloco de Esquerda não é poder. Esperemos um dia que seja e depois a conversa será outra. Senhor Presidente, gostava de o questionar, como há pouco lhe disse que iria fazer agora. Relativamente à situação do Mercado Municipal e é certo que foi feito algum esforço, para não dizer até, reconhecer, um grande esforço. E o mercado reabriu, contrariando algumas previsões iniciais, apontadas por várias pessoas e por órgãos que, acho eu, nem foram oficiais relativamente à Câmara. Por isso, também não vou dar importância a essas reações de Facebook porque não são oficiais. Mas senhor Presidente, o BE certamente e também certamente os comerciantes e utentes do mercado gostariam de saber algumas respostas que parecem ser pertinentes saber. Primeiro, como é que, se é que já se sabe, como é que se iniciou o incêndio? Porquê e o que falhou? Se, no mercado, existe vigilância dia e noite, que aparentemente que sim, o que aconteceu para não ter dado conta no início do incêndio? Se é que deram, atenção. Quais foram as medidas tomadas logo, para que não se alastrasse como aconteceu? Existe um valor dos prejuízos no edifício e dos comerciantes? Se existe já, também gostaríamos de saber. E, por fim, se existe algum seguro dos bens perdidos, relativamente a todos aqueles comerciantes ou se cada um daqueles estabelecimentos, que está dentro do próprio espaço do mercado, se cada um é obrigado a ter um seguro diferente do restante seguro de responsabilidade civil relativamente ao próprio espaço. Será importante percebermos isto. Certamente os comerciantes também vão querer e todos os utentes que frequentam também gostariam de ver esclarecido isso. Gostava também ainda...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Deputado, já ultrapassou em um minuto o seu tempo. Portanto, vai ter que terminar.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito bem. Gostava só de perguntar uma única coisa ao senhor Presidente. Na última Assembleia, o senhor Presidente disse-me que o quarteirão associativo já ia começar as obras novamente. Eu passo por lá e elas estão iguais, senhor Presidente. Já lá vão uns belos meses, veja lá. Não me faça como no Parque de Campismo, cada vez que anunciava uma data eu estava à porta e não aparecia lá nada. Gostava de saber como é que está.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Tenho agora inscrito o senhor Deputado Aragão. Não está? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Era só para encerrar o assunto do Pavilhão Multiusos, que traz para aqui uma questão que não tem que ser escondida, tem que ser chamada à responsabilidade, que é a questão da gestão política, da responsabilidade política de quem esteve nesta Câmara e que celebrou esses negócios. Deixou que saíssem 400 mil contos, imaginamos o que essa verba representa para os dias de hoje, porque são passados 20 anos, e saíram estes milhões como se saíssem tostões. E isto diz bem da qualidade da gestão que o Município teve, num determinado período da sua vida. É importante, neste processo, ou que no fim deste processo, o Município não fique sem terreno e sem dinheiro. O interesse público, que não foi acautelado quando devia ter sido, importa que seja agora acautelado de forma muito

rigorosa. Até para diferenciar essa mesma gestão. A gestão de hoje, da gestão de passado. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Dava agora a palavra ao senhor Deputado Aragão, por favor.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Boa tarde a todos. Já não é a primeira vez que aqui venho falar sobre o serviço de obras particulares da Câmara Municipal da Guarda. Ando nesta vida há mais de 30 anos e, infelizmente, a burocracia entendida como dificuldade associada ao licenciamento das obras particulares, de uma forma geral, e no caso da Câmara Municipal da Guarda, em particular, é cada vez maior. Para terem uma noção da forma como isto está, mandei um e-mail dia 5 de novembro com um pedido informação. No dia 12 de novembro mandei outro e-mail, por causa do orçamento participativo de 2017, portanto, passaram já dois anos e qualquer coisa porque foi março 2017, sobre a conclusão de um processo de ligação do sistema informático aos projetistas e aos promotores, para ter uma resposta. Portanto, esse pedido foi feito há um mês e meio, ainda não faz um mês e meio, mas falta pouco, e até agora ainda não tenho nenhuma resposta. Sei que, para chegar ao técnico, levou qualquer coisa como um mês. Portanto, isto diz bem da forma como anda, em termos de burocracia de funcionamento, o circuito interno da Câmara Municipal. Ao contrário do atual e do anterior Executivo que têm mostrado vontade de resolver problemas com todos os meios que têm à disposição, como foi o caso da ARU, que tratámos na sessão da anterior Assembleia Municipal, ou da revisão do PDM, ou o plano de urbanização do Cabroeiro, o setor de obras particulares, pelo contrário, tem toda a vontade de arranjar problemas e cada processo que entra é mais um “molho de brócolos” para resolver. Isto chegou a um ponto tal que até figuras mais importantes, vulgarmente conhecidas como os DDT’s, os donos disto tudo da nossa cidade, têm de ir para sessões públicas, onde a comunicação social está presente, dizer que tentar licenciar uma obra na Câmara Municipal da Guarda é como bater numa parede, que tinham passado dois anos e meio para licenciar uma residência de estudantes, que agora queria ampliar, mas que já estava quase a desistir com o mesmo calvário. Ora, se os DDT’s não conseguem, o que dizer do cidadão anónimo que quer fazer ou recuperar a sua casa, ou o seu estabelecimento? O serviço de obras particulares da Câmara Municipal da Guarda utiliza uma técnica, que foi utilizada em Aljubarrota para vencer os espanhóis, a técnica do quadrado. Fecham-se num quadrado e ninguém consegue entrar lá dentro. As leis, as regras, os prazos são só para os outros. Levam meio ano para responder a um processo e depois dão dez dias para o requerente responder, de acordo com o Código de Procedimento Administrativo, sob pena de rejeição liminar, mas claro, que só se aplica aos outros. A passagem das licenças de utilização de comércio para comércio e serviços, devia ter um procedimento agilizado no sentido de facilitar a vida aos empresários e não arranjar mil e um problemas que não se conseguem resolver, como as assinaturas dos restantes condóminos, ou os lugares de estacionamento, ou lugares de arruamento, ou um cem número de coisas que levam anos para se conseguir resolver, quando se consegue. E isto, como é claro, põe em causa o funcionamento porque depois a seguir caíem os outros organismos, a ASAE e a Inspeção do Ambiente e cai tudo e põe em causa

o funcionamento dos estabelecimentos que esses empresários tentam, de todas as maneiras, levar para a frente. Para os projetos a construir de novo, tudo. Cumprem a legislação, para os existentes, bom senso, que é o que tem que imperar. Fazer leis para o passado, para aplicar no passado é uma coisa que não cabe na cabeça de ninguém. Ninguém anda a fazer projetos para passar o tempo ou para enganar a Câmara. Se as pessoas mandam fazer projetos é porque querem concretizar algo para fazer. Não fazendo, a Câmara Municipal põe em causa os projetistas, os promotores/investidores, os empreiteiros, os comerciantes de materiais de construção, o Município que não recebe as taxas que poderia receber. Não recebe os IMI's, os IMT's e, em suma, a cidade perde, o concelho perde, a Guarda perde. Só não perdem os técnicos do serviço de obras particulares da Câmara Municipal da Guarda, porque esses recebem ao fim do mês, haja obras ou não haja. É preciso mudar os procedimentos e as mentalidades. Para que os serviços respondam dentro dos prazos previstos na legislação, têm de ser criados mecanismos de atuação que permeiem ou penalizem. Fazendo agora aqui um pequeno parêntese, só para dizer que um serviço que funciona bem é o serviço do Balcão Único, tem o atendimento mais eficaz possível dentro das limitações que têm. Os serviços têm de funcionar para os munícipes e não em função deles, eles existem para servir os munícipes e não para se servirem deles. Tenho dito.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Nós tínhamos uma inscrição, mas a esgotaram o tempo, portanto... Consegue usar um minuto, senhor Deputado? Foi o que dei ao Bloco de Esquerda. Consegue fazer a intervenção num minuto? Não, mas vocês já gostaram vinte quatro. Quanto tempo precisa? Quanto tempo precisa? Não, então está fora de questão. Utiliza depois no primeiro ponto da Ordem do Dia. Têm aí tempo para fazer intervenção política, utiliza aí. Muito bem. Como não tenho mais nenhuma intervenção, senhor Presidente tem um minuto e treze, ainda, de tempo restante. Portanto, pode usá-lo. Como? Um minuto e treze n total, é o tempo que tem para intervir. Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Senhora Presidente da Assembleia, eu vou tentar ser rápido...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, peço-lhe desculpa. Não o estou a perceber, desculpem. Mas vocês pediram para se inscrever? Não dei conta. Pronto. Não, não disseram. Eu tinha a inscrição da senhora Deputada Paulisa que, depois, disse que anulava, que já não queria. Mas então é para intervir o senhor Deputado Matias? Então, faz favor. Têm tempo. Têm dois minutos e trinta e três, faz favor. Senhor Presidente, peço-lhe desculpa. Fala depois, então.” -----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Permitam que cumprimente. Boa tarde a todos, para não perdermos muito tempo. Eu venho aqui fazer umas três ou quatro questões. Mas, primeiro, não queria deixar de, de alguma forma, discordar do senhor Deputado que interveio aqui, tecendo grandes elogios à Cidade de Natal. Eu devo-lhe dizer que eu estou frontalmente contra esses elogios e vou explicar porquê. Quem visitar mercados e festas de natal por essa europa fora, - ainda o fiz agora na Alemanha e na França, - não tem nada a ver com o que eu vejo na Praça Velha. A Praça Velha é um

sítio, é uma praça digna e, hoje, o que eu verifico, e já tive amigos meus que vieram de fora e que dizem: isto aqui é um amontoado de equipamento que está aqui, uns em cima dos outros. Portanto, eu discordo que aquilo seja uma grande realização. Não estou contra que estes equipamentos não façam falta neste período. Mas não da forma como estão ali colocados. E, a minha sugestão, em relação a isso, este ano já está, mas para o próximo ano eu sugeria à Câmara o seguinte, estes equipamentos deviam estar colocados por trás da Sé e na Praça ficariam as tais barraquinhas de produtos artesanais, que é o que eu vejo em todas as feiras lá fora. E aquele espaço ficava aberto, visível, porque hoje a iluminação que está nos prédios muito bonita, na Sé, na Praça Velha, não são visíveis com aquele amontoado de equipamento que lá está. Portanto, não gosto nada do que lá vejo. Isto é uma questão pessoal mas eu estou aqui para expressar a minha opinião. Depois, tinha aqui umas três questões a levantar para questionar o Executivo. A primeira é, de uma vez por todas, eu queria ser esclarecido e penso que muita gente que aqui está também não está devidamente esclarecida porque, às vezes, o que eu leio é nos jornais mas, de viva voz, eu não tenho essa resposta. Que é em relação à rotunda onde, supostamente, irá ser colocada a locomotiva ou carruagens, não sei o que é que lá vai ser feito. E a pergunta que eu faço é: o que é que, efetivamente, vai lá ser posto, colocado, e quando é que vai ser colocado, porque as obras já estão concluídos há meio ano e esse equipamento nunca mais lá aparece. Segundo, a mesma questão se aplica às obras da Torre dos Ferreiros. Tenho lá passado, praticamente, todos os dias, não vejo obra nenhuma. Quer dizer, está lá realmente aquilo que já se fez, mas já está parado aquilo há mais de quanto tempo, nunca mais aparece o elevador. Não sei se tem elevador, se não vai ter elevador. Mas parece que sim, pelo menos o projeto era esse. Mas o certo é que há meio ano que aquilo está parado e nunca mais eu consigo lá chegar em cima, para então disfrutar da paisagem que nos é permitido ver desse local.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado já...” -----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Então, para ser muito rápido, o terceiro ponto é sobre o TMG. Acerca de um mês, um mês não, três semanas, fui levantar os bilhetes que amavelmente a Câmara me ofereceu para assistir ao concerto do Feriado Municipal e foi aí que eu fui confrontado que, para ter acesso ao TMG, continua a ser o mesmo acesso que tive desde que ele foi construído. Isto é, tive que ir à chuva, ao vento, como ia até hoje. E então, permitam que vos diga o seguinte. O TMG teve, na sua base de construção e conceção, erros, dois erros de palmatória enormes. Não compreendo como é que um arquiteto, sendo desta terra, conhecendo o clima, como é que faz um equipamento, um projeto deste tipo. Primeiro, nas fundações aplicou uma selva de colunas que hoje, para estacionar os carros, é um problema para estacionar porque, de metro a metro, está uma coluna...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, vai ter que terminar. Peço desculpa, mas até já ultrapassou o tempo do Bloco de Esquerda, senão tenho que dar os cinco minutos ao senhor Deputado Tiago.” -----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Então permita-me, senhora Presidente, há bocado, a um colega meu aqui, deu vinte e sete minutos. Vá a ver.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu? A quem? A quem? Não.” -----
- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “A um interveniente do público, vinte e sete minutos. Senhora Presidente, desculpe lá. Vinte e sete minutos. Vá ver a gravação se não estão lá vinte e sete minutos para além do tempo.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, está-me a falar de uma pessoa que veio fazer uma intervenção no público. É verdade.” -----
- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Desculpe, o Regulamento da Assembleia foi aprovado pela Assembleia. É para ser cumprido, quer para os Deputados, quer para o público...” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu sei. Eu sei. Mas quem faz a gestão do tempo sou eu.” -----
- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Até lhe digo mais. Permita-me que lhe diga, dê-me só um minuto ou dois, para expressar realmente a minha indignação com o facto da senhora Presidente se dar ao luxo de convidar quem entender para vir aqui a falar, antes de os Deputados saberem que vem falar. No dia de amanhã eu vou convidar também um amigo meu para, antes da Ordem de Trabalhos, vir aqui falar em vez de mim, porque este tem cinco minutos até vinte e sete.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----
- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Não pode fazer isso. A senhora Presidente deve fazer cumprir o regulamento para mim, para todos os Grupos Parlamentares de igual maneira e para o público em geral porque, senão, não vale a pena estarmos a aprovar regulamentos. Não vale a pena.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, deixe-me só esclarecer uma coisa. Não fui eu que convidei o Dr. Henrique Fernandes. Que fique isso bem claro.”
- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Não, não. Os estudantes foram convidados por Vossa Excelência.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Isso sim. Sim e muito bem.” -----
- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “O meu colega Henrique Fernandes inscreveu-se no público e tem todo o direito e isso está no regulamento. Agora, convites não está no regulamento.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, pretende terminar?” -
- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Vou terminar...” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Rapidamente porque senão vou-lhe tirar a palavra. Vai-me desculpar, mas fá-lo-ei.” -----
- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Pode tirar quando quiser. Aliás, já não era a primeira vez. Seria a segunda. Só para dizer que anteriormente cometeu-se um erro em não fazer a ligação entre os dois edifícios do TMG e, agora, ao tentar corrigir esses erros,

continua a persistir o erro. Quem quiser sair do Café Concerto, ou quem quiser ir por fora, da cidade, vai ter que ir por fora e esse corredor não lhe serve de nada. A não ser que passe pelo estacionamento. Essa é que era boa, quer dizer, agora eu vou entrar e andar pelo meio dos carros para ter acesso ao TMG?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu peço que não entrem em diálogo, por favor.” -----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Pronto, era só isto.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado, tem que sentar-se, por favor. (...) Senhor Presidente faz favor, tem a palavra.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Muito obrigada, senhora Presidente. Vou ser muito breve. Senhora Deputada Sandra, envelhecimento ativo. Nós estamos a desenvolver a estratégia de envelhecimento mas com ações já concretas no terreno. Temos o +65, como sabe, que não é só a parte agora que levámos às freguesias rurais, num número de seiscentos, mas já têm apoio urbano, utilização de equipamentos públicos, temos um projeto onde há dois técnicos que dão apoio a dois Centros de Dia. E também estamos a desenvolver uma plataforma, um espaço intergeracional, ou seja, gente mais nova, cidadãos mais novos com os cidadãos mais idosos e, a partir daqui, a desenvolver uma plataforma que faça estimulação cognitiva de ambas as gerações. Portanto, estas já são ações concretas mas contamos que, no próximo ano, possamos ir mais longe ainda. Relativamente ao PETI, dizer que nós também achamos bem ter um conteúdo programático interessante. Nós queremos também dar sequência ao que aqui está, mas não podemos também esquecer aquilo que tem sido feito, em termos do apoio ao investimento, quer na Plataforma Logística, quer no futuro Centro de Inovação de Empresas que queremos desenvolver. O Mercado Municipal também, muito rapidamente, dizer que nós... eu deixaria isto, se calhar, para outro ponto porque não vou conseguir responder a tudo e eu deixaria este ponto. Os balneários da Escola de Santa Clara, já está feito o levantamento para poder fazer a reparação e a requalificação daquele espaço, em termos de balneários, paredes, canalização e aquecimento de águas. Temos um valor já orçamentado de cerca de 100 mil euros. Eu tenho aqui a informação na minha mão e, portanto, a planta, como vêm, está aqui feita. Temos que lançar o procedimento. O ideal era com fundos comunitários, mas se não houver fundos comunitários nós vamos executar esta obra porque é inaceitável a situação em que se encontra aquele equipamento, sendo certo que, em primeira análise, até é da responsabilidade do Ministério da Educação e não da nossa responsabilidade direta. Mas são as nossas crianças que o usam e, como tal, temos que dar resposta. Os jardins do bairro dizer que o Jardim dos Delírios é um parque e não é um jardim. Portanto, como parque, fizemos agora a aprovação, há um mês atrás aprovamos cerca de 350 mil euros para desenvolver um conjunto de ações de requalificação. São dezassete parques onde está exatamente o Parque dos Delírios. Qualquer situação que tenha a ver com jardim, com as flores, traga-nos a conhecimento e nós falaremos com a empresa, para também dar resposta mais efetiva a essas necessidades que surgirem. O senhor Deputado Tiago Gomes, reconhecemos e valorizamos a sua intervenção, não só por que elogiou esta

iniciativa que já marca o panorama regional, mas também em relação a Espanha. Basta ver a Guarda TV e os espanhóis que foram entrevistados e dizer, com filhos de 6 e 7 anos e 8, a dizerem que estão cá desde o primeiro ano. E aí, ao contrário, o senhor Deputado Matias Coelho, temos que valorizar o que fazemos. Nós sabemos que por esta Europa e pelas grandes capitais se faz muita coisa bem, mas nós também fazemos. E não é nenhum amontoado. São equipamentos... eu estive no Sacré Coeur recentemente, numa feira com outro tema, e vi muito pior do que aquilo que o senhor Deputado quis aqui transmitir. Estamos a falar em Paris, num ponto central de atração, onde estavam centenas de pessoas naquelas escadas sentadas e vi bem o que se lá passou e o tipo de barraca e os tipos de casas de banho que estavam a ser utilizados pelas pessoas que ali se encontravam. Portanto, este projeto, esta Cidade Natal, valoriza a Guarda, valoriza os cidadãos da Guarda. Valoriza, principalmente, esta estratégia de captação de cada vez mais cidadãos, quer de Viseu, quer de Castelo Branco, da Covilhã, mas também de Salamanca. E isto é que é importante. É ver quem lá vai. Nós vimos aquele feriado grande de Espanha e a quantidade de espanhóis que estavam na Guarda. E, portanto, são estes bons exemplos que nós temos que valorizar, se bem que se faz muito lá fora, mas temos que valorizar também o que é nosso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, só para lhe dizer que já ultrapassou em três minutos. Por favor, tem que terminar.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Ao senhor Deputado Aires Diniz... ok, já vou terminar... só dizer-lhe que o Mercado Municipal, nós tivemos lá. É uma situação anómala que preferíamos que não tivesse acontecido. Tivemos com as pessoas, não decidimos, mais uma vez, sem ouvir as pessoas. Inclusivamente podíamos abrir em dois momentos, não abrimos porque foram os próprios comerciantes que disseram: não, abra só de uma vez. Só de uma vez, não abra em duas fases. É assim que a decisão administrativa, a decisão política deve ser tomada, em colaboração com o cidadão e é o cidadão que também nos diz aquilo que deve ser feito. E nós entendemos, sim senhora, vamos fazer então numa abertura única e os cidadãos participaram da decisão que os políticos tomaram. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Terminamos, desta forma, o período de Antes da Ordem do Dia e passávamos, então, agora, para o período da Ordem do Dia.” -----

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**Ponto 2.1 Assuntos de Interesse Geral Municipal.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “No início do período da Ordem do Dia, como sabem, temos os Assuntos de Interesse Geral Municipal para o qual eu tenho aqui algumas inscrições e começava pelo Partido Social Democrata que nos traz aqui dois temas. A «PLIE, Investimento e Futuro» e «Guarda +65». Não sei quem vai fazer intervenção? «Guarda +65», senhor Deputado Luis Prata, Presidente de Aldeia Viçosa. Faz favor, tem a palavra.” -----

- **Luís Prata, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (PSD):** “Ora, muito boa tarde a todos. Vou falar de um tema que já foi aqui abordado, dada a sua importância nunca é demais repetir aqui algumas ideias centrais. Como todos sabemos, as nossas aldeias estão em rápido processo de envelhecimento. Torna-se, assim, um grande desafio para as políticas públicas, desenvolver ações que promovam o envelhecimento ativo da sociedade sénior. É necessário proporcionar estilos de vida saudáveis, criar condições para se alcançar maior cuidado de vida e ter em conta as situações socioeconómicas da nossa população idosa, reforçando a componente reparadora inclusiva da velhice. É neste sentido que surge o programa Guarda +65, um problema especialmente desenvolvido para os munícipes sénior do concelho da Guarda e que visa promover a saúde e o bem-estar através da prática regular da atividade física. Assume-se como um programa comunitário fundamental para proporcionar à população sénior, uma melhoria na sua qualidade de vida, potenciando na sua perceção de bem-estar físico, social e psíquico. O programa Guarda +65 destina-se a munícipes com idade igual ou superior a sessenta anos, reformados ou em situações de pré-reforma e que não desempenhem atividade profissional remunerada e consiste num conjunto de atividades regulares e atividades pontuais que decorrem ao longo de todo o ano. Os exercícios físicos propostos adequam-se às necessidades e motivações de cada participante, e sabemos bem como são diferentes os nossos idosos, tornando-se fundamental o bom desempenho profissional dos técnicos que acompanham os grupos e que aproveito por saudar. A Câmara Municipal desafiou as Juntas de Freguesia a tornarem-se parceiros deste programa de modo a promover, nas suas localidades, a prática desta atividade física de carácter regular. E vamos falar do exemplo de Aldeia Viçosa. Em Aldeia Viçosa temos cerca de vinte e cinco a trinta participantes, normalmente com idades entre os 60 e os 85 anos. Na sua quase totalidade do sexo feminino, porque os nossos homens ainda acham que o olival é o melhor sítio para fazer exercício físico, em duas sessões semanais. Eu costumo exemplificar o sucesso desta medida, com o caso da tia Zezita. A tia Zezita é uma senhora com 85 anos, que passou por uma difícil situação oncológica, que se veste como qualquer idoso das nossas aldeias. Portanto, aquela forma escura de vestir, aquelas saias compridas, aquelas batas. Um dia, cheia de orgulho, chegou ao pé de mim e disse: senhor Presidente, eu já comprei um fato de treino, venha de lá a educação física. Isto é paradigmático de como esta atividade, transforma também, de certa forma, a vida destes idosos. A tia Zezita não falta a uma seção e encontra ali também um escape para as suas dificuldades diárias. Mais importante do que a componente física, na minha opinião, é aquilo que o programa traz a nível de socialização e a nível de promoção da autoestima destes nossos idosos. São pessoas fragilizadas por uma sociedade com cada vez menos tempo para eles. Finalizo, destacando a aposta que o Município tem feito com esta frágil franja da sociedade, não só com o Guarda +65, como com a comemoração do dia do idoso e aqui aproveito também para dar um pequeno exemplo. Eu, este ano, levei o senhor David Nunes, que é um senhor com 70 e tal anos que nunca tinha visto o mar. E este ano viu o mar, pela primeira vez, com a viagem que o Município lhe proporcionou. Portanto, senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, vale a pena apostar nos idosos das

nossas aldeias. Eles são uma mais-valia, não são um fardo. Por isso, bem-haja em nome deles. “ -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Quem faz a intervenção seguinte? Então, «PLIE investimento e futuro». Senhor Deputado Miguel, faz favor.” -----

- **Deputado Miguel Bandarra (PD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, caro Executivo, Presidentes de Junta e Deputados Municipais. Ao longo das últimas Assembleias Municipais, as minhas intervenções prenderam-se acerca de propostas de Projetos de Investimento de Interesse Municipal, a maior parte deles cuja aplicação eram na PLIE. Hoje, não poderia deixar de fazer um ponto de situação desta PLIE, no seu todo. A PLIE foi formalmente criada em outubro de 2002, preparada para possuir vertentes de serviços, logística e indústria. Foi construída tendo, também, nesta inserida, um Parque TIR. Como sabem, de nada vale ter uma valência se não se criam as condições necessárias para que esta tenha rentabilidade. Como tal, desde que o PSD governa esta Câmara, o preço do metro desceu drasticamente para um valor inferior a 4 euros o metro, o que contribuiu para que, entre 2014 e 2019, tenham sido vendidos: com escritura pública, cinquenta e nove lotes; com contrato de promessa de compra e venda, vinte e oito lotes; com deliberações da Câmara Municipal da Guarda para celebração de escritura pública, oito lotes, e, atualmente, apenas restam oito lotes para venda, estando assim, para breve, a construção da próxima fase de expansão da PLIE. Mostro-vos agora, investimentos em construção e outro já em fase de finalização. Podem ver aqui. Sendo de salientar que estas fotos foram tiradas ontem. Falando do parque TIR, quem o viu e quem o vê. Passámos de um parque cuja utilidade era posta em causa, para um parque dotado de câmaras de videovigilância, casas de banho, balneários, copa e segurança 24 horas, cujos resultados estão à vista de todos. Gostaria de parabenizar este Executivo que, com todos estes incentivos, está a contribuir para a criação de trezentos e vinte postos de trabalho, com um investimento de 74 milhões de euros, que nos devem orgulhar a todos e encorajar para fazer mais e melhor. E visto que, em princípio, já não terei mais nenhuma intervenção hoje, gostaria de desejar as Boas Festas a todos e umas boas entradas para o Novo Ano. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Não sei se alguém pretende intervir sobre... não? Muito bem. Então, passamos à intervenção da CDU, cujo tema é muito filosófico. O senhor Deputado confessou-me que ia fazer uma intervenção muito sui generis, «Recordar para viver e... sobreviver».” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Há que recordar o passado para realinhar os nossos objetivos presentes e também os futuros e, assim, sobreviver aos contratemplos evitáveis e também aos inevitáveis, sendo que em parte estes resultam das alterações que as agressões ao ambiente nos trazem como ricochete das nossas insensatas atuações ou, tão-só, por um simples deixar andar porque é de todos. Fazemo-lo por não termos qualquer memória fiel de como era o ambiente antes de termos enveredado por uma distraída e criminosa degradação da água, dos solos, do ar e de tantos outros bens naturais, fruto de uma insensata forma de produzir deste nosso capitalismo neoliberal,

perdendo-se, desta forma, a qualidade dos alimentos que a nossa agricultura nos dava. Fazemo-lo também quando nos esquecemos dos sabores dos alimentos antes de estes serem afetados por tanta manipulação das formas de produzir, em que esquecemos tanta produção natural feita com batata de semente de Montalegre, de Chaves ou daquela que era produzida em Videmonte. Não guardámos sequer memória das receitas com que enganávamos a magreza das nossas dietas pobres. Nem das receitas dos dias de festa rija na aldeia. Nem parece que alguém se preocupe agora com isso. Mas, noutros lugares a gastronomia é uma mais-valia medida tanto pelo contributo para a saúde, como para o turismo. Contudo, nos livros de médicos que tinham que tratar desta gente pobre, vejo o retrato da pobreza indigente desses tempos, algo que levou tantos a emigrar a salto, numa aventura que já não nos contam pois muitos morreram já. Encontramos escassamente nas atas das Câmaras desses tempos, um relato dos muitos que se tratavam à custa dos orçamentos camarários, doentes, claro, mas que se mostravam escassos para lhes acudir. Agora, alguns dos que ficaram sujeitam-se a morrer de fome e frio tal como aconteceu há alguns dias ao ator José Lopes. E recordar isto é possibilitar a nossa sobrevivência pessoal e até coletiva. Impedidos por tanta censura ou tanta manipulação das nossas consciências, aceitámos passivamente o fim de muitas produções em nome de um progresso dito económico, que agora vemos claramente que mais não é que uma amarga ilusão. Apenas ganhámos bancos insolventes e muita corrupção dos bons costumes e da nossa moral tradicional. Nem sequer preservámos os instrumentos agrícolas, que usávamos tradicionalmente, em museus. Era onde os devíamos poder ver e entender, apenas os substituímos por máquinas mais avançadas que nunca questionámos e desta forma criou-se desemprego e, com ele, o deserto populacional tomou conta das nossas aldeias que agora são uma paisagem cheia de casas em ruínas. Restam apenas alguns habitantes que fazem a colheita das azeitonas pois, de outra forma, a produção de azeite não seria rentável. E outros frutos estragam-se por não haver dono que os colha. De facto, os seus proprietários morreram e os herdeiros apenas querem passar a patacos as casas e propriedades que deixaram, e mesmo que haja quase intransponíveis dificuldades legais, uma vez que vivem noutros lugares, litoral, França e Araganças, de onde não vêm porque as portagens são caras, tornando difícil qualquer regresso mesmo esporádico ou tão só pendular. Registemo-lo para mais tarde o recordar e sempre que necessário for, para que a nossa sobrevivência, como região, seja possível e com ela a nossa sobrevivência pessoal e coletiva. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir? Não? Então, passamos à intervenção do CDS. Eu peço desculpa, é mobilidade? «Mobilidade, Interioridade, Economia e Saúde». É isso?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Sim. Obrigado, senhora Presidente. Começamos pelas questões da mobilidade, tão caras como são e que tão debatidas também já foram nesta Assembleia Municipal. Para dizer que, passado o tempo da campanha, passou o tempo das promessas e voltámos ao mundo real. E, pelos vistos, os Deputados do PS eleitos pelo distrito, na primeira oportunidade que tiveram em apoiar o interior, votaram contra a redução das portagens. Houve uma

Recomendação do PSD e houve também uma do CDS e ambas foram votadas contra pelo PS e, também, bem secundados, pelo Bloco de Esquerda. O Deputado Marco Loureiro diz que: ou tudo ou nada. É assim, eu preferia ter alguma coisa do que não ter nada quando não nos dão tudo. Na vida, relativamente a este posicionamento político do Partido Socialista, não há nada pior na vida do que um pior conselho seguido de um mau exemplo, que é o mesmo que dizer que, neste caso, é uma vergonha andar a enganar os eleitores. Parece que o PS avisou os Deputados do distrito e de outros distritos do interior: cuidado, os senhores se votarem agora favoravelmente depois vão se contradizer no orçamento de estado, porque o orçamento de estado, claramente, não contempla a redução das portagens. Portanto, eles, se tivessem votado favoravelmente as resoluções, iriam depois votar contra essa mesma redução e contra essa posição que tinham tomado. E os Deputados, obedientes ao partido, votaram contra a redução das portagens e talvez contra a própria consciência, o que é muito mau. Nada disto é estranho. Há uma incoerência crónica, que é um bocadinho a imagem da esquerda. Mas pronto, andando. Saúde. Já tivemos aqui de saúde, ou de falta dela, quanto bastasse. Mas a notícia do Público, de 6 de dezembro, dizia que, nos últimos seis anos, onze hospitais tinham entrado em falência técnica. A ULS da Guarda, como não podia deixar de ser, também lá está e não saiu. O estado monta uma EPE e entretanto não a financia e deixa-a entrar em falência técnica. Se fosse uma empresa privada estava encerrada. Sempre que as notícias são pela negativa, lá está a Guarda ao barulho. Esta semana, uma outra notícia dizia que há dois hospitais em que uma consulta urgente de psiquiatria demora mais de três meses a marcar. O Hospital da Guarda e o Hospital de Santa Maria. A Organização Mundial de Saúde recomenda que estas consultas demorem menos de 30 dias. A saúde mental também está em estado de desgraça. Uma novidade menos negativa é aquela que diz respeito ao financiamento da ULS. Esta entidade vai ter registado, no orçamento de estado de 2020, uma verba de 112 milhões de euros que é, no fundo, aquilo que é a despesa anual, corrente, da ULS. Portanto, este ano não vai haver um défice crónico no financiamento. Vamos ter o financiamento de que a ULS necessita, mas não vamos ter financiamento para resolver todos estes problemas acumulados e que já por demais aqui referimos. No entanto, nada acrescenta quanto à supressão das carências da ULS, nomeadamente na contratação de pessoal médico, pessoal de enfermagem, reparação e aquisição de equipamentos que se encontram avariados ou obsoletos. Por falar de equipamentos, como é que estará o concurso da Torre de Laparoscopia? Abrir, abriu. Mas ainda não fechou. O mesmo é dizer, em linguagem popular, está em banho-maria. Em banho-maria também se encontram os concursos para a nomeação de diretores de vários serviços que se arrastam sem fim à vista e que já motivaram a saída de um clínico de uma especialidade, também ela carenciada. Estaremos à espera que outros lhes sigam os passos? Passo a passo e não sendo passos de coelho, caminhamos para a destruição do Serviço Nacional de Saúde e o exemplo do Hospital da Guarda é um caso paradigmático. Só mesmo num país de gente que adora ser enganado, ou enganar-se a si própria, é que a esquerda pode passar por ser a grande amiga da saúde pública. Esse grande projeto da esquerda, tão preocupada com a defesa do interesse público, apenas conseguiu o prodígio de

umentar o caos nos hospitais e pôr tudo quanto é Enfermeiro e Médico a fugir do SNS...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Nunca, como no tempo da geringonça, se viu um frenesim semelhante na construção e expansão de unidades de saúde particulares no país...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já esgotou o seu tempo. Portanto, vou-lhe pedir que termine.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Senhora Presidente, se o referencial, neste momento, de tempo é o Bloco de Esquerda, eu lembro-lhe que na primeira...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não preciso que me lembre de nada...” --

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... intervenção...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, estou-lhe a dizer que terminou o seu tempo. O senhor termina brevemente e não divagamos...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Senhora Presidente, o Regimento ou é para cumprir ou, então, está tudo em aberto. Eu só lhe quero dizer, o Bloco de Esquerda...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, por enquanto quem decide isso ainda sou eu. Estou-lhe a dizer que o senhor terminou o seu tempo, termina rapidamente...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Mas se o Regimento é o documento de referência...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, estou-lhe a dizer que terminou o seu tempo.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “...referência desta Assembleia, que tem que ser respeitado...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, estou-lhe a dizer que terminou o seu tempo. Termina rapidamente...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu estou-lhe a dizer que o Bloco de Esquerda, na primeira intervenção que fez, que tínhamos três minutos, usou mais sete minutos e trinta e seis segundos. Eu tomei nota.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, quer terminar rapidamente?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não sei. Diga-me lá qual é a margem de folga que eu tenho, de benevolência...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu estou-lhe a dizer que não tem margem de folga. O senhor é que me diz se termina rapidamente...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não, não sei. A senhora se me disser que o regulamento é para cumprir eu cumpro. Agora, se me diz, e eu já ouvi dizer aqui várias vezes: já utilizou mais tempo que o Bloco de Esquerda, ou já não utilizou tanto tempo como o Bloco de Esquerda... É assim, o Bloco de Esquerda é que passa a ser o referencial em termos de uso do tempo.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Terminou o seu tempo senhor Deputado. Muito obrigada.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Pronto, sim senhor. Lamento que, realmente, esta Assembleia continue a ser gerida um bocadinho com um poder discricionário que se sobrepõe ao próprio documento que todos aprovámos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, terminou o seu tempo. Muito obrigada. Alguém pretende intervir sobre esta questão? Não? Muito bem. Passemos ao Bloco de Esquerda. Senhor Deputado Marco Loureiro, «Segurança Rodoviária, Saúde e Educação». Faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Senhora Presidente, ...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe que cumpra o tempo porque senão, depois, tenho que aguentar com o Bloco de Esquerda. Veja só para o que eu estou guardada.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Ora muito bem, tenho, então, só para não... quanto tempo é que tenho, então? Quatro? Cinco. Cinco minutos. Ora, muito bem. Primeiro...”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem quatro minutos, senhor Deputado.”

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Primeiro. Segurança rodoviária. Eu vou fazer aqui uma alteração, depois, relativamente à saúde atendendo que, da saúde, já disse o que tinha a dizer, atendendo à intervenção do público, deste caso, do município que veio cá, no seu tempo, apresentar alguns problemas importantíssimos. Segurança rodoviária. Senhor Presidente da Câmara, são muitas as estradas do concelho da Guarda onde já não existe marcas rodoviárias. Recordo, senhor Presidente, que as mesmas se destinam a regular a circulação, orientar, bem como indicar, em determinados casos, os comportamentos que os utentes das vias devem seguir. Por razões de segurança, parece-me ser urgente a pintura destas marcas, ainda mais quando estamos em pleno inverno, onde a visibilidade se torna sempre mais difícil. Senhor Presidente, pouco tempo depois da inauguração da requalificação do Parque de Campismo, e quando digo pouco tempo depois, digo semanas, e para não ser mesmo muito mauzinho, vou dizer mesmo semanas para não dizer dias. As placas já caíram. As placas colocadas, que dão o nome do Parque de Campismo, já caíram. Veja lá qual foi a empresa, se vai repor as placas porque, realmente, o dinheiro já foi gasto. Se ainda não foi gasto, vai ser gasto e nós queremos as coisas que foram pagas. Já não basta aquilo que há pouco falámos dos terrenos e dos 2 milhões, não é? Porque senão começa a ser um hábito pagarmos e nada

é nosso e nada está bem. Isso, era um dos pontos. Terceiro. Senhor Presidente, bem sabemos como funciona a rede de transportes na Guarda. Contudo, parece-nos ser básico a necessidade de mais abrigos de passageiros nas paragens de autocarro. Seja por causa do calor, no verão, seja por causa da chuva, no inverno. Quarto. Muito bem. Senhor Presidente e aproveito até para relembrar o senhor Deputado que me antecedeu, do PSD, que, e muito bem, mas acho que já é repetitivo. Já percebemos que o parque TIR está a funcionar e já o elogiámos no momento certo. Já, já. Já aqui foi trazido. Mas tudo bem, elogia-se outra vez o Parque TIR. A festa de Natal, também já elogiámos várias vezes. Mas tudo bem. E para a passagem académica, passagem de ano, elogia-se, também, novamente. Também, nunca é demais relembrar. Não é? Muito bem. Mas também é preciso relembrar aquilo que fechou e que não houve interesse em trazer aqui. E eu passo a citar. Senhor Presidente, todos nós nos lembramos daquele anúncio de mais uma fábrica na Guarda, desta vez de calçado. Aberta em maio e fechada em Outubro, cinco meses depois. Recordo que o anúncio foi feito por si, enquanto vice-Presidente, à época, e dizia: um empresário espanhol vai abrir em breve uma fábrica de calçado na Guarda e criar entre vinte a trinta postos de trabalho. Estranha-se que nunca aqui disse, nem ninguém da Bancada do PSD fez questão de aqui, também, vir dizer e explicar o porquê de tal ter acontecido, isto é, o fecho, e não sabermos, a não ser pela imprensa local e até imprensa nacional. Gostaríamos de saber se o empresário em causa, espanhol, chegou a receber fundos financeiros para a sua instalação e que já se pôs a milhas. É preciso entenderem, não é? Gostava também de terminar mesmo, com...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar mesmo porque eu não vou dar tempo de tolerância.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “... um voto de solidariedade, atendendo que estamos mesmo a chegar a uma época de grande sensibilidade, para muitos que gostam do Natal e que vêm o Natal como algo mais próximo à família e aos seus. A verdade é que eu quero aqui recordar. Setenta trabalhadores da Confama, despedidos. Sessenta e seis da Dura, despedidos. Vinte na Serra Lã, dos Trinta...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem que terminar, senhor Deputado.” --

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “... o que dá um total de cento e cinquenta e seis trabalhadores despedidos, em 2019, no Concelho da Guarda. Esses sim, uma grande solidariedade que vão ter certamente, infelizmente um Natal muito mais infeliz e isso é que não podemos, nem devemos...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito Obrigada Sr. Deputado.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “... de forma alguma esquecer. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito Obrigada. Alguém pretende intervir? Se ninguém pretende intervir, tenho agora o Partido Socialista com três temas. Não, perdão. Dois, «Fundo imobiliário» e «Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura». Quem vai fazer a intervenção? Senhora Deputada Paulisa, faça o favor. Peço-lhe, também, que cumpra os tempos, por favor.” -----

- **Deputada Paulisa Dóris D´Assunção (PS):** “Foi recentemente anunciada pelo Executivo a intenção de criar, em 2020, um Fundo Social Municipal Imobiliário destinada a aquisição e requalificação de imóveis devolutos no centro histórico, para serem afetados a residências de estudantes e ao arrendamento jovem e também criar galerias de arte e espaços de criação artística. A medida foi revelada pelo Exmo. senhor Presidente da Câmara, na Sessão Solene de Abertura do ano Académico do Instituto Politécnico da Guarda, realizada no passado 3 de dezembro, que contou com a presença da Senhora Secretária de Estado da Administração Interna, Patrícia Gaspar, após o Presidente do IPG ter confrontado o Exmo. senhor Presidente da Câmara com falta de habitações na cidade para os estudantes, tendo-o desafiado a apoiar a instituição a resolver esse problema, que tem sido apontado pelo Presidente do Instituto Politécnico como uma das suas principais carências e o principal obstáculo para o seu crescimento. O Grupo Municipal do Partido Socialista, não poderia assim deixar de louvar o Executivo pela iniciativa, que vai de encontro à preocupação que manifestámos na última reunião desta Assembleia Municipal, onde deixámos o apelo para que a Câmara tivesse um papel ativo na procura de soluções para aquele problema, colaborando com Instituto Politécnico da Guarda no sentido de preconizar soluções a dar às suas carências, mormente na questão do alojamento de estudantes e dos transportes públicos. Uma questão que aqui foi abordada, há pouco, por um dos alunos do IPG. Como já referimos, estas carências não podem ser vistas como um problema meramente do Instituto, ou da sua Comunidade Académica, mas como um problema da nossa cidade, porquanto o Instituto é um foco de atração de jovens e um dos principais promotores do desenvolvimento desta região. O que também foi focado por um dos estudantes que aqui interveio e conforme reconhecido pelo Governo, o que se reflete na verba que foi prevista no Orçamento de Estado, este ano, para o IPG, de cerca de 15 milhões de euros. Por conseguinte, é com regozijo que recebemos esta notícia sobre o Fundo Municipal Imobiliário, apelando ao Executivo para que não se fique pelas intenções, mas concretize esta medida com a dimensão e ambição necessárias e perspectivas de investimento como prioritário, em face a outros que apenas têm como escopo uma operação estética urbanística na cidade, ou que se revelam sem interesse para o desenvolvimento do concelho a médio e longo prazo. Portanto, de modo a dar resposta cabal e definitiva à necessidade de alojamento dos estudantes, contribuindo, igualmente, para a regeneração do centro histórico e, bem assim, na senda das intervenções dos estudantes que aqui vieram a falar a esta Assembleia, renovamos, uma vez mais, o apelo para que o Executivo colabore estreitamente com IPG nos seus projetos e apoie mais, invista mais nesta Instituição. Quero aproveitar apenas o ensejo, para desejar a todos umas Boas Festas. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Alguém pretende falar neste ponto? Mas tem tempo, pode falar. Faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente, muito boa tarde a todos os Deputados, quero agradecer-lhe a possibilidade de falar, então...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, deixe-me só confirmar. Vocês fizeram a intervenção dos dois pontos? Peço desculpa, então. Tiago fala depois,

está bem? Apresentam os dois, se não se importam. Senhor Deputado Monteirinho. E depois fala a seguir, senhor Deputado Tiago. Está bem? Desculpe, peço-lhe desculpa.”--

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Boa tarde, mais uma vez. Senhora Presidente, senhor Presidente da Câmara, Deputados. O PS está preocupado com a candidatura da cidade da Guarda, a Capital Europeia da Cultura. E é uma preocupação grande, da parte do Partido Socialista, e eu passo a explicar porquê. O Partido Socialista enviou, a 18 de novembro, uma série de questões que era importante esclarecer acerca desta candidatura e obteve a resposta dois dias antes e registo, portanto, antes desta Assembleia registo a resposta do Executivo, em relação às questões que foram colocadas. Evidentemente que não ficámos satisfeitos e eu passo explicar porquê e, depois, então, fazia uma intervenção mais política acerca do assunto. Nós perguntámos qual era o plano financeiro da candidatura da Guarda à Capital Europeia da Cultura e foi-nos transmitido o seguinte, pelo Executivo, que a verba seria, e consta no orçamento de 2019, 75 mil euros e o valor previsto, para 2020, são 400 mil euros. Senhor Presidente, essa também nós sabíamos, bastava olhar para o orçamento. O plano financeiro é muito mais do que isso, como o senhor Presidente deve compreender, não é? Mas pronto, aceitamos e registamos que foi respondido. A segunda questão, e esta aqui é um bocadinho, pensou eu, um bocadinho mais grave. Solicitámos o plano estratégico da candidatura da Guarda e foi-nos respondido o seguinte: «atendendo à mudança havida na Direção Executiva, o plano estratégico encontra-se agora em fase de revisão e readaptação. O mesmo será divulgado oportunamente.» Qualquer um de nós era capaz de responder isto, quando não existe qualquer plano estratégico, no meu entender. Penso que estarei de acordo. O senhor Presidente depois dirá se é verdade ou não, em relação a isso. Mas penso que nem o anterior. Podiam-nos ter mandado o anterior, se existia, e depois diriam que iria ser readaptado. Não chegou. Os encargos financeiros já concretizados e os encargos também financeiros assumidos pela candidatura. É também uma preocupação nós sabermos, este caminho e esta candidatura, qual é que é o valor que os guardenses vão despende porque é através dos impostos deles que nós vamos pagar esta candidatura. E, depois, então, nós já fazíamos as perguntas acerca das candidaturas, eventualmente a fundos europeus e por aí fora. Mas perguntámos isso e foi-nos dito o seguinte: «o investimento realizado na rubrica Capital Europeia da Cultura, em 2019, foi 64 mil euros, 268. Estão comprometidos, na mesma rubrica, mais 145 mil, dos quais 84 mil dizem respeito ao contrato de prestação de serviços e diagnóstico, plano de ação e apoio técnico de execução da candidatura da Guarda à Capital Europeia da Cultura, cujo prazo de execução é vinte e quatro meses.» Estas verbas constavam, portanto, também, na prestação de contas de 2019, isso nós também já sabíamos em relação a isso. Quantos funcionários estão adstritos ao projeto e quantos funcionários foram contratados para o efeito? E disse-me que, neste momento, está apenas uma funcionária afeta a tempo inteiro ao secretariado da candidatura. O Coordenador do Teatro Municipal da Guarda e o Diretor do Museu têm prestado apoio a tempo parcial. Se estes elementos já estavam todos a apoiar, parece-me obvio que também já podiam ter feito alguma coisa em relação ao plano estratégico. Acho que era importante fazer isso. Qual o valor do contrato do novo Coordenador Executivo da candidatura da Guarda à Capital da

Cultura? Foi-nos dito que o procedimento contratual desta prestação de serviços iniciar-se-á no mês de dezembro e, como tal, os valores vão ser acertados entre o Município e o prestador de serviços. Mas esta Assembleia, senhor Presidente, e nós também temos esse direito. Terá que ser dado conta desse assunto a esta Assembleia, porque é o órgão fiscalizador da atuação do Presidente e do Executivo Municipal. Portanto, perante estas respostas, nós ficámos um bocadinho mais preocupados, diria eu, porque efetivamente a nossa preocupação prende-se com aquilo que pode ser a prestação da Guarda nesta candidatura. Eventualmente nós ficarmos mal posicionados nesta prestação, essa imagem recairá sobre todos os guardenses e isso será prejudicial para toda a Guarda. E, por isso, nós estamos aqui a colocar no lado de quem apoia esta candidatura, mas que alerta constantemente este Executivo para melhorar a sua prestação, sob pena desta candidatura ser conduzida ao fracasso e, aí sim, estaremos cá para falar sobre esse assunto. Relembra...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, esgotou o seu tempo. Portanto, vou-lhe pedir que termine, por favor.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Então, só mais uma questão?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Depende. Se for uma questão que demore cinco minutos, não pode ser.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Então, eu iria só dizer que a gente olha para as outras capitais, para as outras capitais de distrito que estão a concurso, Leiria, Coimbra e acompanhamos efetivamente aquilo que se tem passado e aquilo tem sido a candidatura. E há uma coisa, senhor Presidente, que é central. Não há projeto nenhum vencedor que não inclua a população. E se este projeto ficar só nas cúpulas do Executivo, eventualmente de um conselho consultivo, e por aí fora, e não chegar à população, dificilmente, dificilmente não, eu diria que é praticamente impossível que esta candidatura vingue. E, para isso, a população tem que estar envolvida através das associações e coletividades. E diria mais. Não sei se se lembra daquela imagem que foi projetada de Portugal na Candidatura do Futebol, não sei se se recorda daquela imagem, do campo todo do estádio nacional cheio de pessoas a fazerem a bandeira nacional. É desse tipo de iniciativas que nós precisamos para projetar esta candidatura...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado, tem que terminar.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “... e, portanto, senhor Presidente, faça favor de ter em atenção isto. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Tiago, então, por favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente, quero agradecer-lhe a oportunidade de me dar a palavra neste ponto, que não é o ponto, parece-me que não é o ponto idóneo e tenho que assumir e dizer, de forma clara, para aquilo que eu vou aqui comunicar para esta Assembleia e, por isso mesmo, atendendo ao tempo

disponível da Bancada do PSD, quero-lhe agradecer essa oportunidade e o tempo que dispensa para fazer esta intervenção que não pude fazer no momento oportuno, que era o Período de Antes da Ordem do Dia. E quero começar esta intervenção por dizer que esta intervenção consiste em olhar para 2019 e perspetivar 2020, que é um ano, sem sombra de dúvidas, parece-me, o terceiro ano, normalmente, dos mandatos autárquicos, é um ano decisivo para aquilo que é o cumprimento das promessas eleitorais, para aquele que é o avançar dos projetos políticos. E, por isso, decorridos pouco mais de dois anos deste mandato autárquico, aquilo que se faz aqui hoje, e também podemos fazer nesta Assembleia Municipal, é um balanço em que podemos ver como o projeto político, sufragado pelos guardenses em 2017, prossegue o seu caminho. No dia 27 de novembro, Dia da Cidade, foi lançada uma das obras mais emblemáticas deste projeto autárquico, os Passadiços do Mondego. Uma obra que tornará acessível a toda a população uma zona de enorme interesse paisagístico e natural. Uma obra que marcará, de forma indelével, o futuro da Guarda no panorama turístico nacional, conferindo-lhe de uma atratividade marcante em matéria de turismo de natureza. E, felizmente, fruto de tal investimento público, são também muitos os investimentos privados que florescem naquela zona do Mondego. Um sinal evidente de que o projeto ora lançado vai mudar a face do concelho em termos turísticos. Um exemplo, por isso, de investimento público que é promotor do desenvolvimento e do investimento privado. Um exemplo claro de como a Guarda faz bem. Por falar no assunto que foi tocado pelo Deputado que me antecedeu, Deputado António Monteiro, que é a prestação da Guarda na candidatura a Capital Europeia da Cultura, temos que dizer que, também para além do trabalho que é conhecido ao nível do marketing da candidatura, ela continua a fazer o seu caminho e trilha o seu caminho naquilo que pode e deve ser capaz de se traduzir no plano das opções públicas e no plano daquilo que é a salvaguarda das tradições e culturas populares e cultura popular do concelho. Daí que consideremos da maior importância a possibilidade desta candidatura a património cultural imaterial de produtos do nosso concelho, nomeadamente da Cestaria de Gonçalo, do Cobertor de Papa de Maçaínhas, Trinta, Meios, ou da Cutelaria de Jarmelo e Verdugal. A revisão do PDM também avança a passos largos. Terminou, há dias, a fase de discussão pública desse mesmo Plano Diretor Municipal. É uma obra silenciosa, mas histórica naquilo que esse plano significa para o ordenamento, para o planeamento e para o urbanismo da cidade e, sobretudo, das aldeias deste concelho que tantos anos se viram impedidas de crescer, por força de um Plano Diretor Municipal que impedia a construção num perímetro à volta da zona edificada, de cada uma dessas aldeias. Mas quero realçar outras situações. Sendo quase um pormenor, eu quero realçar a tenacidade e a persistência do Executivo em algumas matérias. Nomeadamente numa que conseguiu, através do acionamento das garantias legais da obra e, desse modo, requalificar sem qualquer custo para o Município, e reitero e repito porque é importante que isso fique registado, sem qualquer custo para o Município, a Avenida Monsenhor Mendes do Carmo. E agora, segue-se, segundo sabemos, nos mesmos termos, mediante o acionamento de garantias legais de obra, a Avenida 25 de Abril. Isto é um verdadeiro exemplo de poupança do erário público e de persecução dos interesses do Município, conseguindo realizar obra, que se vê e melhora

a qualidade de vida dos cidadãos da Guarda, sem o menor custo municipal. É também um concelho que investe transversalmente. Desde a educação, onde o investimento desde que começou o ano letivo, portanto, desde setembro a esta parte, já ascende a 500 mil euros, ao mundo rural, onde continua a levar os investimentos em água e saneamento a tantas localidades que, destes bens essenciais, se viram privadas até agora. Mas, todo este caminho que é um caminho que tem sido prosseguido de forma afirmativa e de forma clara, em termos daquilo que é a concretização do projeto que foi apresentado aos guardenses, também não se faz sem alguns percalços. E hoje, naturalmente, aqui já falámos de algumas situações e já falámos desta situação relacionada com a localização do Centro de Exposições Transfronteiriço. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, como falámos aqui hoje de manhã e como é, já aqui vimos, é público, eu discordei de si nesta matéria. Disse-lho frontalmente na sexta-feira, ainda antes da reunião de Câmara Municipal onde este ponto acabou por ser aprovado. Por mim, pela minha parte, pela parte do Grupo Municipal, conforme tivemos oportunidade de lhe dizer, consideramos este assunto morto. Consideramos este assunto resolvido e esperamos, sinceramente, que se consiga dar a volta e que se consiga voltar à primeira forma, à forma daquilo que é importante para os desígnios do Município da Guarda, conseguir fazer este Centro de Exposições Transfronteiriço naquela que foi a primeira localização definida, se possível, para depois, posteriormente, também requalificar toda aquela zona envolvente. Conforme tive oportunidade de lhe dizer ontem, também o quero dizer aqui nesta Assembleia Municipal. Lanço-lhe esse desafio. Aumentemos o Polis. Façamos aquilo que o Partido Socialista não conseguiu fazer, que era o projeto total do Polis. Aumentemos o Polis para lá da ponte que faz a ligação da Guarda à Guarda Gare. Consigamos requalificar a zona da Fábrica Tavares e aumentar uma zona, um espaço verde da cidade, do qual os guardenses gostam e do qual os guardenses fruem habitualmente. Aumentemos o Polis para aumentar a qualidade de vida dos cidadãos da Guarda. Mas regressando a este tema da Fábrica Tavares, não posso deixar de dizer, e deixar de referir nesta Assembleia, que estamos perante mais um exemplo da pesada herança que os Executivos Socialistas, que governaram a Guarda e esta cidade até 2013, nos deixaram. Um contrato promessa mal-amanhado, que previa o pagamento da totalidade do valor ali previsto, 400 mil contos à data, 2 milhões de euros hoje, até ao final de 2003. Sabem quando é que acabou de ser pago este valor? Em julho de 2013. Mais de 10 anos depois. Que previa ainda a alteração de um Plano de Pormenor daquela zona do Rio Diz, que só foi concretizada por este Executivo Municipal e votada já neste mandato, creio eu, nesta Assembleia Municipal. E este é mais um exemplo de como este Executivo Municipal continua a ter que resolver os problemas herdados e que foram, permanentemente, empurrados com a barriga, ao longo de anos e anos. Senhor Presidente, relativamente a esta matéria, aquilo que pode contar, da parte do Grupo Municipal do PSD, é com total solidariedade na defesa intransigente dos interesses da Guarda, nesta matéria. Negociando, ou não negociando, com a sociedade Têxtil Tavares, mas garantindo sempre que o Município é o menos penalizado possível pelas trapalhadas que nos deixaram e que foram criadas em 2001. Entretanto, hoje tive a oportunidade de me despedir do Vereador Eduardo Brito, esta manhã, e de lhe dizer pessoalmente algumas

coisas que passo também aqui a dizer. Nomeadamente, que lhe desejo as maiores felicidades pessoais e profissionais e que foi um gosto tê-lo aqui connosco, com a sua postura que penso que foi elevando o debate público, na maior parte das ocasiões em que ele teve a oportunidade de intervir. Mas não deixo de apontar também uma coisa. É que esta demissão lhe cai em cima. E cai em cima, depois de tudo aquilo que apontou à saída do Dr. Álvaro Amaro, na sequência da sua ida para o Parlamento Europeu. Mostra, aliás, esta saída, uma profunda incoerência que não pode deixar de ser assinalada. Do mesmo modo, o abandono do Vereador Eduardo Brito, a somar ao abandono do Vereador Pedro Fonseca, a somar ao abandono do Deputado Municipal Joaquim Carreira, a somar ao abandono do Deputado Municipal Hugo Carvalho e a somar ao abandono do Deputado Municipal Agostinho Gonçalves, hoje aqui conhecido, mostram o fim de um ciclo e mostram, nomeadamente, que o projeto apresentado pelo Partido Socialista à Guarda, em 2017, não existe mais. É pena que assim seja. Fica o PS sem projeto que defender, quase em formatação, voltando ao ponto de partida. O Partido Socialista, com todas estas demissões, praticamente não existe hoje no concelho da Guarda. Defraudou, de forma clara, os eleitores que nele votaram em 2017, pois nenhum dos protagonistas está hoje aqui, perante nós, para defender o projeto que foi apresentado à Guarda. Desejamos rapidamente e sinceramente que o Partido Socialista se organize, pois, a Guarda, precisa tanto do poder como da oposição, para chegar mais longe e para conseguir afirmar as suas posições. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Presidente tem a palavra. Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigada, senhora Presidente da Assembleia...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim? Defesa da honra? Não. Não, não lhe vou dar a palavra para Defesa da Honra. Vai-me desculpar, mas não vou. Não considero que isso seja atentatório da honra de ninguém, peço desculpa. Não. Bem, eu apelo aos dois que não entrem em diálogo. Eu peço desculpa... Senhor Deputado, eu estou a falar. Ainda não lhe dei a palavra. Portanto, peço desculpa, mas eu estou a falar. Eu peço-lhe desculpa, mas eu não vou dar a palavra para Defesa da Honra. Tenha paciência, mas não vou dar. Foi uma intervenção política e, nessa senda, vocês fazem depois a vossa intervenção polícia também. Não me parece que esteja aqui em causa... muito bem, muito bem. Senhor Presidente, faz favor. Tem a palavra.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigada, senhora Presidente. Voltando um pouco atrás, nos assuntos que foram colocados pelos senhores Deputados. Deputado Aires Diniz, tenho-lhe a dizer, e respondendo também ao Deputado Marco Loureiro, naquilo que diz respeito aos transportes, nós temos de cinco linhas designadas por L01, L02, L04, L05 e L06. A primeira, escola Carolina Beatriz Ângelo para as Lameirinhas. A segunda, Sequeira/Liceu. A terceira, Jardim José de Lemos/IPG/Bombeiros. A quinta, Jardim José de Lemos/Hospital. E, a sexta, Bairro do Pinheiro/Bairro da Luz/Jardim José de Lemos. A procura atual da L01, cerca de nove mil passageiros por mês, representando 48% da procura global. A L02, seis mil passageiros

por mês, captando 36% da procura. A L04 e L05, que é esta a que liga o Jardim José de Lemos ao IPG e aos Bombeiros, e são duas linhas a L04 e L05, portanto, também aqui Jardim José de Lemos/Hospital têm, por mês, trezentos passageiros, representando 2% da procura de cada uma das linhas. A L06, mais de dois mil passageiros, que representam 3% da procura total. Isto foi objeto de um estudo feito pelo Município da Guarda, através de uma empresa que contratou para o efeito, e que chegámos a estes dados porque estamos a lançar um novo procedimento para o ano de 2020, que não vai ser concluído, digo já, no final este ano. Do ponto de vista técnico, não se conseguiu concluir este concurso. Mas claro que já temos a proposta de reestruturação, que eu não vou agora ler, mas posso depois facultar aos senhores dois Deputados e para quem quiser também informações nesse sentido. Eu poderei transmitir para onde queremos ir e aquilo que somos, neste momento, enquanto transportes urbanos da Guarda. A rede atual serve aos principais bairros e equipamentos da cidade, ligando-os também à central de camionagem e estação ferroviária. Os horários, nos períodos de ponta da manhã, da tarde e à hora do almoço, todas as linhas estão realizadas. Enquanto que no período entre as 10 e as 12, a linha L04 e L06, recorde, L04 a do Jardim José de Lemos para o IPG e a L06 Bairro do Pinheiro para o Jardim José de Lemos, não existe serviço nestas duas horas. E, a partir das 20, apenas a linha L01 continua a ser realizada. Aos fins-de-semana e feriados, apenas existem circulações nas linhas L01 e L02, compartilhadas apenas em períodos limitados do dia, entre as 8 e as 10 e entre as 12 e as 18. Isto é a situação atual e que corresponde àquilo que é o nosso conhecimento e à procura que existe neste momento. Quero dizer que o inquérito realizado aos passageiros, relativamente ao perfil de utilizador, 66% de utentes do transporte urbano são do sexo feminino, a faixa etária com mais pressão é dos 14 aos 24, representando mais de 50% da amostra e correspondendo a um segmento da população não ativa, maioritariamente estudantes, e sem veículo próprio. Enquanto que os passageiros, entre os 50 e 64, representam 19%. Quanto ao emprego, 51% eram estudantes e 26% declararam trabalhar por conta de outrem. Portanto, a faixa de desempregados e empregados nesta proporção, 51% estudantes e 26% que trabalham por conta de outrem, procuram as nossas redes de transportes urbanos. O grau de satisfação anda à volta dos 50%. 50% não está bem e os outros 50% diz que está satisfatório. Esta é a situação atual. Vou evitar de ler aquilo que nós queremos na futura rede de transportes públicos urbanos. Claro que queremos ir cada vez mais ao encontro, aceitamos sugestões, se apresentarem sugestões do género de alargar horários, alargar as linhas de transportes urbanos, estamos disponíveis para essa solução. Deputado Marco Loureiro, Mercado Municipal, o que falhou. Como sabe, para nós percebemos as causas, tem que haver, de facto, uma peritagem como aconteceu. A Polícia Judiciária, na sexta-feira, tivemos conta da ocorrência. A Polícia Judiciária com os peritos, alguns que vieram do Porto, estiveram sexta e parte de sábado em análise e peritagem judicial daquela área onde ocorreu e deflagrou o incêndio. E, na segunda-feira, tivemos o perito de seguros, durante a manhã e uma parte da tarde, para também fazer a devida peritagem sobre a situação do incêndio e, com certeza, também dos prejuízos que resultaram em virtude desta situação. A vigilância. A vigilância é feita das 7 às 7, e depois, a partir destas horas, durante a noite, há rondas. As rondas vão passando e veem, nos edifícios do Município,

aquilo que efetivamente está a acontecer, dentro daquilo que são os critérios profissionais que empresa entende e os procedimentos que entende prosseguir. Os comerciantes que nós recebemos, tivemos ocasião, eu próprio tive três, quatro, reuniões com eles. Uma delas até na reunião de Câmara como já há pouco referi. As decisões não foram construídas unilateralmente. E mais, até foram alteradas exatamente porque suscitaram que era melhor solução haver apenas uma abertura. Também me foi dito por todos os comerciantes que não têm, à exceção de um, qualquer seguro válido e em vigor. Também foi dito, está por demonstrar, não tenho esse conhecimento, que não é possível naquele espaço, que as seguradoras não fazem. Disseram eles. Nós é uma situação que iremos averiguar no futuro, de que forma podemos colmatar a situação de quem exerce ali uma atividade comercial, para poder acautelar, esperemos que não aconteça mais nada, mas que, no futuro, possamos acautelar riscos desta natureza. Mas o Município tem seguro. O Município tem um seguro do imóvel e esse seguro do imóvel, considerando que a instalação elétrica é uma parte desse imóvel, fica por explicar, embora nós suscitámos essa questão já à seguradora, que é, se o imóvel, e tem deficiências, designadamente na instalação elétrica, e em consequência no defeito da instalação elétrica, se for essa a causa, porque também aguardamos os respetivos relatórios de peritagem e de investigação que nos ajudarão também a construir aqui algo mais objetivo e concreto, se se demonstrar que foi uma circunstância dessas, nós estamos a tentar encontrar também uma solução, através do nosso seguro do imóvel, poderemos socorrer os prejuízos dos nossos comerciantes e utentes daquele Mercado Municipal. Se assim for, teremos a situação resolvida. Também referi diretamente a todos os comerciantes que, se não for assim, e atendendo aos prejuízos que andarão, neste momento, não no imóvel, mas naquilo que era mercadoria para vender, à volta dos 60 mil euros, eu, nós, assumimos também estar cá para avaliar as circunstâncias. Sabemos o quão penoso é uma situação destas e o Município também poder ajudar na compensação do prejuízo sofrido. Quero dizer que, esta matéria, nós tivemos sempre, desde a primeira hora, com o objetivo, quer eu, quer o Vice-Presidente, onde claramente nós dissemos: é abrir o mais rapidamente possível. Isto é incontornável na nossa leitura e na nossa forma de estar no exercício da causa pública. Não há outra. Não vamos pensar numa solução que demorasse mais a resolver este dano e no momento tão crucial como é o período Natalício, que é determinante para esta circunstância. Quarteirão Associativo. Tenho-lhe a dizer que estamos a proceder à consolidação da muralha. É visível, quem se deslocar a estes trabalhos, a empresa está a consolidar e é requalificado alguns pedaços da muralha que são contíguas exatamente ao condomínio associativo. E, como sabe, no projeto, a parte que falta, no fundo, edificar e fechar a obra, é toda em estrutura metálica. E esta está a ser feita a pedido da empresa, porque foi a empresa que nós contratamos, é a ela que pedimos, de facto, o cumprimento dessa obrigação, nos estaleiros da empresa que tem as estruturas metálicas. E quando elas estiverem todas feitas no estaleiro, virão através do respetivo transporte e serão colocadas, quer a cobertura, quer a própria estrutura em pilares de ferro, serão colocados naquele espaço e assim damos continuidade e concluiremos a obra que queremos. De facto, vem ajudar a responder a uma necessidade extrema das nossas associações. Nós sabemos a quantidade de pedidos e

muitos que, se calhar, estão aqui à minha frente, de vós, sabem a necessidade e querem mais espaços para poderem desenvolver atividade social. E nós estamos na primeira linha, estamos na linha da frente para podermos dar essa resposta. Ainda voltando um pouco ao Carlos Breia, ao senhor Deputado Carlos Breia. Tenho-lhe a dizer que, relativamente aos cubos, nesta matéria, o procedimento foi lançado. A empresa sabemos quem é. Não vou dizer aqui o nome. Queremos que assuma a assinatura do contrato para entrar em obras. É certo que já foi notificada uma ou duas vezes. Se, porventura, e não vamos demorar muito mais tempo, passaremos ao segundo concorrente. O procedimento foi lançado, foi adjudicado e, portanto, temos que concluir o mesmo de forma a dar resposta, e bem, como disse, já não é a primeira vez e nós cá estaremos para dar essa resposta. Depois, Deputado Henrique Monteiro. Verdade, mais uma herança pesada, de facto, de um projeto que era importante na altura e que o Partido Socialista abdicou, que era o tal Museu da Água. Mas, verdadeiramente, isso não tem problema. O que tem problema é que se disponibiliza 2 milhões de euros ao longo dos anos, desde 2001, portando, havia uma vontade em querer que as coisas acontecessem na Guarda, mas não se fez nada. Desde 2001 até ao ano de 2013, entregam-se, por várias tranches, 2 milhões de euros, onde a última tranche até foi ao obrigado do PAEL. E entrega-se a última tranche, e não se pede? Não se interpela a empresa para fazer escritura? Algum de vós que já comprou imóveis, todos nós, com ajuda do Banco ou sem ajuda do Banco. Então entregamos o dinheiro e não pedimos para fazer a escritura? Isto é que é defender a causa pública? Eu admire muito o Partido Socialista e a Bancada do Partido Socialista. Não há dúvida que, vem aqui dar sermões, no sentido de dizer: bem, com o Partido Socialista tudo estaria resolvido. E agora reparem, têm uma Capital Europeia da Cultura, vão ao pormenor dizer: calma, mas temos aqui uma Capital Europeia da Cultura, que o plano estratégico, que não envolvemos a comunidade em geral, não temos uma definição clara daquilo que é o plano financeiro. Mas o Partido Socialista, então, entrega 2 milhões. Qual era, qual é, ainda hoje, a sua visão? Qual é a sua estratégia para o território? Não venham hoje querer, porque não governam a cidade, dizer que se deve fazer o que eles não fizeram. Mas nós temos sérias reservas, se não, a certeza, de que, se estivessem aqui, meus amigos, não havia Capital da Cultura, não havia Centro de Exposições, como não havia aquilo que o Tiago Gonçalves acabou de referir, que são estas obras todas que o Partido Socialista ignora. Há bem poucos dias, estiverem os representantes do Partido Socialista no lançamento da primeira pedra dos Passadiços, mas nem uma palavra. Isto é que é fazer política? Então, nós vimos aqui dizer sobre a agenda deste Executivo, sobre os temas e sobre a agenda deste Executivo, dar e dizer o que devia ser. O que é não quer analisar. É o que devia ser. Exatamente porque não querem comprometer-se. Mas têm que se comprometer, ouvindo aquilo que nós temos para dizer porque nós temos uma intervenção abrangente, diversificada, assumimos compromissos, assumimos responsabilidades. Senhor Deputado Henrique Monteiro, penso que foi o senhor Deputado que referiu. Não, foi o Tiago, peço desculpa. O Tiago Gonçalves quer estender, e é uma ideia importante, interessante. Mas estender ao Pólis? Nós ainda temos que o pagar! O Pólis ainda não o pagámos. Sabem porquê? Porque o proprietário daqueles terrenos está a reclamar uma indemnização porque aqueles terrenos ainda não foram

pagos. Ora, nós já fizemos uma avaliação, agora, recentemente. Mas o proprietário não quer esse valor. Então lá estamos nós, se calhar, a caminho do Tribunal para resolver um problema do passado. Eu quero estende-lo, mas eu não sei com o conto nesta história, nestes dois anos, e sabe-se lá no futuro. Nós estamos sempre a ser presenteados com esta gestão: rigorosa, de excelência, prospetiva de um futuro melhor e que, de cada vez que o Partido Socialista pensa, nós vamos ter uma Guarda melhor... Mas, verdadeiramente, temos aqui uma herança pesada que, ao contrário do que dizem, que viemos nós e que dissemos tudo mal do passado. Não. Não dizemos. Sabem porquê? Porque estamos a pagar tudo o que foi feito no passado. Pagamos os Centros Educativos Escolares do Mondego e da Sequeira, estamos a pagar as várias intervenções que foram feitas na Plataforma Logística e outras obras. Vejam o orçamento que vem aí a seguir. No orçamento, está lá o contributo da dívida de médio e longo prazo para pagar o quê? Vejam as obras que lá estão. Ainda estamos a pagar, para não falar das licenças do Polis que tivemos que liquidar, para não falar do arquiteto do TMG que também tivemos que liquidar a dívida que ainda estava pendente. E é assim. Mas é assim que o Partido Socialista avalia a situação real. Mas não é essa, essa realidade está completamente afastada porque, a nossa realidade, é exatamente querer fazer mais. E, verdadeiramente, numa estrutura que nós quisemos, efetivamente, colocar um Centro de Exposições, que ao longo destes meses, ao longo destes anos, considerámos que era a melhor solução porque requalificava um espaço que não está incluído na parte urbana, não envolve as pessoas. E nós deparamo-nos hoje com problemas de falta de escritura, de falta de registo, de registo de propriedade que é aquilo que diz o que é nosso ou o que não é. E agora, ao fim de 18 anos, e hoje já percebemos a consequência deste passado pesado, que é querermos fazer uma escritura e a empresa vir pedir mais 800 mil euros. E a Câmara não pode estar a resolver os problemas do Polis e de um contrato promessa que já é de 2 milhões, estar agora ainda a liquidar mais 800 mil. É por isso que nós bem queremos andar para a frente, mas não é possível porque, de facto, as amarras ao passado, criadas pelo Partido Socialista, são bem pesadas e é isso que também nos ocupa grande parte do nosso tempo, que é resolver os assuntos do presente e do futuro mas sempre amarrados a um passado penoso e que, de facto, nos prejudica gravemente naquilo que são as novas diretivas que este Executivo quer trazer para a Guarda e quer valorizar enquanto capital de distrito e capital que tem que ser também de uma região. Deputado Matias Coelho, a locomotiva. A rotunda, nós falámos da locomotiva. Eu já expliquei. É verdade, tínhamos a locomotiva e uma carruagem. Por acaso, na questão das carruagens, o Governo Português entendeu recuperar algumas carruagens e a nossa, a referência da nossa, estava lá. E não temos resposta sobre a parte da carruagem. A locomotiva está... assinámos agora, na reunião de Câmara, o procedimento para recuperação e pintura e toda a requalificação que a mesma necessita, para podermos colocar naquele espaço. E optámos pela solução que, no passado, foi apresentado aos guardenses. Aliás, o projeto foi apresentado à Guarda, que é uma peça escultórica. Em vez de trazermos a tal a carruagem, nós temos uma peça que foi desenhada por um arquiteto aqui do Município e é essa carruagem escultórica, não é uma verdadeira carruagem, abdicámos da tal que estava para ser decidida pelo Governo Português. E, nesse sentido, nós vamos trazer a locomotiva em bom estado

para ser colocado. Ou seja, em bom estado é tirar os grafites que tem e ser pintada de forma a ser preservada estes anos que vai ficar na própria rotunda, à intempérie, como também às altas temperaturas de verão. Portanto, tem que estar bem preparada nesse sentido para não começar a enferrujar e a prejudicar a beleza que nós queremos dar àquele espaço. E, conseqüentemente, fazer, acoplado à locomotiva, uma carruagem que chamamos nós aqui de peça escultórica, que foi desenhada por um arquiteto e, a seu tempo, foi apresentada também aos cidadãos da Guarda. A Torre dos Ferreiros. Nós temos os projetistas, fruto da caixa do elevador e também dos motores que puxam o elevador, eles estão juntos à muralha. E para estes motores tem que se encontrar uma solução arquitetónica para não tornarem feio aquele espaço. E, de facto, os arquitetos têm demorado a pensar esta solução e, aqui, estamos a aguardar uma resposta dos projetistas para o problema para depois podermos dar sequência e conclusão a esta obra, que acho que a todos nos valoriza e é, de facto, mais um ponto de visita que nós queremos criar no futuro. No TMG. Eu penso que, a crítica que fez, não faz sentido porque toda a gente, pelo estacionamento, hoje acede. Aliás, o arquiteto do TMG foi o arquiteto do acesso. Penso que a solução encontrada é uma solução adequada, dá resposta a um problema que já vem de trás e, portanto, eu até considero que é um espaço bonito e que faz sentido valorizá-lo e que se enquadra bem no edifício que é o Teatro Municipal da Guarda. Também o Luís Prata, o +65, demonstrou aqui, claramente, o que são as pessoas que estavam alheadas da tal inclusão social, porque são pessoas que têm solidão, estão longe da família e que têm problemas de diabetes, outros... porque o Programa +65 não só leva a educação física às aldeias e aos nossos mais idosos, como também é monitorizado do ponto de vista da saúde. Os nossos idosos são monitorizados. Em relação com o IPG, nesta cooperação com IPG e com a ULS, também fazemos a motorização de saúde, designadamente nos diabetes desses cidadãos. Portanto, é uma parte médica ligada a uma parte física e isso é importante nós valorizarmos e um bom exemplo da Senhora que, se calhar, nunca praticou e deu esse magnífico exemplo, trazido aqui pelo Luis Prata. O Miguel Bandarra trouxe também aqui, a esta Assembleia, um momento importante daquilo que é valorizar o poder de atração. Claro que, para o Deputado Marco Loureiro, ele valoriza é: Aqui d'El Rei dos cem postos de trabalho que perdemos, não é? Mas não foi por vontade da Câmara. Primeiro,... Não, valorizou no sentido de dar... quando nós temos seiscentos postos de trabalho na PLIE, com os projetos que estão em curso vamos criar seiscentos postos de trabalho e 60 milhões de investimento, o que é notícia, e eu não vou dizer aquela expressão popular, o que é notícia é a Confama, é a empresa de calçado. Reparem, o cuidado que eu tive porque nós, se soubéssemos que estaria aquele investimento de pedra e cal, teríamos até dado visão, uma imagem pública do investimento. Teríamos visto as instalações. A verdade é que, nem um empresário quis, nem nós quisemos pressionar. Apenas ajudámos na linha, e eu disse-o aqui, dos transportes públicos. Pusemos uma linha de transportes públicos para o Outeiro de São Miguel onde a empresa se localizou. Ajudámos a falar com o proprietário do armazém para ali colocarem máquinas. E eu sei, acompanhei, as máquinas que vieram eram insuficientes. E havia uma questão com o Centro de Emprego que as pessoas não eram qualificadas e este processo foi moroso. Não sei de quem é a culpa. Também sei que o Centro de

Emprego fez o que estava ao seu alcance. Quantos telefonemas eu fiz ao Dr. Américo Paulino e ele me fez a mim. Mas, claro, há uma parte que não corresponde à Câmara. A Câmara não é empresária. O Centro de Emprego não é empresário. Há uma parte que é da responsabilidade do investidor. Eu não o chamei cá, ele é que veio. A partir do momento em que veio nós recebemo-lo de portas abertas, e tudo o que ele pediu nós fizemos. Mas fique descansado, senhor Deputado, não pagámos 1 euros. Não pagámos 1 euro, porque até era um contrato de arrendamento, daquele espaço, a uma empresa da Guarda e não houve investimento. E, como tal, quer por via das isenções ou reduções fiscais, quer por via do regulamento que ainda não estava em vigor, não teve qualquer benefício. Mas eu gostaria, como o senhor, gostaríamos de lho ter dado. Mas eu não posso fazer nada. Quantas vezes reunimos, na Confama, em Famalicão? Tentámos soluções, inclusivamente de Oliveira do Hospital o empresário que eu trouxe aqui à Guarda, que esteve nas instalações, um chinês que esteve nas instalações para ver aquele espaço. Infelizmente não foi possível. Agora, as diligências, os meios necessários e ao dispor da Câmara Municipal, esses foram usados. E nós quisemos evitar, a todo o custo, que houvesse mais despedimentos. Como na DURA. Como na DURA, já o falámos aqui. Todos fizemos, mas também este Executivo, em colaboração com o Secretário de Estado de Internacionalização, que havia situações que podiam prejudicar o período de negociações, que era melhor reduzir do que fechar. Isto esteve sempre em cima da mesa, em constante diálogo com o Senhor Secretário de Estado, e conseguimos, efetivamente, podemos dizer, todos conseguimos que não fechasse esta empresa. Conseguimos que não fechasse esta empresa... eu não tenho essa informação e aquilo que eu tenho a dizer..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Presidente, já excedeu em mais de dois minutos o seu tempo. Vai ter que terminar." -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** "Ok. Sim. Ainda tenho cinco, três, não é? E o que é certo é que é preciso olhar para a PLIE, aquilo que eram as tais giestas, a psicologia das giestas em que, para o Partido Socialista, a PLIE, com giestas, já era suficiente. Milhões de euros investidos, pagos por nós, como eu há pouco disse, é uma questão de ver a folha aqui do orçamento e vamos lá ver quem pagou a primeira e a segunda fase, ainda estamos a pagar. Mas, hoje, vemos as empresas. É para os bons exemplos, é isto que nos deve galvanizar, é isso que nos devem motivar em conseguir uma cidade mais inclusiva e tecnologicamente mais avançada, uma cidade mais de inovação. Uma cidade em que o cidadão pensa sempre mais além, em que o interior não pode estar dentro da cabeça, em que nós queremos apostar, cada vez mais, em atrair pessoas, em criar um Instituto Politécnico mais forte, em criar mais habitação, em que a Câmara assuma o seu papel. Mas não é só o Município, são todos os intervenientes. São as empresas, como fizemos no primeiro programa de um programa curricular no IPG, em articulação com as empresas do cluster automóvel. E é assim que nós pensamos também o futuro da Guarda e é assim que nós queremos continuar para desenvolver a Guarda." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Presidente, vai ter que terminar. Já tem mais 4 minutos do que o seu tempo." -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Ok. Pronto. Terminei, obrigado.” ---

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada. Muito bem. Só para dar conhecimento de que deu entrada na mesa um Protesto do Grupo Municipal do CDS, que eu vou passar a ler. «O Grupo Municipal do CDS, na Assembleia Municipal da Guarda, vem protestar contra a reiterada sobreposição de um poder discricionário que Exma. senhora Presidente da Assembleia Municipal diz que tem, que beneficia sempre as mesmas Bancadas», acho que é isso, «e, por oposição, prejudica sempre as mesmas Bancadas e que se sobrepõe ao... ao registado...» Venha cá, senhor Deputado, se não se importa... «que se sobrepõe ao registado pelos tempos escritos no Regimento deste mesmo Órgão Municipal. O Grupo Municipal do CDS» e assinam os dois Deputados. Está registado o Protesto. Muito bem. Passado este tempo, passamos, então, agora à discussão do Ponto 2.2.” -----

## **Ponto 2.2 - Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Município da Guarda para o Ano de 2020.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Senhor Presidente, quer fazer a apresentação, por favor?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhora Presidente. Neste Orçamento de 2020, nós definimos alguns projetos que consideramos estruturantes. Eu destacava o Centro de Exposições Transfronteiriço, um Centro de Inovação Transfronteiriço que está previsto para a parte de cima do Mercado Municipal. Como sabem, está devoluto e nós queremos ali desenvolver o futuro Centro de Inovação Transfronteiriço, incubadora de empresa e também acelerador naquilo que corresponderá às necessidades dos nossos empreendedores e dos jovens que, efetivamente, estudam até no Politécnico, para encontrarem um espaço onde podem desenvolver depois as suas ideias, os seus projetos, com a colaboração do Município. Claro que são projetos de elevado montante e nós, efetivamente, também queremos fazer algumas candidaturas. O espaço é curto, as candidaturas europeias, nesta matéria, muitas delas, já não abrangem estas áreas e, como tal, tem sido difícil conseguir o apoio comunitário. Mas queremos efetivamente continuar nessa senda e começar também a desenvolver, aliás, o projeto está aprovado e nós só temos é que desenvolver depois as obras tendentes à criação desse Centro de Inovação. O Centro de Valorização de Produtos Endógenos, há pouco o Deputado Aires Diniz também falava nesta possibilidade de dar reforço ao mundo rural, também à atividade agrícola. E eu penso que sim, o terreno está disponível. É uma forma de atrair mais pessoas e fixá-los à terra, criando mais incentivos e nós, com este Centro de Valorização de Produtos Endógenos, podemos ajudar a que este setor primário possa ser também valorizado e, assim, valorizar também os nossos produtores. O Regulamento Municipal de Concessão de Incentivos ao Investimento é também um eixo importante para continuar a atrair mais investimento ao nosso território. Não saímos fora da lógica dos apoios fiscais e parafiscais, vamos cair no âmbito do apoio ao investimento, e eu falarei disso mais à frente, mas também o apoio à criação líquida e por tempo indeterminado de postos de

trabalho. Depois, um Centro de Interpretação de Cultura Judaica. Consideramos que a Guarda também tem que se posicionar, aliás, num eixo no qual está a perder aqui alguma vantagem, na medida em que, quer Trancoso, quer Belmonte, têm feito um trabalho de excelência nesta área, quer com os seus técnicos, quer com a valorização do património judaico existente nestas duas comunidades. E, a Guarda, que tem também um centro de judiaria importante, é relevante que possamos aprofundar esses conhecimentos e, com isso, fazer com que o turismo judaico, onde a Guarda já se posiciona em termos nacionais. Nós sabemos que pertencemos, de facto, a este Congresso de Turismo Religioso. Em Fátima, é feito o Congresso de Turismo Religioso Internacional mas, a parte da cultura judaica e o turismo ligado à cultura judaica, nós conseguimos trazer para cá operadores e hosted buyers que vêm conhecer o nosso território para assim poder, em termos internacionais, vender aquilo que temos para oferecer. A candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura é também um eixo estratégico. Nesta matéria, permitam-me já que responda ao senhor Deputado Monteiro. O Conselho Geral é constituído por dezassete Autarcas e ainda os Reitores da UBI e de Salamanca, das Universidades, o Presidente do IPG, o representante da Diocese e também do Nerga. O Conselho Estratégico é constituído por dezassete personalidades já está fechado e será publicamente comunicado à imprensa e toda a Guarda, no dia 6 de janeiro, às 18h00, no Café Concerto. A Comissão de Honra, presidida por Teresa Patrício Gouveia, composta por mais de uma centena e meia de personalidades do mundo da Cultura, das Letras, das Artes, da Economia e da Ciência e três personalidades, de cada Município, que compõem esta candidatura. E faço já aqui o convite aos Grupos Parlamentares que nos indiquem também, um a dois elementos de cada Grupo Parlamentar, para pertencer a esta Comissão de Honra que será presidida pela Dr.ª Patricia Gouveia e também um convite à senhora Presidente da Assembleia Municipal para integrar esta Comissão de Honra. A equipa de projeto será liderada, como todos sabem, pelo Arquiteto Pedro Gadanho, que divide a sua atividade profissional entre arquitetura, curadoria escrita e produção cultural. No presente momento, é investigador especialista na Universidade de Harvard, em Cambridge, Massachusetts. Anteriormente foi curador da arquitetura contemporânea do Museu de Arte Moderna. A equipa será apresentada no dia 16 de janeiro, às 18h00, no TMG, depois de quatro dias de trabalho intenso, ou seja, do dia 11 ao dia 16, pouco mais, existirá uma reunião com o Dr. Pedro Gadanho e toda a estrutura de missão, onde existirão reuniões com diversas instituições da cidade com vista a definir, de facto, esta estrutura de missão. No dia 16 de janeiro, será feita a apresentação das linhas estratégicas da candidatura. Aliás, como consta da informação que foi enviada ao senhor Deputado Monteiro e que tantas dúvidas lhe levantou. Ou seja, nós temos um plano estratégico, não faz sentido juntar um plano estratégico que já não é aquele que sairá destas reuniões no dia 16 de janeiro. E, por isso, este é o nosso modelo. Pode haver outros. O Partido Socialista tem outros modelos, mas este é o nosso. E vamos esclarecer a Guarda, como esclarecemos o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, naquilo que é a nossa metodologia. Agora, falar de metodologia e não querer falar do resultado, isto é ignorar uma parte substancial daquilo que é ação e a capacidade de fazer coisas. O plano estratégico da candidatura, atendendo à mudança diretiva, encontra-se agora na

fase... já está concluído, diz-me o Senhor Vereador. Portanto, nesta matéria, consideramos que a estratégia do orçamento também estabelece o valor para este ano de 400 mil euros, sendo certo que a partir de 2020, nós, à semelhança das outras cidades também candidatas, elas têm um fundo financeiro que resulta da comparticipação dos restantes Municípios. E é isso que, no ano 2020, junto da Comunidade Intermunicipal, eu também irei, conjuntamente com o Senhor Vereador da Cultura, colocar aos Presidentes de Câmara dos Municípios que fazem parte desta candidatura também o contributo para o ano 2020, valor que não está aqui no orçamento, mas tem que estar no valor do orçamento de cada um desses Municípios. A Cooperação com a CIM, a cooperação com associações sem fins lucrativos, as freguesias, as empresas e o IPG, são fatores que têm reflexo, investimentos que têm reflexo também no nosso orçamento. O orçamento tem o valor de 51.8 milhões de euros, sensivelmente um pouco mais do que apresentava o orçamento de 2019, registando, portanto, apenas, uma evolução, sendo certo que, de 2013 até 2015, é que os orçamentos tiveram o valor mais baixo. A partir de 2015 tem vindo aumentar, considerando a integração das Empresas Municipais e também dos Serviços Municipalizados, em 2018. A evolução da execução orçamental também tem sido sempre positiva. E, por isso, demonstra claramente que, na previsão, nós conseguimos também um elevado grau de concretização daquilo que pensamos no ano para o qual definimos esse orçamento. Ao nível das receitas, as receitas de capital representam cerca de 26.8% e, as receitas correntes, ou seja, aquilo que nós gastamos de uma forma normal para também afetar ao normal funcionamento do Município, 73%. A receita prevista em percentagem, que eu acabei de referir, das receitas correntes será de 37.9 milhões de euros que corresponde, portanto, basicamente, 16 milhões a transferências correntes e, relativamente a vendas e bens e serviços correntes no valor de 10.8 milhões, mais os impostos diretos que corresponde o valor 9.5 milhões. Esta é a descrição da receita corrente. As receitas de capital, destacava, ao nível da receita de capital, 13 milhões, relativos a fundos comunitários de 10 milhões, e ao fundo do equilíbrio financeiro, aliás, que eu já falei recentemente de 1 milhão e 125 mil euros. Depois, ao nível da despesa, a despesa de capital, representa no total da despesa 31.5%, ao nível da despesa corrente representa 68.4%. As despesas correntes têm maior expressividade ao nível das aquisições de bens e serviços, despesas com pessoal e transferências correntes. A despesa de capital no valor, com mais expressividade, no valor de 13 milhões de euros, que tem a ver com aquisição de bens de capital, passivos financeiros, amortização de empréstimos no valor de 2.1 e transferências de capital no valor de 1.1 milhões. Destacam-se as funções sociais, o abastecimento de água e saneamento, nas Grandes Opções do Plano, destacamos as funções sociais com um valor, nas águas e saneamento, de 4.3 milhões de euros. A cultura com 1.7 milhões, os resíduos sólidos com 1.5 milhões. Eu não vos queria estar a maçar com números, mas também o orçamento é isto. E proteção do meio ambiente e conservação da natureza de 1.3. A função económica, os transportes rodoviários com um valor de 7.2 milhões de euros. No turismo um valor de 4.3 milhões de euros e a indústria e energia, 3 milhões de euros. Como ainda tenho aqui um pouco de tempo, cinco minutos, eu gostaria ainda de me referir aqui a algumas questões que me foram colocadas. Relativamente ao assunto que me foi colocado pela senhora Deputada, Dr.ª. Paulisa, o Fundo Social

Imobiliário. Nós queremos assumir, terá que haver aqui um parceiro que é uma instituição financeira, bancária, que nós temos que protocolar exatamente um Fundo, dando como garantia os bens imóveis que o Município já possui na sua titularidade e, através desses bens, como garantia, nós conseguimos obter um valor que poderemos afetar 80% desse valor para aquisição e 100% para reabilitação. E, com certeza, também está refletido no orçamento que, este investimento, em reabilitação urbana, dê sustentabilidade ao Fundo Imobiliário, respondendo a estas necessidades que o Instituto Politécnico da Guarda colocou. Mas nós andámos de braço dado com o Instituto Politécnico da Guarda em várias soluções. A Pousada da Juventude, o Centro Apostólico, o Seminário maior da Guarda. É só saber qual é a solução. Nós temos aqui, no máximo, uma responsabilidade de um terço, se assim o posso afirmar, e com certeza que nós estaremos lá a participar, naquilo que são soluções que valorizam as opções do Instituto Politécnico da Guarda, para esta situação. Os transportes, eu já respondi. Nós estamos num processo de contratualização de um novo procedimento, mas a realidade foi aquela que eu há pouco referi. Carências, é preciso trazê-las para serem avaliadas por este Executivo e com certeza que nós daremos a resposta. Os autocarros andam aí. Eles tanto custam dinheiro com cinco pessoas como com quarenta e cinco, é igual. Para nós é igual. Portanto, queremos é gente na rede. Ajudem-nos também. Depois, queria dizer ao Deputado Aragão que, de acordo com o documento que me foi dado aqui pelo senhor Vice-Presidente, e eu assinei já a carta para lhe fazerem chegar. A outra carta, sobre a Capital Europeia da Cultura, chegou dois dias antes desta Assembleia ao Deputado António Monteiro. Não conseguimos fazê-la chegar a tempo desta Assembleia, tenho-a aqui assinada. Mas, entre outros elementos, o tempo médio da primeira resposta para licenciamento, sem parecer externo, 15 dias. Tempo médio da primeira resposta para licenciamento, com parecer externo, 15 dias. Tempo médio da primeira resposta para processo de licenciamento, que seriam de comunicação prévia, 15 dias. Tempo médio da primeira resposta para processo de comunicação prévia, 15 dias. Tempo médio da primeira resposta para o processo de autorização, 13 dias. Entre o ano de 2017 a 2019, foram resolvidos seis mil, oitocentos e sessenta e sete processos. Esta carta vou fazê-la chegar e o senhor Deputado terá a ocasião para se pronunciar exatamente nesta matéria. Ainda relativamente ao investimento que nós temos tido nas freguesias, que é importante e como referiu também o senhor Deputado Tiago Gonçalves, os Passadiços é um projeto determinante. A candidatura a Património Imaterial de produtos que são identitários da nossa região, da nossa cultura, da nossa história, algo que estiveram esquecidos durante anos, centenas ou dezenas de anos. O Partido Socialista nunca valorizou a cultura. Nunca valorizou a cultura neste sentido. E nós, à semelhança até de outras realidades, lá estamos a assumir aqui o Cobertor de Papa, a Cestaria e a Cutelaria como produtos relevantes para, de facto, valorizarem aquilo que nós somos como comunidade e aquilo que é a herança de um passado que merece, no presente, ser valorizada e reconhecida em termos mundiais. São estruturas como o PDM, mas também investimentos ao nível de água e saneamento, em 2019, 2.9 milhões. Fizemos esse investimento. Ao nível de regularização e conservação fluvial após os incêndios, o Plano Municipal de Proteção das Florestas, vou-me evitar de dizer mais. Em 2018, custo com arruamentos, caminhos

e proteção da floresta, em 2018 gastámos 3.3 milhões de euros. Em 2019, 3 milhões de euros. Temos Acordos de Cooperação nos quais, no ano 2018, 900 mil euros. No ano 2019, 680 mil. E, no ano de 2020, 680 mil. Perfaz o valor de 1.5 milhões de euros. Isto é investimento nas freguesias, em saneamento, em requalificação viária e, por isso, como eu disse, e termino já, senhora Presidente, nós somos responsáveis, assumimos os nossos compromissos. Temos uma intervenção diversificada, temos a nossa metodologia e somos fiéis a ela. Não quer dizer que não haja outras. Respeitamos. Mas esta é a nossa e é com esta que nós vamos prosseguir na senda do desenvolvimento deste território, de uma cidade que tem que assumir a capitalidade, como afirmámos há seis anos a esta parte, mas sempre com projetos que validam aquilo que é o bem-estar dos guardenses, mas fundamentalmente sempre com um foco de maior atração, de um maior crescimento e desenvolvimento, apostando efetivamente na inclusão, na inovação e na valorização tecnológica. Disse senhora Presidente.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Quem pretende intervir sobre este ponto? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faça favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigada, senhora Presidente. Tributação é a arte de depenar o ganso com o menor ruído possível. O ganso está a ser depenado no orçamento de estado, apresentado na Assembleia da República e aqui, na Guarda, este orçamento também continua a depenar o ganso e nós também parece que não nos queixamos muito. Eu queixo-me. Este orçamento tem uma marca, que é um orçamento conservador na manutenção da elevada carga fiscal. Continuamos a ver aqui cerca de 6 milhões e 400 mil euros, no IMI, de cobrança. Cerca de 1 milhão, passa de 1 milhão, no IUC e ele vai aumentar porque o Governo também aumentou este imposto. Temos 1 milhão e 150 mi, sensivelmente, no IMT e temos aqui quase 1 milhão de euros de cobrança na Derrama. E quando se cobra tanto valor na Derrama, quando temos uma Derrama tão elevada, os gansos morrem e outros voam. Em janeiro, morreu um ganso ali nos Trinta, vinte trabalhadores para o desemprego. Em abril, morreu outro ganso ali em Famalicão, setenta pessoas. O ganso do calçado levantou voo. Tinha-se instalado em maio, em outubro voou. O ganso da Dura perdeu as duas asas e já não tem capacidade de levantar voo. E a realidade é esta. E, para além disso, eu queria perguntar ao senhor Presidente. Há bocado não tive oportunidade de o fazer porque me foi retirada a palavra. Se o senhor Presidente acredita que alguém vem investir num concelho onde a saúde atingiu aquilo que atingiu, e o cenário foi aqui bem descrito no início desta Assembleia, e que eu lhe quero deixar uma pergunta, que é ainda mais grave aquilo que se propõem fazer ao Hospital da Guarda. O senhor Presidente tem conhecimento de que a atual Administração chamou os clínicos para reuniões, para encerrar os serviços de ortopedia e de cardiologia? Não sei se alguém lhe passou essa mensagem. Mas isto é mais uma pedra para acabar e para afundar a saúde neste distrito. Tenho dito.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu não vou falar de receitas nem de despesas. Vou falar de algumas coisas que ressaltaram de uma análise qualitativa...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Mas espero que fale do orçamento.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Falo do orçamento. Resulta da análise do orçamento que este tem demasiadamente enviesada atenção aos problemas da cidade, esquecendo que problemas semelhantes existem no mundo rural. É o caso de gatos e cães abandonados. Mas também os animais deste tipo que existem no mundo rural devem ser tratados da mesma forma, havendo outro tipo de animais, como cabras, ovelhas, burros, cavalos e vacas, que devem ser tratados numa perspetiva de proteção do mundo rural, e que tem sido alvo de uma continuada agressão, por forças ainda não identificadas...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Senhor Deputado. Peço desculpa...” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Está a falar comigo?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Estou. Vai falar de orçamento?” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Vou!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “É que, esses animais aí todos, é algum introito. Suponho.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “É um estranhamento, como se diz em retórica.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Veremos então. É que é para isso que aí está, é para falar de orçamento.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “E por isso, não identificadas, que inviabiliza o seu modo de vida tradicional, mas que devemos defender pois fazem parte do nosso ecossistema. O mesmo se pode dizer sobre o tratamento diverso dado aos jardins e em espaço rural. Implicam, estes dois aspetos, um tratamento orçamental que não discrimine os meios rurais e gostaríamos que isso fosse feito em sede do orçamento. Perguntamos, por isso, se já estão previstos e programados, por exemplo, é um dos temas que eu vou trazendo aqui regularmente, os trabalhos para completar o saneamento na Freguesia de Arrifana e Pera do Moço. No orçamento só se refere o rural cinco vezes, a agricultura duas vezes, a floresta dez vezes, os incêndios florestais sete vezes, os jardins cinco vezes, restringindo a sua manutenção à malha urbana do Município da Guarda, mostrando a pobreza da visão do mundo rural por parte da nossa Câmara Municipal. Nas questões de modernização administrativa, em nenhum momento se fala da melhoria do Arquivo Municipal, mas que sabemos, pelos acontecimentos recentes, ser bem necessária a sua boa organização e gestão. Também nesta melhoria administrativa, não se fala na valorização da agricultura com um gabinete de apoio aos agricultores. E, quanto ao apoio à pecuária, não se fala do necessário papel do Serviço Veterinário Municipal. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Faz favor, senhor Deputado Marco Loureiro.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigada, senhora Presidente. Eu não vou utilizar o ganso, porque ainda há pouco tempo, por acaso, salvei um ganso de ser atropelado ali junto à Galp. Por incrível que pareça, ele andava lá na estrada e toda a gente achava normal o ganso andar lá. Por isso, Henrique, vou dispensar o ganso e tenha cuidado que os animais precisam de ser respeitados. Atenção ao ganso. Mas concordo com a parte fiscal. A ironia, não deixa de ser uma ironia. Realmente também concordo que o Estado nos retira impostos a mais, concordo perfeitamente. E concordo que esta Câmara só sabe criticar esse espeto do Estado, nomeadamente já fez aqui questão, a Câmara, de o dizer. E já fez também aqui questão, das outras Bancadas, nomeadamente do PSD, de tanto aqui referir isso. Mas, depois, nunca se referem ao abuso de impostos que esta Câmara também aplica e que já teve a oportunidade de os baixar. Queria perguntar aqui ao senhor Presidente, e vou voltar, não é o mesmo tema, mas é relativamente ao pavilhão... ok, peço desculpa, mas já encontrei... ao pavilhão, neste caso, ao futuro Centro de Exposições Transfronteiriço. Foi dito que a gestão, e já foi dito por si publicamente, que a gestão pode vir a ser uma parceria público-privada. Ora bem, eu vou passar a citar, a ver se eu estou correto, e depois diga-me senhor Presidente. Depois já terá oportunidade. Deixe-me só acabar o raciocínio. Obrigado. Se isso acontecer, essa gestão público-privada, aparenta-me, então: não há dinheiro para a construção, os municípios dão o terreno, o particular constrói e explora o espaço e poderá ainda a Câmara ter que pagar uma renda, para depois lá fazer os eventos nesse mesmo espaço. Isto, se for verdade, afinal de contas esse Pavilhão, há uma tabela normal, como o que está a acontecer no país, nomeadamente nesses pavilhões. Temos exemplo do Meo Arena, temos exemplo do Multiusos de Viseu, com tabelas elevadíssimas e que todos aqueles eventos, que foram vendidos lá aos municípios, a dizer que se iam realizar lá, deixaram-se de realizar porque essas organizações, associações, não têm dinheiro suficiente para pagar a renda ou, pelo menos, neste caso, o aluguer daquele espaço. Se isso for para ser realizado na Guarda, então eu até me atrevo a dizer a palavra vergonha. Isso sim. É vergonhoso, se isso acontecer. Porque afinal perdemos dinheiro e o privado, nesse sentido, esse promotor, irá ganhar sempre. Esse nunca perde. E acho que já estamos a perder até ao momento, relativamente ao futuro Centro de Exposições, dinheiro suficiente. Se é que vamos ter Centro de Exposições Transfronteiriço. Queria também fazer aqui referência que, na parte ambiental, não vejo, em momento algum, a continuidade da despoluição do Rio Noeme aqui descrito. Preocupa-me se isso não for para continuar. Tanto se falou aqui mas depois, para 2020, nada aqui aparece. Muito obrigado!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Sim, pode.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Esta contabilidade foi, realmente, o tempo usado pelo Bloco de Esquerda que não foi interrompido, nem foi chamado à atenção...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Desculpe, senhora Presidente. É o que é. Desculpe. É assim, ou há um critério uniforme e há uma margem de tolerância para todas as Bancadas e eu aceito, ou então cumprimos escrupulosamente aquilo que está no Regimento. Ponto final.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “É assim, senhora Presidente. Eu não estou a pedir nada, nada que me favoreça relativamente às outras Bancadas. E este é que é o ponto. Eu sei respeitar os valores da democracia e sei vivê-los...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Posso? É só para lembrar o senhor Deputado que, neste ponto, vocês têm mais cinco minutos. Ou seja, o Bloco de Esquerda não esgotou porque ainda lhe faltam cerca de três minutos. E o senhor Deputado também, portanto...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Então os tempos estavam mal inscritos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Não, não estavam. Têm o tempo normal mais cinco adicionais. O senhor Deputado é que não leu o Regimento e não sabe os tempos de cor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não. Eu sei que, nos debates do orçamento, há um tempo extraordinário...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Está lá. Portanto, tem cinco minutos. Pode usá-los.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Portanto, posso continuar e vou continuar a tocar num assunto que está diretamente, aliás, estão todos diretamente relacionados com os aspetos orçamentais e com os aspetos económicos e que é o caso da saúde. Eu já deixei aqui a pergunta ao senhor Presidente. Eu há bocado abreviei, no sentido de não estar a abusar. Não gosto de ser abusador. Mas eu tenho informações fidedignas de que, aquilo que eu aqui transmiti, é verdade. E eu não sei e questiono, mais uma vez, a Bancada do Partido Socialista relativamente a estas questões. Se, realmente, um Conselho de Administração, que penso que está em final de mandato, se está aqui a propor fazer o trabalho sujo para libertar desse ónus um eventual novo Conselho de Administração que venha a tomar posse. Agora, a Guarda não resiste a estas traições. E, passado o tempo da campanha, agora caímos na realidade. E eu alertei que houve uma conversa, houve declarações da senhora Ministra a dizer que ia haver uma reorganização dos Hospitais, isto ainda em tempo de campanha, das Maternidades. E eu vim dizer que a reorganização, em linguagem política, se traduzia encerramentos, em práticas de gestão. E é efetivamente isso que se está a concretizar. Os milhões da saúde, portanto, são apenas mais um toque de ilusionismo para enganar os incautos e, mais uma vez, aquela máxima que o Deputado Laginhas aqui trouxe, o senhor Deputado Laginhas aqui trouxe, se aplica também a este caso. Não há um partido à direita que tenha contribuído mais para o bem-estar na saúde privada, em Portugal, do que os

partidos de Esquerda. Cada suspiro de amor pelo SNS, é mais um prego espetado no caixão de um sistema de saúde que nós vemos definhando diariamente. E o caso da Guarda, continuo a afirmar, é um caso paradigmático daquilo que se passa no país. Aqui, com especial gravidade, porque aquele amor ao interior, aquele desejo de reabilitar o interior, de ter uma Secretaria de Estado da Valorização do Interior é, realmente, apenas uma intenção, uma manifestação de uma intenção que, depois, na prática, não tem qualquer consequência. Muito obrigado!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada, mas era só para relembrar o senhor Deputado que, os cinco minutos adicionais, é para falar de orçamento. É só para que conste. Senhor Deputado Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Senhora Presidente, senhor Presidente, senhores Deputados. Seria desrespeitoso da minha parte não falar sobre este ponto que é o Orçamento e Grandes Opções do Plano. É por aí que vai começar a minha intervenção. Se sobrar, eventualmente, algum tempo, falarei sobre os outros assuntos que foram aqui abordados de uma forma direta, acerca da governação do PS. Diz o orçamento o seguinte: somos uma câmara de contas certas, rigorosas e sustentáveis. Diz no preâmbulo do Orçamento para as Grandes Opções do Plano 2020. Não podia deixar de salientar que, no Anuário Financeiro dos Municípios 2019, a Câmara da Guarda está em sétimo lugar, a nível nacional, em provisões para riscos e encargos. 30 milhões, 721, 217 mil. Este é um orçamento de verdade? Em 2019, dizia o preâmbulo que iria ser criado o Espaço Empresa, o orçamento anterior. Parece que até houve um funcionário que foi, tirou formação para abrir esse espaço. Não sei o que é que aconteceu, em 2020 volta a aparecer o espaço empresa. Já este espaço e esta oportunidade se perde em relação a todas as outras Autarquias e todas as outras cidades que já têm a funcionar este espaço e, a Câmara da Guarda, há dois anos a prometeu. Este é um orçamento de verdade? Os compromissos plurianuais do orçamento, em 2019, eram de 15 milhões 601 mil. Para orçamento de 2020 é de 32 milhões, 780, 885. Este aumento, de mais de 100%, é o reflexo da dívida oculta da governação do Partido Social Democrata, deste Executivo, com a anuência do CDS no anterior mandato. Este é um orçamento de verdade? A proteção do ambiente e conservação da natureza, que nós sabemos que é fundamental na região onde vivemos, que nós temos a certeza que era uma forma de combater os incêndios que deflagram sempre no verão na nossa região, teve um orçamento de 3 milhões, em 2019. Sabem quanto tem em 2020? 1 milhão e 300 mil. O saneamento, em 2019, tinha 4 milhões. Em 2020 tem 2 milhões. As funções sociais, que eram uma aposta deste Executivo, no orçamento de 2019 estavam 15 milhões inscritos. No orçamento de 2020, estão 12 milhões inscritos. A aposta no desporto, que é salientada no preâmbulo deste orçamento, vamos apostar nas iniciativas desportivas e no desporto, em 2019 tinha 1 milhão e 130 mil. Em 2020 tem 840 mil. Este é um orçamento de verdade? Penso que as respostas estão dadas. Faça vossa Exa., senhor Presidente de Câmara, coincidir aquilo que diz no preâmbulo com o orçamento e, aí sim, terá a anuência do Partido Socialista. As apostas do atual Executivo e do PSD, nunca seriam as apostas do Partido Socialista. Assim, a diferença é clara entre a verdade e a ocultação da dívida. Assim, o PS votará contra este orçamento. E, agora, se me

permitem, responderia então em relação àquilo que aqui foi dito. Não posso deixar, neste momento, de referir ao Deputado Henrique Monteiro que, qualquer Deputado que aqui venha a falar sobre um assunto sério, como é a ULS e o encerramento de serviços, tem que ter uma certeza absoluta. Não se pode deixar seguir por boatos, acho que, sendo Deputado... Pronto, neste momento, é assim. Todos nós, todos nós... claro. Não, não. Nós estamos preocupados, sempre tivemos, com a saúde. Foi isso que eu disse. Agora, parece-me obvio que vir aqui a dizer que se pensa que foram chamados os médicos para o encerramento, senhor Deputado, eu peço desculpa, mas eu acho que não podemos ir atrás de boatos. Neste momento, é o que está em causa. Neste momento. Eu não sei se se verá, ou não. Agora, se me permitem, eu iria então também falar um bocadinho sobre aquilo que foi a governação do PS durante aqueles anos que já foram julgados em 2013...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Senhor Deputado, mas é orçamentalmente?” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “É orçamentalmente, como todos os outros fizeram, senhora Presidente. Tem que compreender. Toda a gente, eu perguntei, estava uma pessoa intervir, eu perguntei o que é que tinha a ver com o orçamento. A senhora Presidente deixou falar, portanto, penso que também me deixará falar acerca desse assunto, uma vez que tenho tempo disponível. Se não tivesse, retirar-me-ia como é normal. O maior argumento que o PSD ainda utiliza nesta governação, é o passado, é o PS. Mas esquecem que só dizem mal do Partido Socialista e da sua governação. Ainda não houve, eu disse-o ao anterior Presidente da Câmara e digo ao atual Presidente da Câmara, ainda não houve um elogio daquilo que foi a governação do Partido Socialista. Ficou tudo mal na boca do atual Executivo. Absolutamente tudo mal. Mas é engraçado que, tudo aquilo que é feito, tudo aquilo que é falado, tudo aquilo que é projetado, é sobre as obras do Partido Socialista. Olhe, senhor Presidente, digo-lhe mais. Espero, sinceramente, que possa, durante estes dois mandatos, ter deixado uma marca. Simplesmente uma marca que contribua significativamente para o desenvolvimento desta cidade. Porque aí sim, o PS saberá, sem dúvida alguma, levar essa concretização que até ao momento não se viu. Por muito que diga, não se viu. E eu, se me permite, vou-lhe dar dois ou três dados, que são fundamentais, para ver aquilo que tem sido a sua governação. Diz o senhor Presidente que o PS é responsável por aquilo que a Guarda hoje não pode alcançar. Senhor Presidente, então vamos aos números. Nada melhor do que os números para descrever esta situação. Concorda comigo? É os números. Então, vamos a eles. População residente: em 2011, na Guarda - 42 mil habitantes, 371. População residente: em 2017, já sob a sua governação e do PSD - 39 mil habitantes. Jovens com menos de 15 anos: em 2011, em termos percentuais - 13,7%. Em 2017 - 12,1%. Índice de envelhecimento da nossa região, idoso por cada cem habitantes: em 2011 - 149. Em 2017 - 184. Sociedades constituídas: em 2011 - 95. Em 2017 - 89. Mas vou-lhe dar mais e estes são económicos. Empresas de alojamento e restauração: em 2011 - 422. Em 2017 - 395. E agora repare bem nestes dois indicadores que eu lhe vou dar. Receitas da Autarquia: em 2011, isto em termos percentuais - 18,7%. Vou repetir. Em 2011 - 18,7%. Em 2017 - 28,4%. 28,4%, está a ver aqui o aumento? Mais de 10%.

Receitas da Câmara Municipal da Guarda com o IMI, por habitante: em 2011 - 100,5. Em 2017 - 157,3. Mais 33%. Ou seja, estes dados todos, são os dados da Prodata, como você sabe, da Fundação Manuel dos Santos, se quiser pode ir confirmar. Tenho os dados para lhos entregar. Deixo aqui e saliento o seguinte. Naquilo que tem sido o decréscimo da evolução populacional da Guarda, decresceu desde a governação do PS para a governação do PSD. Aquilo que tem sido as receitas arrecadadas, aumentou exponencialmente entre a governação do PS e a governação do PSD. Permita-me que termine salientando o seguinte. V. Exa. e o senhor Deputado do PSD falaram sobre o abandono do PS e eu não posso deixar passar isso em claro, evidentemente. Não escondemos, e é público, que houve pessoas que se demitiram, evidentemente. Seguiram a sua vida. O PS não faz finca-pé para que, aqueles que não querem continuar, fiquem nos postos onde estão. Mas deixe-me dizer o seguinte. V. Exa. deu uma entrevista e disse que o PS tinha desistido da Guarda. Mas, senhor Presidente, isto em relação às demissões, quem é que desistiu da Guarda? O PS ou o PSD? O PSD tinha um Presidente. Reparem bem, tinha um Presidente que prometeu amor eterno à Guarda. Na primeira vez que o comboio passou, lá em baixo na rotunda, apanhou o comboio para Bruxelas e, repare bem, nem ficou ele nem o comboio na rotunda. Senhor Presidente, por favor, diga-nos efetivamente quem é que abandonou o PS? Eu acho que também tem que haver algum bom senso. Se o comboio não está lá por algum motivo terá sido e eu penso que terá ido a caminho de Bruxelas. Assim, podemos afirmar que não foi o PS que desistiu da Guarda. O PS jamais desistirá da Guarda. Independentemente de alguém dizer que aqui o PS hoje é praticamente inexistente, eu digo-lhe o seguinte, senhor Presidente. Não foi o PS que desistiu da Guarda. Hoje, de manhã, ficou demonstrado, inequivocamente, que foram os guardenses que desistiram da sua governação. Tanto o PSD como os guardenses que lhe moveram a maior oposição a uma ideia peregrina, que jamais devia ter tido, e que nós louvamos o bom senso de ter recuado. Essa é, sem dúvida, a relação que nós temos com os guardenses e tenho a certeza absoluta que foi isso que hoje sobressaiu nesta Assembleia. O elefante esteve nesta assembleia,..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** "Tem que terminar, senhor Deputado." --

- **Deputado António Monteiro (PS):** "... partiu a loiça..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** "Já ultrapassou os cinco minutos. Tem que terminar." -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** "... e os guardenses desistiram da governação do seu Executivo, assim como PSD. Muito obrigada, senhora Presidente." -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** "Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Ricardo, faz favor." -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** "Senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhores Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, senhores Presidentes de Junta, caros colegas, Comunicação Social, senhores Funcionais da Autarquia, restante Público, uma boa tarde a todos. O PS

acabou, há poucos minutos, de se queixar, pela voz do seu líder de Bancada, o meu estimado amigo Monteirinho, que o PSD nunca fez um elogio ao PS. Pois, então, para quebrar esse alegado e pernicioso panorama, eu vou dar aqui os parabéns ao PS e vou dá-los pela sua consistência. Porque, desde que esta Assembleia tomou posse, os líderes que encabeçaram essa Bancada, mantiveram sempre a mesma postura de atacar, derrubar, apoucar, aquilo que é o trabalho do PSD, designadamente os orçamentos que são apresentados para debate e para a votação. Por isso, meus parabéns pela vossa consistência porque, independentemente dos líderes, a postura foi sempre a mesma. Deitar abaixo. Mas, no entanto, deitam abaixo sem sequer fazer propostas porque um orçamento, ao fim e ao cabo, é um documento previsional onde são vertidas as políticas, transformadas em números, daquilo que é o rumo que uma Autarquia quer definir. Ora bem. Nós, a Bancada do PSD e este Executivo tem um determinado rumo, tem uma determinada orientação, sabe para onde quer ir e plasma esse caminho, esse trilho, neste documento previsional. E o PS tem oportunidade de fazer sugestões. Tinha oportunidade de dizer, olhe, nós não concordamos que este dinheiro vá, por exemplo, para a ação social, preferimos que seja empregue, olhe, por exemplo, na aquisição de um terreno a um particular, mas não queremos escritura. É legítimo fazerem isso, porque não? O PS pode também querer apostar em outras áreas. Olhe, por exemplo, o PS pode querer ter orçamentos muito bonitos, muito pomposos, mas em que a taxa de execução é mínima. E eu lembro-me, por exemplo, em 2013, a taxa de execução da receita, aliás, em 2013 um orçamento sensivelmente igual ao que hoje se submete à apreciação. Para relembrar, em 2013, o orçamento da Câmara, liderada pelo Partido Socialista, era de 51 milhões 889, 343 euros. O orçamento que hoje trazemos a debate é de 51 milhões 874, 200 euros. Portanto, valores muito semelhantes. Sucede que, em 2013, a taxa de execução do PS foi de 65% na receita e de 64% na despesa. Em contraposição ao orçamento de 2018, portanto, é aquele sobre o qual temos números reais, em que a Câmara liderada pelo PSD em que a receita é de 97% e o da despesa é de 81%. Bem, há bocado estava aí tão preocupado a questionar o que é verdade, o que é verdade do orçamento. Bem, olhe, a verdade do orçamento é que, no tempo em vocês governavam, as taxas de execução eram o que toda a gente conhece e sabe. Portanto, um engodo para os cidadãos da Guarda. Quando o PSD governou, as taxas de execução aproximam-se do lumiar máximo de execução, portanto, isto só denota uma boa governação. E, por isso, eu faço daqui a sugestão e um apelo, porque sei que o meu amigo Monteirinho é uma pessoa dotada de bom senso, que refreie um pouco esse ímpetos derrotistas, que costuma adjetivar a governação do PSD, e transforme essa sua energia negativa, politicamente falando, é claro, em soluções, em propostas porque este Executivo, é um Executivo que sabe ouvir. É um Executivo que sabe escutar. Olhe, veja-se. Ainda agora, recentemente, houve esta polémica toda acerca do Polis, mas o executivo teve o bom senso de ponderar, de ouvir a Guarda e dizer: sim senhor, a Guarda quer isto, é isto que damos à Guarda. Portanto, o Executivo do PSD está em perfeita e plena sintonia com os cidadãos da Guarda e vai de encontro àquilo que são os anseios e desejos da população. Portanto, isto é governar com seriedade, é governar com lealdade, é governar para os pares que elegeram estes homens e mulheres que aqui temos à nossa frente. Relativamente a este documento, portanto, mais uma vez,

somos chamados a pronunciar-nos sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, neste caso, para o ano de 2020. Para o próximo ano, como já tinha dito há poucos minutos atrás, o valor total do orçamento é de pouco mais de 51 milhões e 870 mil euros. É um valor muito semelhante ao do ano transato, portanto, ao orçamento do ano de 2019. Verificamos também que, à luz dos mais elementares princípios de bom senso, sustentabilidade económica ou financeira e prudência, o orçamento, para o próximo ano, regista um aumento de apenas 0,89% relativamente ao do ano passado. O orçamento que hoje submetemos à apreciação e votação, enquadra-se no planeamento estratégico subjacente ao ciclo autárquico que se iniciou com o presente mandato deste Executivo. Estamos perante, contrariamente àquilo que o PS vaticina, estamos perante um orçamento equilibrado e rigoroso mas, ao mesmo tempo, ambicioso e determinado. É um orçamento que privilegia o aumento do investimento em vários projetos, dos quais destaco o Centro de Exposições Transfronteiriço, o Centro de Inovação Transfronteiriço, o centro de Valorização de Produtos Endógenos e também os Passadiços do Mondego, dos quais já foi lançada a primeira pedra. No entanto, não compromete o equilíbrio financeiro que, aliás, é um apanágio desta edilidade. Eu quero, mais uma vez, lembrar que a Câmara Municipal da Guarda, neste momento, é um exemplo de boas práticas, é um caso de sucesso em Portugal, naquilo que é o reequilíbrio financeiro de uma Autarquia. Não somos nós que o dizemos. São os especialistas da matéria que o afirmam e, portanto, temos que concordar com esta opinião de quem sabe. Mas é também um orçamento que investe em operações da requalificação urbana, seja em obras de repavimentação, infraestruturas, rede de abastecimento de águas, entre outros. É um orçamento que privilegia a cultura, donde se destaca a aposta na candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura em 2027. É um orçamento que se foca na colaboração em todas as instituições escolares, melhorando as condições de toda a rede de ensino tornando, do ponto de vista social, um concelho mais coeso, inclusivo e participativo. O documento que hoje se submete a votação, encarna de forma muito substancial o apoio ao empreendedorismo e criação de empresas, contando ao dispor dos atuais e futuros empresários de um conjunto de possibilidades e ferramentas, que não só alavancam as oportunidades de negócio mas, ao mesmo tempo, minimizam os constrangimentos associados ao arranque das novas atividades económicas. Refira-se também, de uma forma muito sublinhada, a preocupação vertida na reabilitação urbana de onde sobressai a criação e manutenção do fundo Municipal para a aquisição de imóveis, instrumento financeiro de mitigação do parque habitacional devoluto e degradado. Isto sim, é uma visão de futuro, uma estratégia bem definida e sustentada o que, em última análise, se traduz numa boa governação da Autarquia. Poderia ser aqui mais exaustivo e elencar mais um largo conjunto de atividades e edificações plasmadas no orçamento da Câmara Municipal da Guarda para 2020. Mas o documento fala por si. Por estes e muitos outros motivos, julgo que será de mais elementar bom senso dar um voto favorável e sem tibiezas a este documento previsional e orientador das finanças Autárquicas para o próximo ano. Meus amigos, e designadamente senhora Presidente da Assembleia e Executivo, agradeço o amável postal de natal que, simpaticamente, foi colocado nos nossos lugares, o bonito repasto que tivemos e quero aqui desejar a todos umas Santas Festas na companhia daqueles que mais estimam. Muito obrigado a todos.”

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Eu ia pedir-vos, por favor, nós estamos tão atrasados. Eu sei que são frações de segundos, mas as palmas não acrescentam... não é por isso que é... é só para pouparmos tempo. Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Deputado Henrique Monteiro, não tenho conhecimento mas, a ser verdade, preocupa, não é o Executivo, não é esta Assembleia, tem que ser a Guarda, todos em conjunto, que os nossos responsáveis possam, eventualmente, ter uma atitude destas. Mas é conveniente, como disse também o Deputado Monteirinho, avaliar melhor esta situação. O Deputado Aires Diniz, relativamente à sua intervenção. Tenho a dizer que, no que diz respeito à requalificação e rede subterrânea de água de Arrifana e Pera do Moço, penso que era nessa área territorial que se referia, nós lançámos o concurso. Breve tempo ele irá concluir e será adjudicado. No centro de recolha de animais, já está adjudicada a obra a uma empresa para fazer a requalificação do chamado Canil da Guarda. Deputado Marco Loureiro, relativamente aqui aos impostos, tenho-lhe a dizer que não há um aumento de impostos. A forma de construção do orçamento e na matéria, na parte em que diz respeito à receita e à receita fiscal, há uma fórmula quantitativa que leva a estabelecer, de acordo com essa fórmula, um valor provisional para os impostos diretos e indiretos. Portanto, o valor que ali está é aquele que resulta exatamente de uma fórmula que o próprio Governo, que a própria lei orçamental define. E nós, aqui, cumprimos o valor que lá está, de acordo com aquilo que é a regra dos anos anteriores e, com a aplicação da lei, nós estipulamos um valor que corresponde ao que está no orçamento. Aqui ainda não podemos falar nem de aumento nem da redução. É aquilo que a lei impõe. Ainda no âmbito e esclarecimento do Centro Exposições Transfronteiriço. Nunca falei em parceria público-privada. Claro que as pessoas têm lido um pouco essa conceção. Esta também é uma matéria que agora não é relevante. A seu tempo poderemos debate-lo, no meu entender, considerando que é uma obra estratégica, importante, que não vale a pena falar mais disso. Mas dizer-lhe que aquilo que eu comuniquei e transmiti aos guardenses, é que o modelo jurídico podia passar, aliás, fizemos uma vez um procedimento de idêntica natureza no edifício do antigo matadouro. Ou seja, o terreno é nosso, criar um contrato de direito superfície, em que nós cedemos a terceiros a construção do imóvel, sendo que o terreno é nosso e, ao abrigo de uma figura jurídica que está prevista no Código Civil e que também se aplica aqui às relações de direito público, um contrato de direito de superfície. Não é uma parceria público-privada. Mas isso será numa fase posterior que nós iremos também continuar nesta senda. Porque não deixou de ser um projeto relevante. Continuaremos, exatamente, a pensar da mesma forma de que é preciso, é necessário, justifica-se fazer um Centro Exposições. Desde logo pelos eventos que temos e sabemos o custo que estas tendas também têm e, evidentemente, também não é a melhor solução para dar continuidade a eventos que já são estratégicos para a economia local e estratégicos para a nossa dimensão também regional. Por isso, não é parceria público-privada, mas sim, eu colocaria nesta figura jurídica, se assim o considerar. Não há, portanto, a questão do seu receio. Nós estamos cá para defender a causa pública não é causa privada. Os contratos têm que estar definidos, têm que estar previstos com um clausulado que equilibre as posições, os

interesses das partes. E nós cá estaremos, dentro daquilo que é nossa capacidade, para acautelar os interesses que são aqueles que nós representamos, que são os interesses da Guarda, o interesse público. No âmbito, na parte ambiental, tenho a dizer que nós aguardamos decisão da tutela governamental para poder ligar, efetivamente, no âmbito daquilo que é os constrangimentos de poluição do Rio Noeme e Rio Diz, nós poderemos ligar estas áreas mais poluentes ao sistema das Águas do Vale do Tejo, que existe na Guarda. Mas, verdadeiramente, há um ano está pedida a ligação à tutela e aqui não é a APA nem é CCDR. É o Governo, o Ministério do Ambiente. E aguardamos, portanto, uma resposta a esta matéria, que já decorreu um ano desde que o fizemos a primeira vez. Deputado Monteirinho, nós estamos sempre nesta dificuldade de, como dizia um amigo meu, os números são tão espremidos que eles têm que confessar. Mas eles são o que são. E, na verdade, confessam coisas que o Deputado Monteirinho não consegue ver e eu duvido que alguém na Guarda consiga ver. Porque, de facto, estratégia, a dimensão política da análise dos elementos orçamentais, dos dados, dos números, nós podemos tentar fazer deles o que quisermos. Mas eles são o que são. E então, na página 46, Responsabilidade Contingente. Entende-se por responsabilidades contingentes, as possíveis obrigações, as possíveis obrigações, que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um, ou mais, acontecimento futuro incerto, futuro incerto, não totalmente sobre o controlo da entidade ou obrigações presentes. Ou seja, estamos a falar de algo que é incerto, que é futuro, que não é dívida. Que não é dívida. Porque o senhor Deputado, cuidado, nós temos de ter amanhã... se calhar, eu vou começar a distribuir mas é, talvez, uma gramática orçamental para nós conseguirmos todos acompanhar, não o raciocínio do Deputado Monteirinho, mas aquele que está na política orçamental. Porque estamos a falar de incerteza, estamos a falar de algo que tem uma possibilidade de acontecer e, por isso, tem que também estar refletido no próprio orçamento. E, por isso, diz depois no segundo parágrafo, nesta página, o valor das responsabilidades contingentes é 30,9 milhões, salienta-se que 28,8 é referente a valores não aceites da faturação de Águas de Vale do Tejo e da faturação desenvolvida de água, saneamento e de juros. Ora bem, estamos sempre a debater o mesmo. Ou seja, são compromissos plurianuais, 2020, 21 e 22, que, como diz o senhor Deputado Monteirinho mas não é verdade, duplicaram os compromissos plurianuais, mas não a dívida. Nada de confusão. Porque o que o Partido Socialista mais uma vez fez... como sabem, em 2001, fizeram um contrato que assinaram. O Município que tinha até um sistema, aliás, na altura, até alguns Vereadores da Câmara se pronunciaram contra a adoção deste sistema, onde a Guarda tinha um sistema de fornecimento de água que dava resposta cabal às necessidades. Só que, entretanto, por Decreto-Lei, foi definido um novo sistema multimunicipal de fornecimento de água. E a verdade é que o Município da altura faz o contrato e não assumiu as obrigações que estavam nesse contrato. Algo que perdura até ao dia de hoje. Ou seja, nós, hoje, de um contrato que não assinamos, mas de um contrato que não assinamos mas começámos a pagar a água, como já foi dito à Guarda, em janeiro de 2015. Ou seja, a partir de janeiro 2015, nós estamos a pagar 80% da tarifa da água e do saneamento. 2015. Nós estamos a pagar, desde janeiro 2015, estamos a pagar este valor. Algo que o Partido Socialista não fez no passado. Ou seja, o Partido Socialista

assina contratos, não cumpre, deixa criar dívida. Quando chegámos, mais uma vez é conveniente lembrar, porque o Partido Socialista, é verdade, os protagonistas há seis anos e há dois anos, neste mandato, não são os mesmos. É a grande diferença com o Partido Social Democrata. É que o Presidente de então tem uma equipa que era composta por cinco elementos. E a verdade é que saiu o cabecilha, saiu o Presidente, à semelhança do que aconteceu com a Figueira da Foz e podia dar um número imenso de Autarcas, Presidentes, que deixaram a Presidência mas têm uma equipa que sucede na mesma estratégia, na mesma lógica e faz aquilo que é a salvaguarda dos interesses da Guarda. Ao contrário do Partido Socialista em que os protagonistas já não são os mesmos. As caras mudaram e isto traz uma diferença abismal. Nós não sabemos qual é o projeto do Partido Socialista. Soubemos daqueles que foram a eleições, deram a cara por ele. E, agora, qual é? Ninguém sabe. Sabemos é uma coisa. É que, daquilo que se discute, eles não concordam. A metodologia, e até nos números, é algo que não se assume o passado. Criticam este Executivo que fala do passado, mas o passado tem implicação no presente e no futuro. Mas, verdadeiramente, o que estamos aqui a assistir é, mais uma vez, bater no ceguinho. Então nós vamos pagar algo que não aceitamos, que corresponda às obrigações futuras que o Município tem para com as Águas de Vale do Tejo? Nós próprios temos tido reuniões. Ainda agora o Supremo Tribunal Administrativo declarou-se incompetente, mandou para o Tribunal Arbitral. Lá estamos nós a discutir. Eu próprio, com o Ministro da Economia, aqui na Guarda, a última vez que aqui visitou a nossa cidade, lhe disse: senhor Ministro da Economia, se calhar, era uma ajuda que nos dava a todos os Municípios deste sistema multimunicipal, que pudéssemos chegar a um entendimento. Estamos a falar de estado e estado, não é estado e privados. A Câmara também é estado. Então vamos lá resolver isto, de que forma? Não podemos continuar com um peso enorme de juros, apesar de já serem menores porque estamos a pagar desde 2015. Mas não pagamos integralmente porque não concordamos com aquela faturação. Não concordamos com uma faturação, como a maioria dos Municípios desta Comunidade Intermunicipal. E nós continuamos aqui a debater algo que já todos sabemos. Não é dívida. Nós temos um processo judicial e até que esse processo judicial resolva, se não houver vontade política para resolver, porque era uma forma de resolver, os Municípios, conjuntamente com a tutela, com as Águas de Vale do Tejo, com as Águas de Portugal, decidíamos aqui aquilo que são compromissos das Águas de Portugal. Porque nós também temos direitos sobre aquilo que foi feito nesse sistema Municipal, mas também temos as obrigações. É aí que temos que chegar, a um consenso. Enquanto não chegarmos lá, este peso vai continuar no orçamento e nas contas. Mas temos que perceber o que estamos a discutir. Não foi o Município que contraiu um euro de empréstimo. Não criou um euro de dívida, como sabem, e pagamos a dívida do passado. Porque, se formos à página 84 do orçamento, nós temos lá 2,1 milhões ainda para pagar: obras de infraestruturas da PLIE na zona 2; infraestruturas da PLIE zona1; ETAR das infraestruturas da PLIE; requalificação paisagística da costa norte de bombeiros do Torrão... tudo bem feito. Está tudo bem feito pelo Partido Socialista, isto. Isto era necessário para a Guarda, aqui está um elogio. Mas quem pagou fomos nós. Portanto, não há uma responsabilidade só do Partido Socialista naquilo que é bom. Se tivesse feito e tivesse pago, estava verdadeiramente

um cenário completo. Mas nós estamos a pagar. Não incluo aqui em 2019, porque em 2013 a dívida era muito maior. Mas acresce a este valor de amortização, o valor que estava no PAEL de 12 milhões de euros. Esses 12 milhões de euros resultaram de alguma coisa, de dívida que nós pagámos, de obra que também o Partido Socialista fez, e as obras, com certeza, que são necessárias. Mas temos que, de uma vez por todas, decidir isto, senhor Deputado. Ou assumimos que não vamos pagar às Águas de Portugal, enquanto não chegarmos a um consenso e, aí, enquanto não chegarmos, decidirá o tribunal, neste caso, arbitral. E aí aguardamos, lá está, a incerteza da decisão. A incerteza que não é passada. É uma incerteza futura porque é no futuro que essa decisão vai ser proferida. E, então, quando olhamos para estes compromissos plurianuais, não podemos designá-los como dívida e que nós viemos aqui mentir à Guarda e a esta Assembleia. Não é verdade. Se eu reafirmar, de facto, eu tenho-lhe a dizer que não corresponde à verdade o que disse e não presta um bom serviço à Guarda, nem do ponto de vista político, nem do ponto de vista empresarial. Eu tenho-lhe a dizer também uma coisa. O Partido Social Democrático, como referi, de facto, o Presidente saiu. Mas são coisas diferentes. Este Executivo assumiu um Centro de Exposições Transfronteiriço que mantém a sua validade. E, como diz um celebre político do seu Partido, mas que todo Portugal reconhece, Mário Soares, só perde quem não luta. E eu continuarei a lutar. Nunca irei deixar de lutar. Mas as caras, não são as mesmas do Partido Socialista. E porque as caras não são as mesmas, também o projeto não é o mesmo e nós queremos conhecer o projeto do Partido Socialista. E essa é a sua responsabilidade. Enquanto não o conhecermos, o Senhor não pode vir deturpar aquilo que são os nossos projetos, aquilo que é a nossa previsão orçamental, para discutir. Obrigado. Disse, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passamos à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.2 - Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Município da Guarda para o Ano de 2020.* -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e dois votos a favor, catorze votos contra e uma abstenção. -----

**Ponto 2.3 - Discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal do Município da Guarda para o Ano de 2020.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Presidente, por favor. (...) Alguém pretende intervir neste ponto? 2.3, mapa de pessoal. Ninguém pretende intervir? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Infelizmente o mapa de pessoal foi entregue com muito atraso e tornou-se impossível, para nós, dar uma opinião abalizada, fundamentada, pois não queremos nunca opinar sem saber exatamente o que está a ser discutido, pois podemos estar a fazer de uma forma pouco sustentável. Contudo, nalguns quadros deste mapa faltam trabalhadores que, de facto, existem. Foi o caso da parte da

Biblioteca em que, uma parte dos funcionários da Biblioteca estavam de um lado e, depois, havia um anexo no outro. E a gente ficou assim um bocado baralhado. Depois há aqui uma questão. Eu, a parte que eu uso da Câmara é a Biblioteca e o Arquivo Municipal. E há outros aspetos da vida que também devíamos aqui analisar, que era a questão de certos serviços públicos, certos serviços da Câmara, que deviam correlacionar com aquilo que são o seu quadro de pessoal. Se está bem estruturado, se tem os técnicos superiores, se tem os assistentes técnicos, os assistentes operacionais de acordo com as necessidades. E, portanto, a certa altura, a gente não sabe muito bem onde é que falta pessoal, onde é que há pessoal a mais que pode ser transferido para outros serviços da Câmara e há, digamos assim, serviços onde os funcionários existentes se mostram em quantidade insuficiente, não soltando o processo de qualificação que torne as carreiras aliciantes para os que existem. Devendo nós perguntar agora, como está a ser feito o processo de requalificação e valorização de pessoal e a noção daquele que falta, através da avaliação e melhor adequação do já existente neste quadro de pessoal. Portanto, aqui falta, nestes quadros de pessoal, uma visão dinâmica daquilo que é necessário que se faça em todos os momentos e nestes momentos em que se apresentam os quadros de pessoal, os mapas de pessoal. É, assim, importante para nós, devido às nossas opções políticas, perguntar ao senhor Presidente se pretende valorizar os trabalhadores, nomeadamente através da mobilidade intercarreiras, bem como perguntar se esta está previsto, no orçamento, alguma verba para a opção gestora dos trabalhadores, valorizando assim o seu desempenho. E, por último, para quando a assinatura do ACEP para a reposição dos três dias de férias roubado - não sou só eu que digo, alguns dos grandes economistas mundiais também falam em coisas roubadas aos trabalhadores - desde que tenham, no mínimo, a avaliação de bom. Gostaríamos ainda de saber que plano de demissão de pessoal ou de reajustamento do quadro de pessoal tem, neste momento, a Câmara. Consideramos também que a subcontratação de empresa de alguns serviços municipais, não deve revestir formas de precarização e limitação de direitos e garantias bem como, da qualidade de vida dos trabalhadores.” –

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente quer... faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Deputado Aires Diniz, só referir que vamos ter, de facto, em 2021, com assunção das competências que obrigatoriamente temos que rececionar na nossa organização, na nossa orgânica interna, nós temos que alterar o mapa de pessoal em função dessas necessidades. O Governo comprometeu-se a fazer reuniões setoriais. Até ao momento não há, dados os temas da educação, ambiente, diversificados, reuniões nestas áreas para se saber, efetivamente, de que recurso estamos a falar. E isso ficou em aberto. Essa situação terá que ser fechada. Mas não poderemos abrir um mapa de pessoal sem ter a noção daquilo que vão ser as nossas responsabilidades em 2021. Sendo certo que estas reuniões, que estão na lei e que o Governo se comprometeu a desenvolver, ainda não aconteceu uma única. Mas neste mapa, privilegiando a flexibilidade, a mobilidade, nós podemos dizer que abrimos três vagas para juristas e fruto da mobilidade e flexibilidade tínhamos dois juristas, casal, que por razões familiares saíram, temos que integrar e, por isso, o mapa pessoal tem que

prever estas vagas. Três Juristas, um Técnico de Desporto, três Operacionais, Canalizador, Calceteiro, uma Cozinheira e dois Assistentes Técnicos. São, neste momento, as necessidades... quer dizer, há mais. Mas, para já, o nosso mapa de pessoal contempla estas necessidades, para além de que nós sabemos, vamos ter que abrir mais ainda, atendendo àquilo que vai ser o cenário em 2021 da assunção de novas competências por parte dos Municípios. O senhor Deputado falou também qual foi a evolução do número de trabalhadores. Eu penso que, no orçamento, na página 46, responderá, com os números que ali estão, à sua questão. Em 2013, seiscentos e setenta e seis. Mas seiscentos e setenta e seis, tudo junto porque tinha as empresas municipais e o SMAS. Nós temos, neste momento, em 2019, seiscentos e dezanove trabalhadores. É o universo dos trabalhadores da Câmara, penso que respondi.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada. Passamos agora à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.3 - Discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal do Município da Guarda para o Ano de 2020.* -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e um votos a favor e dezasseis abstenções. -----

#### **Ponto 2.4 - Segunda Revisão aos Documentos Previsionais do Ano de 2019 - discussão e votação.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Senhor Presidente, quer intervir? Fala depois? Muito bem. Alguém pretende intervir sobre este ponto? Senhor Deputado Aires Diniz.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Nota-se, neste processo de ajustamento, o pouco cuidado com que foi feito o documento previsionais, sendo este muito evidente no caso dos viadutos e outras despesas de capital, na página 3/3, mostrando como agora são drasticamente modificadas as opções definidas para o ano 2019, frustrando as intenções de quem as votou anteriormente. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém pretende intervir? Senhor Deputado, faz favor. Só chamar à atenção de que está muita gente ausentar-se e deixamos ter quorum para as votações. Se isso acontecer, eu tenho que interromper a sessão e temos que voltar outro dia. Portanto, tenham algum cuidado com as ausências, está bem? Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Senhora Presidente, antes de iniciar este assunto, eu gostaria só de dizer que, em relação àquilo que aqui foi falado pelo senhor Deputado, o encerramento de algumas valências do Hospital, temos a confirmação, neste momento, que não existe nada disso. Não existe nada disso. Antes pelo contrário. Até houve a situação da cardiologia, até foi louvada pelo trabalho que têm vindo a desenvolver e que vão diminuir, com toda a certeza, o tempo de espera que tem sido combatido...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito bem, vamos ao ponto (...) vamos ao ponto. Senhora Deputada, (...) Senhor Deputado Monteirinho, por favor. Sobre o tema em análise.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Era só um esclarecimento que eu acho que era importante elucidar esta questão. Eu não sei, mas alguém chega aqui e diz que vão encerrar mais não sei quantos serviços. Parece... eu disse...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Senhor Deputado está...” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Está resolvido. A senhora Presidente concorda com aquilo que eu disse?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Não. Eu concordo que se prenuencie sobre o Ponto 2.4. Muito obrigada.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Senhora Presidente, sobre isto é só dois apontamentos. Há bocado falou-se aqui em execução orçamental. Eu vou explicar como é que se faz, como é que se chega aos 90 e tal % em termos de execução orçamental. Muito rapidamente. No preâmbulo do orçamento de 2019, o valor global era de 51 milhões, 413, 392 e dizia o seguinte, que era rigoroso nas opções e ambicioso nas ações. Então, o rigor é tal que sofre agora um corte de 7 milhões e 130 mil. Isto significa 14%. Quando há bocadinho falávamos em execuções orçamentais, ao utilizar esta artimanha desta segunda revisão, reduzindo 7 milhões na receita e 7 milhões na despesa, já estão a ver que a execução orçamental vai explodir para a ordem dos 90 e tal %. Assim, é fácil atingir as execuções orçamentais, através destes mecanismos. Senhor Presidente, não ensina nada a ninguém, como vê. Obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Obrigado, senhora Presidente. Senhor Deputado Monteirinho, nesta questão tenho-lhe a dizer o seguinte. Do ponto de vista do princípio até lhe daria razão, porque é uma redução, em termos de valor previsto no início de 2019, de 7 milhões de euros. Na rubrica 10.37, participação comunitária de projetos de fundos comunitários, em 6.9 milhões. Do valor previsto, para o ano 2019, de 11 milhões, que era o que nós lá tínhamos, até à presente data recebemos 1,7 milhões. Contamos receber, de Fundos Comunitários, porque prevemos receber 11 milhões, só recebemos até à data, porque as obras foram executadas, mas estamos à espera dos Fundos. E em 2019 não recebemos, a não ser 1.7 milhões, não recebemos mais. O que é que fazemos numa circunstância dessas? Temos que rever, em baixa, o Orçamento. Mas fruto de uma previsão que, atento ao investimento que a Câmara Municipal da Guarda está a fazer e, nesse investimento, 80% seria recuperado por Fundos Comunitários. Acontece que, do total do investimento, que são milhões de euros, - como há pouco tive ocasião de referir, desde logo no mundo rural, daquilo que são redes de saneamento subterrâneas e também de água nas comunidades rurais, requalificação e pavimentação, - estes investimentos foram feitos. Não deixámos de os fazer. Mas não tivemos o retorno dos 80% como tínhamos previsto. Ok, e aqui houve

um deslize naquilo que foi a previsão. Mas porquê? Sabem qual é o prazo dos pagamentos da CCDR, destes fundos comunitários? Está com o atraso que prejudica, em dezembro 2019, a receção desses fundos e, com certeza, vão contribuir para uma melhor execução em 2020, mas não contribuem, tal como nós prevíamos, que teríamos uma melhor execução. E, por isso, para haver esse desfasamento, nós entendemos fazer esta revisão em baixo. Obrigado, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passamos à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.4 - Segunda Revisão aos Documentos Previsionais do Ano de 2019 - discussão e votação.* -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta votos a favor, dez votos contra e cinco abstenções. -----

-----  
**Ponto 2.5 - Formas de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - Acordos de Cooperação. Discussão e votação.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende intervir? Sim? Faz favor!” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Senhora Presidente, relativamente a esta matéria, para o ano 2020, celebramos Acordos de Cooperação com vinte e cinco freguesias rurais, cujas obras são, como sabem, acordadas entre o Município e as freguesias. Podíamos fazê-lo unilateralmente, não o fizemos. Pelo contrário, ouvimos, deslocamo-nos às freguesias. Estudamos com o representante das freguesias qual é a obra mais adequada à satisfação dessas necessidades públicas. E, assim, apresentamos, para o ano de 2020, vinte e cinco Acordos de Cooperação, num valor global 680 mil euros. É esse esforço, é esse compromisso que nós temos com a Guarda. E, por isso, trazemos ao conhecimento, não só aquilo que é a responsabilidade mas, fundamentalmente, aquilo que também é um compromisso assumido por ambas as partes, na promoção das populações rurais, das populações que merecem uma preocupação por parte deste Executivo. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada. Alguém pretende intervir sobre este ponto? Senhor Deputado Aires Diniz.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu só queria dizer três linhas. Não são justificadas nem integradas num plano de desenvolvimento rural, estas formas de apoio. Eu achava que estes protocolos deviam ter um plano que guiasse e que explicasse, a nós, que estamos aqui como Deputados Municipais, ou como membros da Assembleia Municipal, porque é que estes valores são assim afirmados. Estes valores deviam ter uma justificação explícita assente na promoção sistemática e articulada com os interesses próprios das populações, palavras que o próprio título, do capítulo que estamos aqui analisar, diz. Disse!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Não? Sr. Presidente, pretende responder? Faz favor! Senhor Presidente, peço desculpa. Faz favor, senhor Deputado Honorato.” -----

- **Deputado Honorato Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão (Independente):** “Obrigado, senhora Presidente. Permita que, na sua pessoa e da restante Mesa, saúde toda Assembleia e deixar aqui os votos de Boas Festas. Queria, a propósito do ponto que estamos a discutir, deixar uma pequena reflexão. Quando a Câmara criou esta figura dos Acordos de Cooperação, eu fui, e continuo a ser de certo modo, uma das pessoas que acharam isto uma medida extremamente positiva porque estabelecia um critério. Um critério objetivo que delimitava um critério de justiça na atribuição de apoios a todas as freguesias e, ao mesmo tempo, estabelecia ali uma medida previsional para que as freguesias também contassem com uma linha de apoio ao financiamento dos seus projetos. Entendi também os moldes em que isso foi criado. Ou seja, com um teto a limitar o valor deste investimento, num contexto em que a Câmara estava claramente a arrumar a casa, a reestruturar as contas. Portanto, haveria que conter a despesa dentro daqueles moldes. Bom, hoje sabemos que a situação está um pouco melhor e a recomendação que eu deixaria aqui, e que já não será para este orçamento, evidentemente, mas que pode servir para a elaboração de futuros orçamentos, é que seja prevista a possibilidade de que as freguesias tenham investimentos que claramente não cabem na baliza definida para estes Acordos de Cooperação. Estou-me a referir concretamente a um investimento que há muito tempo Famalicão reclama: a ampliação do cemitério. Mas que, pelo seu valor, não foi possível inclui-lo no Acordo de Cooperação proposto para o ano 2019. Nós não o aceitámos, uma vez que a verba que nos era proposta não dava para metade da primeira fase e, portanto, nem sequer era possível concluí-la cumprindo os requisitos de executar a obra até àquele limite para receber a segunda tranche. E, portanto, não sei. Se não houver, para além desta figura do Acordo Cooperação, uma outra figura que o Executivo Municipal encare como possível para financiar projetos de investimento nas freguesias. Investimentos públicos, evidentemente, e investimentos estruturais de grande importância, como é o caso de haver um cemitério. E temos de pensar que estão a morrer cada vez mais pessoas e que a população está cada vez mais envelhecida. De certo modo, é algo premente. Portanto, aqui fica essa recomendação. Para que o Executivo tenha em especial atenção uma reflexão, juntamente com os técnicos, para que este problema possa ser resolvido. Que possa ser encontrada uma forma, não só a Freguesia de Famalicão, evidentemente, mas todas as freguesias rurais terem também essa participação em investimentos que, claramente, extravasam a baliza definida para os Acordos de Cooperação. Uma baliza que eu entendo já não ser tão imperiosa como seria na altura em que foi criada. É só!” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Agora sim, senhor Presidente. Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Senhor Deputado Aires Diniz, dou-lhe exemplos concretos do que é a salvaguarda de interesses legítimos diretos das populações. A requalificação da Rua Direita; pavimentação e drenagem de águas em Sobral da Serra;

execução de equipamento público de apoio ao Museu da Freguesia em Videmonte... peço desculpa, estava a ver mal aqui. A requalificação do espaço público envolvente à Sede da Junta de Freguesia; a requalificação do Parque Infantil da Mizarela e dos sanitários públicos; repavimentação e arruamento em Fernão Joanes; requalificação da Sede da Junta; pavimentações... Estes são, e estão descritos na proposta, as vinte e cinco obras que vão ser realizadas em cada freguesia. Portanto, aí consegue compreender efetivamente aquilo que é o alcance e a abrangência desta medida. Quanto ao senhor Presidente da Junta de Famalicão. Nós conhecemos a situação, é evidente. Não somos insensíveis. Trata-se de uma questão que também nos preocupa. É um cemitério. É diferente de colocar mais alcatrão, mais paralelo, menos paralelo. Esta é uma situação que se prende, com maior profundidade, com aquilo que são os sentimentos das pessoas, aquilo que é a capacidade de nós nos organizarmos enquanto sociedade. Com certeza que encontraremos a melhor solução para a resolver também a questão do cemitério, no seu caso, ou outras em que os cemitérios são situações de obras prementes e que nós não podemos deixar de acautelar. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passamos agora à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.5 - Formas de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - Acordos de Cooperação. Discussão e votação.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com cinquenta e sete votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Declaração de Voto? Sim, faz favor senhora Deputada. Faz favor.” -----

- **Deputada Conceição Santos (PS):** “Na pessoa da senhora Presidente da Mesa da Assembleia, cumprimento a todas e a todos. O Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta, dado que é necessário dotar as freguesias de recursos necessários e suficientes para dar cabal resposta às suas competências, porque é importante dotar as populações de infraestruturas capazes de garantirem a promoção e a salvaguarda dos seus interesses e porque só o será possível fazê-lo através de apoios financeiros do Município. E o Município está a fazê-lo através da celebração de Acordos de Cooperação acautelando, parecendo-nos, a nós, portanto, muito importante que, após isso, as freguesias apresentem relatórios de execução, com particular incidência nos aspetos de natureza financeira, explicitando os objetivos e os resultados alcançados. Porque, de facto, após a celebração dos acordos e a elaboração das obras, é muito importante que se verifiquem os resultados alcançados. E, por tudo isso, pela elaboração destes acordos e pela celebração dos Acordos de Cooperação e pela importância que se traduz no apoio financeiro às freguesias, o Partido Socialista decidiu votar favoravelmente. Obrigado.” –

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Marco Loureiro, tinha pedido também.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Dizer apenas que o Bloco de Esquerda compreende essa necessidade e não poderia votar de outra maneira o apoio às Juntas de Freguesia.

Porque entendemos ser necessário e porque compreendemos que, financeiramente, as Juntas, umas maiores a nível do número populacional, outras menores, que outrora já foram, se calhar, maiores das que são agora maiores. Infelizmente o envelhecimento e depois a morte e não havendo mais população jovem e que depois traga os filhos a ficar, é o resultado depois da necessidade, infelizmente, de ter que aumentar os cemitérios. E é nessa parte, e já não é a primeira vez que aqui ouço os Presidentes de Junta a queixarem-se da necessidade de aumentar os cemitérios. Eu, sinceramente, acho, senhor Presidente, que é urgente os Presidentes de Junta todos apresentarem à Câmara, se é que são mesmo necessários todos, as Juntas de Freguesias, e ver quais são os cemitérios de verdade. É que, realmente, é um tema que eu não consigo perceber. Tem que haver dinheiro. Tem que haver, de alguma forma, tem que haver dinheiro para aumentar esses cemitérios. Não podemos estar aqui: eh pá, arranja-me lá umas migalhitas que eu preciso de aumentar o cemitério. Não. Tem que haver dinheiro para aumentar os cemitérios. Acabou. As pessoas têm que ser enterradas na sua terra. Por isso, não sei a forma também. Agora, não podemos é dizer: lá na minha terra... Não. De uma vez por todas, vejam lá, façam um estudo, é fácil. Percebam, nos próximos cinco anos, prevê-se que estes cemitérios tenham que ser aumentados? Infelizmente. Infelizmente. Mas vamos ser claros, senão andamos aqui pedra a pedra, buraco a buraco, pedir, pedir. Este é um tema que não tem que estar a pedir. É um tema que tem que se dar. Vale mais dar neste tema, do que dar para rotundas e muito menos para comboios. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada. Sim. Um minuto.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Senhor Deputado Marco Loureiro. Só transmitir que, no último ano e meio, foram ampliados catorze cemitérios. E, que nós tenhamos conhecimento, o único cemitério que merece e tem que ser, de facto, ampliado é de Famalicão e Vila Fernando. De maneira que nós estamos atentos a essa matéria. Mas foram catorze que, no último ano e meio, nós conseguimos ampliar. Obrigado.” -----

## **Ponto 2.6 - Discussão e votação da proposta de Regulamento Municipal de Concessão de Incentivos ao Investimento.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende intervir? Faz favor!” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Obrigada, senhora Presidente. Há pouco falámos de dados e de métricas. Eu queria só referir aqui dois ou três. Primeiro. A Guarda, no estudo publicado sobre o poder de compra no INE, da semana passada, duas semanas, é o Concelho com maior poder de compra da região, com o indicador per/capita de 96,20%. Acima da média da região centro que tem 88%, acima da Covilhã que está 85%, do Fundão que se situa em 77% e de Seia que são 76%. A Guarda fica 3,8 pontos acima da média nacional. Depois, também referir que Guarda no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, apresenta a trigésima sétima... a tal dos compromissos plurianuais, que era o sétimo lugar que eu expliquei. Mas agora quero

dizer, também, ao senhor Deputado, a Guarda está na trigésima sétima posição do ranking global dos Municípios de média dimensão, depois de, em 2017, ter ocupado a nonagésima primeira. Subindo cinquenta e quatro posições na lista das cem melhores classificadas globalmente. O Município alcançou a vigésima quarta posição, com maior diminuição do passivo exigível em 2018 e a trigésima primeira para maior equilíbrio orçamental. Portanto, isto são dados que valorizam a ação do Executivo e que demonstram que as contas estão sãs. Que é sustentável, exatamente, como a introdução do orçamento. Ou seja, as palavras respondem aos atos, correspondem aos números. Mas também, se eu quiser explicar a esta Assembleia e dizer que o Welcome Center, no primeiro semestre de 2019, teve um aumento de turistas de 22.19. Portanto, também é um dado importante no aumento de turistas na Guarda. E, por isso, como nós temos esta visão transversal e temos que olhar a esta complementaridade de ações e de intervenção do Município, nas áreas económicas, sociais, ambientais, também educacionais e nessa multidisciplinaridade que é determinante para podermos abranger o desenvolvimento económico, também na parte empresarial, mais uma vez, na sequência daquilo que é a nossa orientação, porque há pouco eu referi e todos sabemos, que o Município da Guarda já apoia, incentiva a afixação de empresas, com redução de impostos, de taxas, de licenças, isenção ou redução. E aqui, o que trazemos hoje a esta Assembleia, é dizer a qualquer empresário que venha para a Guarda, tem um apoio no investimento de 5 mil euros, no máximo de 5 mil euros, de acordo com os critérios que já estão previstos no regulamento e que vêm na senda dos apoios fiscais e parafiscais, designadamente o volume de investimento, o número de postos de trabalho a criar, também a celeridade na execução do projeto, a idade do promotor. Se preencher no máximo aquilo que são os critérios, tem isenção. Se não conseguir preencher no máximo estes critérios, tem redução. E o que é que acontece neste regulamento? Apoio a investimentos, de acordo com os critérios, até 5 mil euros. Pode, eventualmente, atingir os 5 mil euros e o Município paga. Como também um apoio à empresa que crie postos de trabalho líquidos. Ou seja, um apoio de 400 euros à criação individual de postos de trabalho, até ao limite de 7 mil e 500 euros, cada empresa. Mas, se fizer a contratação de trabalhadores a prazo ou a termo incerto, neste caso, terá um benefício de 100 euros por cada trabalhador. Mas se, porventura, na sequência do negócio, no desenvolvimento da atividade económica, a empresa entender que aqueles contratos que fez a termo certo ou incerto, que os pode transformar em contratos definitivos, então nós daremos mais 100 euros. Ou seja, podem ir buscar metade daquela opção, ou seja, 200 euros, metade da opção que é contratar logo por tempo indeterminado. Não sei se me fiz explicar. Senão torno a referir. E, portanto, é este incentivo, mais uma vez, para que os empresários escolham o Município da Guarda, escolham as nossas estruturas empresariais para poderem aqui desenvolver os seus negócios, para poderem aqui fixar pessoas, jovens, jovens talentos. E nós contribuímos com este instrumento para mais dinâmica económica, mais capacidade de atração e desenvolvimento. Disse, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor. O senhor Deputado Laginhas, também? Senhor Deputado Aires. Muito bem.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Gostei da resposta do senhor Deputado António Monteirinho, relativamente ao assunto da ULS. Não sei se essa resposta só o compromete a ele, se compromete...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... o Conselho de Administração ou se compromete a senhora Ministra. Não sei com quem falou. Espero que haja um compromisso aqui, nesse sentido.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Esse assunto está encerrado nesta Assembleia.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Relativamente aos incentivos ao investimento, evidentemente que tudo é pouco e claramente que vamos votar favoravelmente. Mas entendemos que a Guarda precisa, a economia da Guarda precisa de estímulos mais robustos e mais consistentes do que aqueles que estão a ser dados. A economia está em morte lenta. Já se falou aqui dos gansos que morreram e outros que estão a voar baixinho e a economia da Guarda não vai lá com paliativos. Precisa mesmo, assim de uma terapia de choque, uma quimioterapia para matar e para debelar a doença de que padece. Este apoio faz-me lembrar aquele apoio que alguns Municípios deram para incentivar a natalidade. Acho que ninguém teve filhos por lhe darem 500 euros, porque depois, infelizmente, têm que ter trabalho para os governar no futuro. Também me parece que, com estímulos estão fracos, também ninguém virá investir à Guarda. Hoje, o investimento para ser feito na Guarda, precisa de uma atitude proactiva. Não temos que estar à espera que nos demandem. Temos que ir à procura ativamente de investidores, oferecendo aquilo que a Guarda tem de melhor para lhes oferecer. E um problema com que o investimento se depara na Guarda, neste momento, é com a falta de mão-de-obra. Por que não também criamos incentivos para a fixação de mão-de-obra, para a mobilidade na mão-de-obra? Muito do emprego que a Guarda oferece, não é emprego qualificado que tenha remunerações elevadas e que justifique que alguém venha, sei lá, de Viseu ou Castelo Branco, trabalhar para a Guarda e que aqui se fixe. São empregos mediamente remunerados, muitos deles, 700, 800, 800 e poucos euros. Por que não criar aqui um incentivo que seja, por exemplo, ajudar a suportar uma renda de casa para quem vier a trabalhar para a Guarda a partir de um determinado valor? Haver aqui um compromisso que, portanto, o Município assumisse, para garantir também o municiamento das empresas que aqui estão instaladas e de outras que se queiram aqui vir instalar, como foi o caso dessa empresa de calçado que justificou o abandono da Guarda por falta de mão-de-obra. Evidentemente que esse tipo de mão-de-obra não tem condições para ter mobilidade territorial, porque efetivamente os vencimentos que auferem são relativamente baixos e não justificam mudar de vida, mudar de terra. É preciso darmos-lhes também alguma coisa. Fica para ponderação. Obrigado.”

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Laginhas, por favor.” -----

- **Deputado Nuno Laginhas (PS):** “Ora bem. Prometo ser breve. Referir que o PS, iniciativas que apoiam os empresários, o investimento, os incentivos à dinamização da estrutura económica local, estará e apoiará sempre estas iniciativas. E, assim, refiro aqui que nós votaremos favoravelmente este regulamento, mas com algumas reservas. Essas reservas, tendo em consideração o escrito no terceiro parágrafo, da nota justificativa do regulamento, passo a citar: a necessidade de incentivar o investimento que seja relevante para o desenvolvimento sustentado. Temos que reafirmar a falta de ambição do documento. Somos de opinião que o documento poderia ir muito mais além. Falta o incentivo ao micro e pequeno investidor, a quem teima em residir aqui no nosso concelho; faltam apoios às micro e pequenas estruturas empresariais como, por exemplo, o apoio à contratação para projetos com investimentos inferiores a 50 mil euros; o apoio, na fase inicial da empresa, por exemplo, à renda, licenciamentos, taxas. Acreditamos que o desenvolvimento local tem por base estas micro e pequenas empresas, permitindo assim fortalecer o ecossistema à afixação de pessoas. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, por favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu aqui só queria perguntar, com este plano, com esta proposta de regulamentação municipal de concessão de incentivos ao investimento, quais são as expectativas da Câmara? O que é que pensam ganhar? Quantos empregos? Quantas empresas? E quantas pessoas vão atrair para o concelho? A intervenção do Henrique foi interessante, porque ele também falou nos problemas dos trabalhadores que, para virem para aqui, precisam de ter incentivos. E, portanto, aqui neste regulamento, que eu irei votar a favor, eu pergunto, quais são os efeitos positivos que se esperam? Quantos empregos, quantas empresas, quantos trabalhadores é que vamos atrair, quantas famílias e assim por diante.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Marco Loureiro, por favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Bem, nem vamos falar de ordenados, porque falar de 800. Quantos é que ganham 800? Quantos? É que, nas têxteis, ganham 500? Agora, ordenado mínimo, não é? De 600 para 800... pague lá você 800. Vá ali ver quem está a apanhar o vinho, as azeitonas, a ver quanto é que estão a ganhar e onde é que estão a dormir. Nos caixotes. Vão ver quem é que lá está e quem é que anda a ganhar muito dinheiro com a linha do Douro e tudo. Vejam lá ver os ordenados. Depois, vão ver como é que é. Por isso é que essas pessoas não se querem se especializar. Vão-se especializar para quê? Para dormir em barracos? Isso é o que muita gente devia ver, antes de estar aqui a falar em 800 euros... 800 euros! Isto é que era Natal para muitos, 800 euros. É óbvio que votaremos no incentivo. É sempre importante, mas eu não sou sonhador. E espero que também não sejam todos aqui. A esperança é sempre a última a morrer, não seria eu do Sporting, não é? Mas, grandes empresas... com quantos trabalhadores estão à espera que venham para a Guarda? Empresa, quê? Com cem trabalhadores, é? Empresas, com mais de cinquenta

trabalhadores, instalar-se na Guarda? Não. Boa sorte! Boa sorte! Não, não estou a dizer que elas não existem. Estou a dizer, captar. Boa sorte! Boa sorte! Agora, regulamentos com incentivos para microempresas que estão cá todos os dias, que têm cinco, seis trabalhadores. Mas estão cá, têm família. Todos os dias se levantam para abrir. Esses precisam de incentivos para cá continuarem, porque já cá estão. Esses precisam. E isso também é preciso questionar. Isto parece como quando uma pessoa vai ao Banco. Quanto é que o senhor está a pedir? 5 mil? Não. Só damos se o senhor pedir milhões. Se eu pedir milhões, é porque preciso de mais milhões. Isso, já sou bom. Mas eu só preciso de 5 mil para continuar. Temos é que começar a repensar nisso, porque se não aproveitarmos aqueles que ainda cá estão, acreditem que, no futuro, esses é que já não vão cá estar. E depois quero ver, quem está aqui a falar para quem e a vender o quê para quem.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada. Mais ninguém para intervir? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Relativamente àqueles processos e projetos que estão em curso, do ponto de vista empresarial, temos aqui cerca de dezassete. Prevedemos criar... nós não, as empresas é que os criam, trezentos e dezassete postos de trabalho, com um valor total de 73 milhões de euros. Estas são as dezassete empresas que, neste momento, o projeto está a ser reavaliado com vista a poderem beneficiar deste regulamento. Com certeza que à pergunta, quantos é que vamos criar mais? Isso era um resultado que eu também gostaria de adivinhar. O que nós temos é que criar as condições. Ou seja, não é quantos peixes eu vou pescar, mas ter uma cana para poder pescar peixes. E é isso nós tratamos. É arranjar canas para pescar peixes. Não sei se consigo encher o cesto, se conseguirmos encher o cesto, ou se conseguirmos uma refeição ou várias refeições. Mas há que trabalhar neste espírito, até porque, como foi dito, já são oito lotes de terreno que estão disponíveis e nós estamos a pensar na ampliação da terceira fase da Plataforma Logística, sob pena de amanhã não podermos ter uma resposta direta. Mas claro que há trabalho. Há um que é visível. Se eu vos falar, eu não pedi permissão à empresa, mas se vos falar que a ISOBAR, que pertence a um grupo que é a Blue Infinity, que é um grupo mundial que tem mais de cinco mil trabalhadores, e está sediada na PRORAIA. De facto, criei as condições para que ela, até aos doze trabalhadores, estivesse na Pró-Raia. Mas, ainda ontem falei com o empresário, o representante em Portugal, que quer subir para os cinquenta, estou agora a dar a conhecer... mas não, senhor Deputado Marco Loureiro, calma, porque eu ainda não me estou a comprometer com cinquenta. Doze estão lá. E, então, vamos tentar chegar aos cinquenta. Uma empresa de base tecnológica, ISOBAR, está nas instalações da Pró-Raia, mas não são suficientes aquelas instalações. Não são suficientes. E nós temos que encontrar soluções mais capazes, que dignifiquem os empresários, a Guarda. E, por isso, o centro de inovação empresarial é aqui fundamental para podermos pôr esta empresa, como queremos outras que atraímos ao território, em condições de desenvolvimento empresarial, de negócio e económico, porque é esse o nosso eixo estratégico de desenvolvimento. Disse, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passemos, então, à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.6 - Discussão e votação da proposta de Regulamento Municipal de Concessão de Incentivos ao Investimento.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e sete votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Declaração de Voto. Faz favor, senhor Deputado Henrique Monteiro. “ -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Pois, muito bem. Não vou fazer uma Declaração de Voto, mas vou fazer um voto para declarar qualquer coisa. É para desejar Boas Festas a todos os presentes, às famílias. Prosperidade para este concelho, para todas as freguesias, para a saúde, para a educação. E lembrar aqui uma famosa frase de um proeminente socialista que um dia disse, que há mais vida para além do défice. Para eu também dizer aqui que há mais saúde, para além do excedente. Há mais educação, para além do excedente. Há mais segurança, para além do excedente. E há mais interior, para além do excedente. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais ninguém quer Declarações de Voto, pois não? Muito obrigado.” -----

**Ponto 2.7 - Apreciação do Relatório da Ação de Controlo ao Município da Guarda - Controlo das Obrigações e Objetivos ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).**

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende dizer alguma coisa sobre este ponto? Muito bem. Alguém pretende falar para o senhor Presidente ouvir sobre este ponto? Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Senhora Presidente, também, se me permite, deixaria esta discussão para quando vierem as contas. E, em nome do Partido Socialista, também podia fazer uma Declaração de Voto, rapidamente. Em nome do Partido Socialista, desejo a todos os Deputados, Presidente, Executivo, Funcionários, Comunicação Social, Público, Boas Festas e um Próspero Ano Novo. E também para a saúde e para a educação e para tudo isso. É para todos sem exceção. Está bem? E agradeço, especialmente, ao Presidente pelo postal singelo que nos enviou, mas que guardaremos. Está bem? Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor. Senhor Deputado Tiago, enquanto o senhor Deputado Aires Diniz faz o percurso, nas calmas, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Como eu ainda tenho um bocadinho mais de agilidade que o Aires Diniz, que vai ser aqui erigido Diretor do Arquivo Municipal. Eu não estava cá na discussão do Mapa de Pessoal, mas gostava de o ter proposto para Diretor do Arquivo Municipal da Guarda, tal é sempre a sua preocupação com essa matéria. Mas só, simplesmente, e numa ótica de bonomia, também própria desta época do ano,

desejar a todos os presentes e também aos ausentes, às pessoas que estão no público, a todos aqueles que normalmente aqui costumam estar connosco, à Mesa, Executivo, a todos e às vossas famílias, um Feliz Natal, em nome também do Grupo Municipal do PSD e um Próspero Ano 2020 para todos, essencialmente também para a Guarda.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Aires Diniz, agora sim. Faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem. Eu vou juntar aqui dois pontos. O 2.7 e 2.8. É assim. Eu fico muito feliz porque a Câmara conseguiu cumprir o PAEL e acabou ali, em 2015, com uma notinha que eu tive aqui alguma dificuldade em perceber este arrazoado de coisas. Eu acho que isto é para dizer que a Câmara merece um «dezito». E, portanto, sendo um dez, já é bom. Em relação ao resto, no ponto 2.8, eu tinha aqui para perguntar sobre o apoio aos idosos. Eu também já estou a entrar nessa fase dos idosos. Existe algum plano a concretizar face ao despovoamento das aldeias e até de parte da cidade? Ou seja, os idosos começam a ser um problema para a cidade e para as aldeias. Eu tenho conhecimento de um caso em Pousade. Provavelmente não tenho conhecimento de todos os casos noutras terras, mas o que é certo é que o problema dos idosos, o apoio aos idosos, não passa só pelo envelhecimento ativo. Eu estou a fazer o envelhecimento ativo pessoal e faço, todos os dias, qualquer coisa que ninguém está à espera que eu faça. Mas pronto. Eu acho que olhar para os idosos, principalmente para aqueles que não são capazes de defender, que precisam do apoio para a toma de medicamentos e assim por diante, eu penso que esse é um problema que nós devemos ter. Agora, eu também gostava de pedir à Câmara...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Peço desculpa, mas é só mais uns minutinhos, por favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “É só um minuto. Eu só queria pedir à Câmara que, quando apresentasse o plano de obras, explicasse como é que aquele plano de obras se encaixa nas necessidades do concelho. Não basta pôr uma listagem de planos de obras, mas também explicar porque é que eles aparecem ali e qual é a utilidade dessas obras para o concelho e para as populações afetadas. E disse! É verdade. Esqueci-me de desejar Bom Natal. E vou informar, acabei por atrasar-me. Eu costumo convidar as pessoas para o lançamento dos meus livros. No sábado que vem, 21, vai haver o lançamento de um livro meu, em Moncorvo. Estão convidados.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Presidente, pretende intervir? Eu pedia, por favor. Eu sei que estamos todos cansados. É tarde. Mas quanto mais ruído houver, mais tempo demoramos. Portanto, senhor Presidente, por favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Dizer só algo sobre este ponto. Verdadeiramente, o PAEL terminou em 2015. Em 2016 iniciou-se uma inspeção que terminou em 2019. E quando o paciente morre antes de vir o medicamento, que foi o que aconteceu, penso que se torna inócua a discussão deste documento. Mas Administração Fiscal também é assim, permitam-me a crítica. Ou seja,

gasta recursos humanos, gasta dinheiro, para depois produzir um relatório, como é aquele que aqui está, em 2019, que já não tem sujeito para serem aplicadas estas medidas, porque o PAEL foi transformado num saneamento e, como tal, isto é inexequível e é inexplicável, no século XXI, por parte da ação da Administração Fiscal. A todos, desejo um Bom Natal e também um Próspero Ano de 2020, com saúde, junto da família e que, em 2020, possamos continuar nesta senda democrática de defesa da Guarda. Obrigado a todos.” -----

**Ponto 2.8 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende intervir sobre este ponto? Não? Alguém? É assim... o que eu peço é que as pessoas tenham calma, que fiquem sossegadas e que consigamos levar a Assembleia até ao fim, já que falta tão pouco tempo. Alguém pretende intervir sobre este ponto? Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Senão, seria mesmo acusada, aí nos fóruns, de má educação festivas. Realmente, respeitando, e vocês compreenderão todas as religiões, compete-me desejar Boas Festas também, em nome do Bloco de Esquerda, a todos vocês e àqueles que nos acompanham lá em casa e estão aqui, Funcionários, a Câmara, a Comunicação Social. E desejar mesmo com a maior das sinceridades. Eu pessoalmente acredito nessa figura, não da forma como foi criada, mas naquilo que ela transmite, acredite, claramente, e espero que o Pai Natal traga muita força a todos nós para, em 2020, resistirmos ainda a todos os ataques que a capital nos tem feito ao longo destes anos. E que não desistimos, de forma alguma, de querer continuar a viver ainda aqui na nossa cidade. Muito obrigado a todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente de Assembleia:** “Muito bem, muito obrigada. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, pretende dizer alguma coisa sobre este ponto? Não? Muito bem. Então, peço-vos que se sentem, só um minuto, porque eu vou colocar à votação a aprovação das deliberações em minuta. Alguém vota contra? Alguém se abstém? Estão aprovadas as deliberações, por unanimidade. Compete-me a mim, antes de encerrar,... senhor Presidente da Mizarela... senhor Armindo. Dois minutos só para, em meu nome pessoal, institucional e em nome da Mesa, desejar-vos umas Boas Festas, um Santo Natal, um Ano Novo cheio de coisas boas, dentro do possível melhor do que este ano de 2019, e que passem uma quadra Natalícia na Guarda e, de preferência, com neve, que seria muito bom. Um Bom Natal para todos e está encerrada esta sessão.” --

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----